



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
Mestrado em Ciências Sociais

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FORMAÇÃO DA GRANDE IMPRENSA NA BAHIA

JOSÉ WELITON ARAGÃO DOS SANTOS

SALVADOR - BAHIA - BRASIL

1985

T/UFBA 079.81 S237

Autor: Santos, José Weliton Aragão

Título: Formação da grande imprensa



1068256  
62058

la-Mestrado-História

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FORMAÇÃO DA GRANDE IMPRENSA NA BAHIA

Por: JOSÉ WELITON ARAGÃO DOS SANTOS

Orientadora: MARLI GERALDA TEIXEIRA

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA  
- BIBLIOTECA  
REGISTRO 1068256  
DATA 29/10/2009

Salvador-Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA  
BIBLIOTECA  
No de Tomo 3702

1985

Em memória de Vene Aragão dos Santos.  
Para Mariana e Júlia.

## AGRADECIMENTOS

À professora Marli Geralda Teixeira que orientou este trabalho como uma mãe, como disse o companheiro Raimundo Duarte. Dominando a ciência da história com simplicidade, Marli me ensinou a fazer.

À professora Maria José Andrade (Zezê) que me deu o primeiro e muitos outros estímulos e sempre viu este trabalho com otimismo.

À professora Luzinete Simões, a amiga socióloga que ajudou um jornalista a tentar fazer História.

Ao professor Mário Augusto da Silva Santos. A produção acadêmica de Mário reduziu muito o meu trabalho de pesquisa e, graças a ele, a História da Imprensa na Bahia deu importantes passos.

Ao professor Luís Henrique Dias Tavares e à professora Consuelo Novaes Sampaio. Em suas gestões na coordenação do Mestrado em Ciências Sociais consegui, através de bolsas, recursos para custear parte das despesas exigidas na fase de pesquisa.

À Maria de Lourdes Viana Santos que fez a revisão gramatical deste trabalho e durante sua elaboração acompanhou minhas outras revisões.

À Maria de Lourdes Ribeiro, revisora de apoio que sempre esteve à disposição.

## S U M Á R I O

	pág.
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I - IMPRENSA E GRANDE IMPRENSA	12
1. Imprensa: as diferentes conotações do termo.....	13
2. Conceito de Grande Imprensa .....	15
CAPÍTULO II - A GRANDE IMPRENSA NO BRASIL E NA BAHIA	29
1. A Grande Imprensa no Sul do Brasil nas décadas de 10 e 20 .....	30
2. A Grande Imprensa na Bahia nas décadas de 10 e 20.	33
CAPÍTULO III - ESTRUTURA DA GRANDE IMPRENSA BAIANA	40
1. Os jornais que compõem a amostra: gênese e evolu- ção .....	41
2. Sustentação econômica .....	46
3. Estrutura empresarial .....	55
4. Análise gráfica .....	61
CAPÍTULO IV - A QUESTÃO IDEOLÓGICA	67
1. A propósito do conteúdo dos jornais da amostra....	68
2. Os chamados jornais políticos .....	75
CAPÍTULO V - ESTUDO DE TRÊS CASOS CONCRETOS	81
1. O Diário de Notícias e as greves de 1919.....	81
2. A Tarde e a Revolução Sertaneja de 1920 .....	100
3. O Diário da Bahia e a Revolução de 1930 .....	113
CONCLUSÃO	124
BIBLIOGRAFIA	126

## INTRODUÇÃO

A ultrapassagem da fase artesanal para a fase industrial na história da imprensa baiana marca também o momento da formação da Grande Imprensa na Bahia, ainda que de forma embrionária. O presente trabalho objetiva exatamente estudar esse processo identificando os principais elementos que contribuíram para a formação da Grande Imprensa.

As fontes da historiografia baiana consultadas revelaram-se extremamente pobres com relação ao tema imprensa, apesar dos jornais serem fontes básicas de muitos estudos realizados sobre a República Velha. A rigor, nenhum trabalho existente fornece elementos necessários a uma caracterização global da imprensa baiana. No trabalho "O Diário da Bahia e o século XIX", a professora Kátia Maria de Carvalho Silva<sup>1</sup> resgata importantes informações que nos permitem compreender o papel específico deste jornal no século passado, sobretudo suas origens. Mas seus objetivos são limitados somente ao jornal em questão.

Na dissertação de mestrado do professor Florisvaldo Mattos, "A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates"<sup>2</sup> é feito um excelente trabalho de análise do conteúdo ideológico da comunicação na Bahia no século XVIII e de informação sobre as dificuldades vividas pela comunicação numa época de intensa repressão metropolitana na Colônia. Seu objetivo específico,

- 
1. SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*; nota introdutória de Fernando Sales. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, Brasília: INL, 1979.
  2. MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Publicações, 1974.

todavia, não permite ao autor dar uma visão global da imprensa, nem ele se compromete com tal objetivo. Um trabalho de catalogação dos jornais baianos foi feito pelo professor Antônio Loureiro de Souza em seu "Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia"<sup>3</sup> no mesmo estilo de Alfredo Carvalho que identificou os jornais baianos de 1811 a 1911<sup>4</sup>. Ambos registram a data de fundação das publicações num importante trabalho de registro da existência de jornais desaparecidos.

Desse modo, podemos concluir que a imprensa baiana necessita que sua história seja resgatada de modo global, possibilitando ao pesquisador conhecer seu desenvolvimento de modo pleno. Este trabalho, que também não tem a pretensão de preencher todas as lacunas indicadas, visa, sobretudo, a iniciar o estudo por um ponto que entendemos ser importante para uma análise mais sistemática da questão.

Para atingir nosso objetivo, escolhemos quatro jornais representativos da imprensa baiana no período a ser estudado: O Imparcial, O Diário da Bahia, Diário de Notícias e A Tarde. A partir dessa escolha, localizamos o momento de transição desses jornais da fase artesanal para a fase industrial. No Diário de Notícias, o momento foi 30 de abril de 1919, quando a empresa deficitária de Vicente Ferreira Lins do Amaral é vendida para um grupo que tem como incorporador Altamirando Requião. No Diário da Bahia, o momento foi 27 de junho de 1918, quando após a morte de Severino Vieira, é formada uma socieda-

---

3. SOUZA, Antonio Loureiro de. *Apontamentos para história da imprensa na Bahia*. Universitas. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, nº 12/13 maio/dezembro 1972.

4. CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa na Bahia 1º Centenário, 1811-1911*. Bahia, Tipografia Bahiana, 1911.

de, tendo como incorporador Pedro Lago, para administrar o jornal. A Tarde, fundada em outubro de 1912 e o Imparcial em maio de 1918 são exemplos de empresas que nascem procurando adaptar-se às novas formas de produção.

A partir dessa localização, delimitamos o nosso espaço cronológico entre os anos de 1910 e 1930, visando analisar a postura dos jornais diante de acontecimentos comprovadamente importantes para a vida social e política do Estado. Portanto, acompanhamos o comportamento do Diário de Notícias frente às greves de 1919, de A Tarde diante da Revolução Sertaneja de 1920 e do Diário da Bahia frente à Revolução de 1930. O Imparcial funcionou como elemento comparativo nos três momentos.

Esse espaço cronológico nos possibilitou acompanhar o funcionamento dos jornais escolhidos em um período que é capaz de fornecer os elementos necessários para a identificação da formação da Grande Imprensa. A riqueza da fase pode ser mostrada pelos acontecimentos divulgados e que influenciaram o conteúdo das páginas dos jornais, sendo que um dos principais é a Primeira Guerra Mundial. A eclosão da Guerra deu às agências de notícias um papel fundamental na divulgação da informação e são elas que praticamente modificam, modernizando, o perfil da imprensa artesanal. O lento jornalismo local será dinamizado pela instantaneidade da notícia e a dimensão dos fatos obrigará os jornais a abrirem grandes espaços, alterando seu perfil gráfico.

A repercussão da Revolução Russa de 1917 também será motivo para a incessante campanha, iniciada, em 1918, pelos jornais baianos contra o comunismo. Longos editoriais denunciando as mazelas do maximalismo são produzidos pela imprensa que já começa a receber notícias da Comissão de Informação Pública dos Estados Unidos, de New York. Em 4 de agosto de 1918, o Diário da Bahia publica um texto enviado pela comissão ameri-



cana prevendo que, depois da Guerra, a América do Norte será o principal centro bancário do mundo e onde a América do Sul poderá contar para obter os capitais que precisar "para o desenvolvimento de seus meios de transporte e o aproveitamento de suas abundantes riquezas naturais". A publicação de tais materiais revela o estágio avançado de divulgação do capitalismo americano e, a nível interno, mostra a abertura dos jornais para outras preocupações que não somente as da política local.

Do ponto de vista das questões internas, o processo de urbanização de Salvador obriga os jornais a ampliarem a cobertura dos fatos da vida diária como acontecimentos policiais, o custo de vida, as greves, os problemas dos transportes coletivos, a limpeza urbana, os incêndios, variedades, diversões e artes e tudo mais que importasse à vida cotidiana do cidadão.

O amadurecimento do jornalismo baiano será comprovado com a criação da Associação Baiana de Imprensa, em meados de agosto de 1930, que mostra a intenção dos jornalistas de atuarem como grupo organizado na sociedade. Vale destacar que a princípio, como ainda hoje, a ABI abriga tanto jornalistas empregados quanto jornalistas proprietários de jornais. A iniciativa foi do proprietário do Jornal A Rua, Thales de Freitas que contou com o apoio de 62 jornalistas dos corpos redacionais dos jornais Diário da Bahia, A Tarde, Diário Oficial, O Imparcial, o Diário de Notícias, Era Nova, A Renascença, A Luva, A Época, O Social, Única e O Volante. No dia da posse da primeira diretoria, 10 de setembro de 1930, o Diário da Bahia ressaltou que a entidade já devia ter sido criada, negando que houvesse falta de espírito associativo entre os jornalistas. Havia o espírito associativo e também a idéia de que o jornalismo era um sacerdócio, gerando sentimentos de fraternidade e de solidariedade inerentes aos evangelhos.

## METODOLOGIA

O primeiro passo para identificar o processo de formação da Grande Imprensa baiana foi definir quais os jornais que seriam classificados como representantes da Grande Imprensa. Para isso, buscamos na bibliografia da área de comunicação uma definição que fosse adequada e que nos pudesse auxiliar nessa tarefa. A ausência de uma definição satisfatória nos obrigou a trabalhar um conceito operacional de Grande Imprensa, indispensável para a orientação da própria seleção do material. Como está posto no Capítulo I, entendemos por Grande Imprensa a empresa jornalística, indústria que mercantiliza a informação, vende a notícia, tem como base de sustentação a publicidade e veicula a ideologia da classe dominante.

Em seguida, no Capítulo II, procuramos localizar o estágio de desenvolvimento da imprensa mais avançada do país (Rio de Janeiro e São Paulo) no mesmo espaço cronológico (1910-1930), para estabelecermos uma comparação com a imprensa baiana no mesmo período. Um perfil da imprensa baiana nas décadas de 10 e 20 com um exemplo concreto completa o Capítulo II.

No Capítulo III, a estrutura da Grande Imprensa é vista sob o aspecto econômico, empresarial e gráfico, visando dar um painel dos elementos necessários à sua existência.

A questão ideológica é tratada no Capítulo IV, com algumas considerações que se fizeram necessárias sobre os chamados jornais políticos da República Velha.

No Capítulo V, os jornais são vistos diante de três casos concretos da história da Bahia: as greves de 1919, a Revolução Sertaneja de 1920 e a Revolução de 1930. Nos três casos foi usado o método comparativo, analisando-se os textos den

6.

tro de suas condições de produção. O objetivo foi mostrar de que forma os três episódios foram divulgados e, sempre que possível, indicar a quais interesses específicos esta divulgação servia.

## FONTES IMPRESSAS

A principal fonte de pesquisa do trabalho foram os jornais A Tarde, O Imparcial, Diário da Bahia e Diário de Notícias. Como fontes básicas, as edições dos jornais foram vistas em sua totalidade na busca de textos que interessavam aos nossos objetivos e que são transcritos ao longo do trabalho. A reprodução desse material visa à comprovação formal da abordagem e também ao registro do estilo jornalístico da época.

Esse registro importa também a nível de documentação, pois as garantias de sobrevivência dos jornais antigos nos arquivos públicos de Salvador são mínimas. No caso específico da Biblioteca Central do Estado, administrada pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, as coleções estão se deteriorando ante um vagaroso e desinteressado plano de microfilmagem.

A pesquisa desses jornais é uma atividade sobretudo lenta, pois o manuseio inadequado, ou mais apressado, pode inutilizar para sempre a coleção e, conseqüentemente, o registro da história da imprensa na Bahia. No período que escolhemos, as lacunas não comprometem o todo e as edições consultadas forneceram os dados estabelecidos como prioritários.

A maior parte da pesquisa foi realizada no setor de periódicos da Biblioteca Central do Estado, complementada com a busca nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e Arquivo Público do Estado.

## RELAÇÃO DOS JORNAIS CONSULTADOS

- Diário da Bahia - Janeiro, fevereiro,  
julho e agosto de 1918.  
Junho, julho, agosto, setembro, outubro, no-  
vembro e dezembro de 1919.  
Janeiro, fevereiro e março de 1920.  
Setembro, outubro, novembro e dezembro de  
1930.
- Diário de Notícias - Abril, maio, junho, julho, agosto, setem-  
bro, outubro, novembro e dezembro de 1919.  
Janeiro, fevereiro, março e abril de 1920.  
Julho, agosto, setembro, outubro, novembro  
e dezembro de 1930.
- O Imparcial - Maio, junho, julho, agosto, setembro de 1918  
Junho, julho, agosto, setembro, outubro,  
novembro e dezembro de 1919.  
Janeiro, fevereiro, março de 1920.  
Junho, julho e agosto de 1930.
- A Tarde - Outubro, novembro e dezembro de 1912.  
Junho e julho de 1919.  
Janeiro, fevereiro, março e abril de 1920.  
Outubro, novembro e dezembro de 1930.

Livros de contratos e distratos da Junta Comercial da Bahia.

- a) Documento nº 156 da Sociedade Anônima Diário da Bahia. Ata da Assembléia de Constituição de 27 de julho de 1918.
- b) Atas anuais da Sociedade Anônima Diário da Bahia de 1918 até 1957, ano em que foi decretada a falência da sociedade, comunicada por ofício do juízo dos Feitos comerciais de número 4.704.
- c) Documento nº 107 da Sociedade Anônima Diário de Notícias. Ata da Assembléia de Constituição de 30 de abril de 1919.
- d) Atas anuais da Sociedade Anônima Diário de Notícias de 1919 até 1980. Em 1981 foi decretada a falência da empresa pela juíza de direito da 17ª Vara Comercial, Dra. Maria Eleanora Ribeiro Cajahyba.
- e) Documento nº 86 da Empresa O Imparcial. Ata da Assembléia de Constituição de 24 de março de 1918.
- f) Atas anuais da Empresa O Imparcial de 1918 até 1927.

#### CONTEÚDO

- a) Os documentos de constituição de firmas apresentam dados gerais sobre os objetivos da sociedade e mais os estatutos com as seguintes informações: duração da empresa, ramo do negócio, capital, divisão das ações, normas de vendas, convocação de assembléia, poderes da assembléia, administração da empresa, atribuições do conselho fiscal, divisão dos lucros, normas de liquida

ção da empresa e lista de acionistas com as respectivas cotas de ações.

- b) Nas atas anuais das empresas são encontrados dados sobre perdas, lucros, mudança de diretores, tomada de empréstimos e todas as decisões tomadas pelas assembleias ordinárias ou extraordinárias.

Os contratos e distratos dos jornais Diário da Bahia, Diário de Notícias e O Imparcial foram consultados na Junta Comercial da Bahia onde estão arquivados em pastas abertas à consulta pública. A documentação foi de grande importância para nosso trabalho, pois nos deu a dimensão da organização da empresa jornalística baiana, permitindo localizar o embrião da Grande Imprensa na Bahia.

Alguns desses documentos estão em péssimo estado de conservação e há casos de pastas que foram consultadas por outros pesquisadores, em tempo não muito distante, e que não são mais encontradas. No caso do Diário da Bahia e do Diário de Notícias foi possível encontrar os documentos de constituição e das assembleias anuais em relativa ordem e estado de conservação. No caso de O Imparcial, as lacunas foram muitas, mas não podemos afirmar se houve extravio interno de documentos na própria Junta ou se a empresa não enviou o resultado de suas assembleias anuais para o órgão. O jornal A Tarde, como fica melhor explicado no decorrer do trabalho, não foi registrado na Junta Comercial em 1912, ano de fundação, como mandava a legislação. Os documentos de A Tarde, na Junta, datam de 1956 quando há um traslado da escritura de constituição do jornal registrado em janeiro de 1956 sob o número 24.171. O documento dá como data de criação de A Tarde, o mês de dezembro de 1955 no Rio de Janeiro, tendo como sede Salvador. O aprofundamento desses problemas não nos deteve, pois não constava de nossos objetivos a

elaboração da história dos jornais. Nosso propósito é o estudo global dos fatores responsáveis pela formação da Grande Imprensa na conjuntura histórica baiana já aludida.



CAPÍTULO I

IMPRESA E GRANDE IMPRESA

## 1. IMPRENSA: AS DIFERENTES CONOTAÇÕES DO TERMO

Os diferentes usos da expressão imprensa, em trabalhos acadêmicos ou não, nos obrigam a explicar o sentido dessa palavra no decorrer do texto. Ao longo do nosso estudo pudemos constatar que a palavra imprensa tanto serve para designar a técnica de impressão, a tipografia, as máquinas de forma ampla, como para designar os primeiros jornais implantados no Brasil, o jornalismo de modo geral e, modernamente, todos os meios de comunicação de massa.

Em alguns trabalhos acadêmicos, o uso livre e indiscriminado do termo imprensa chega a comprometer o entendimento, não se sabendo quando se refere a um ou outro sentido. Essa questão adquire relevância maior, quando se é obrigado a recorrer a fontes subsidiárias para o entendimento de trabalhos que se propõem conclusivos.

O dicionarista Aurélio Buarque de Holanda define Imprensa como "máquina com que se imprime ou estampa; a arte tipográfica" e também "como qualquer meio de comunicação de massa". Diante disso e da realidade encontrada, optamos por usar a expressão "imprensa como técnica de impressão" quando nos referirmos a tipografias, às artes gráficas de modo geral. Usamos "imprensa" para designar o conjunto dos meios de comunicação de massa, o jornalismo, os jornais.

É interessante notar que essa falta de precisão no uso do termo imprensa em alguns autores, tem estreita ligação como o fato de que a implantação da imprensa como técnica de impressão, no Brasil, fez surgir de imediato a imprensa, o jornalismo propriamente dito. Ambos nascem no mesmo processo histórico e desenvolvem-se paralelamente até o final do século

XIX. Com o passar do século, a imprensa como técnica vai se desenvolver sem vínculos diretos com os jornais que direcionam seu parque gráfico quase que exclusivamente para si, realizando pequenos trabalhos. A indústria gráfica embrionária cuida dos livros, das revistas, das cores e dos impressos de modo geral. Esse desenvolvimento fundamenta hoje a idéia comum de que "imprensa" é o conjunto dos meios de comunicação de massa e indústria gráfica, o processo de impressão.

Mas, essa clareza de hoje - decorrente do estágio de desenvolvimento da indústria gráfica - não existe no século passado, levando diversos autores a imprecisões. Atento a isso, Luiz Beltrão, na introdução de *Sociologia da Imprensa Brasileira*, chama a atenção para possíveis dubiedades: "É preciso que o leitor tenha sempre presente que o estudo de Marques de Melo refere-se à imprensa como meio técnico de reprodução gráfica de mensagens, em livro ou periódico, destinado a receptores alfabetizados".<sup>1</sup> Referência absolutamente necessária, pois o professor Marques de Melo defende a tese de que a imprensa (como técnica de impressão) demorou de chegar ao Brasil, porque era desnecessária e socialmente inútil na colônia portuguesa. Caso imprensa fosse entendida como meio de comunicação de massa - na época o jornal - todo o sentido filosófico do trabalho estaria comprometido.

O seguinte texto, de Nelson Werneck Sodré, ilustra o uso do vocábulo imprensa sem um rigor maior:

"O atraso da imprensa no Brasil, aliás, em úl

1. MELO, José Marques de. *Sociologia da Imprensa Brasileira: a implantação*, prefácio de Luiz Beltrão. Petrópolis, Vozes, 1973. p. 10

tima análise, tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu. A influência do Correio Brasiliense, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa a dequada. E por isso é que só por exagero se pode enquadrar o Correio Brasiliense no conjunto da imprensa brasileira. Quando começou a circular, com a clandestinidade obrigada ou não a que se submeteu - clandestinidade porque pouco lido - não se haviam gerado aqui as condições para o aparecimento da imprensa. O que existia era arremedo. Quando surgiram aquelas condições, o Correio Brasiliense perdeu a razão de ser".<sup>2</sup>

Portanto, quando nos referirmos à técnica, à arte tipográfica, às máquinas em si, usaremos a expressão completa "imprensa como técnica de impressão"; indústria gráfica, quando a conjuntura assim permitir. A palavra "imprensa" será usada para designar os meios de comunicação em qualquer época e em nosso caso, os jornais.

## 2. CONCEITO DE GRANDE IMPRENSA

O conceito de Grande Imprensa foi o ponto de partida para a elaboração deste trabalho, pois implicou em definir os jornais que deveriam ser pesquisados e analisados para chegarmos aos objetivos propostos. O primeiro passo foi buscar conceitos existentes em trabalhos da área de estudos da comunica-

2. SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 33

ção no Brasil e mesmo em outras áreas. Nessa busca constatamos que o conceito ainda não foi suficientemente trabalhado de modo a nos possibilitar uma aplicação satisfatória ao nosso objeto de estudo. Em vista disso, tornou-se necessária a elaboração de um esboço de conceito que, necessariamente, passa também por uma clarificação do delicado tema da periodização da imprensa no Brasil. Portanto, a tentativa de organizar essa periodização tem apenas objetivo didático, no sentido de facilitar o entendimento do processo de desenvolvimento da imprensa no Brasil e nos levar a entender mais claramente o conceito de Grande Imprensa, o ponto primordial do nosso trabalho.

Poucos autores se preocuparam com a periodização da imprensa no Brasil, sendo que Juarez Bahia (*Três fases da Imprensa Brasileira*)<sup>3</sup> e Nelson Werneck Sodré (*História da Imprensa no Brasil*)<sup>4</sup> realizaram trabalhos que até hoje são seguidos e/ou contestados. Ambos defendem a idéia de que a imprensa passou por duas fases no Brasil: imprensa artesanal e imprensa industrial. O momento de transição é localizado no final do século XIX.

No trabalho de Juarez Bahia<sup>5</sup>, as tendências de especialização jornalística aparecem em três etapas principais: a primeira fase do jornal impresso nasce no estabelecimento tipográfico e vai de 1808 a 1880, com a crônica e o ensaio no lugar da reportagem e o comentário substituindo a notícia. O conceito da comunicação era mais opinativo, doutrinário e filosófico

---

3. BAHIA, Juarez. *Três fases da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Presença, 1960

4. SODRÉ, op.cit.

5. BAHIA, Juarez. *Jornalismo Informação Comunicação*. São Paulo, Livraria Martins Editora S.A., 1971

que informativo.

A segunda fase vai de 1880 a 1930 em que o jornal impresso (e também o rádio) aspira à condição de empresa e busca identificação industrial. A reportagem substitui a crônica e o ensaio, e a notícia predomina sobre o comentário, dando destaque à informação. A faixa de especialização alarga-se, a sociedade harmoniza-se com novas necessidades, o consumo cultural conhece novos sistemas de produção.

A terceira fase, identificada por Juarez Bahia, começa em 1930 e ganha vida nova a partir de 1950 por via de transformações na sociedade e na empresa, afetando a organização dos meios de comunicação de massa. Os recursos eletrônicos, os satélites, a informática darão à informação uma nova dimensão que cresce a cada momento.

No trabalho de Nelson Werneck Sodré, a periodicidade é destacada como recurso didático, utilizado para facilitar a compreensão do desenvolvimento do processo. Tomando a imprensa brasileira pela sua visão de conjunto, o autor conclui que a única divisão coerente com a realidade seria em imprensa artesanal e industrial:

"Tomado o fenômeno como específico, visto em separado, isolado do conjunto em que se desenvolveu, essa divisão, ainda assim, é a mais cabível. Acontece, porém, que a fase de imprensa industrial é relativamente recente, entre nós, e demasiado curta por isso mesmo. Aceitar a divisão mais aconselhável seria apresentar um conjunto desequilibrado: o longo período artesanal e o curto período industrial, contrastando".<sup>6</sup>

Em vista disso, Werneck Sodré opta por uma divisão que, embora arbitraria quanto ao processo estudado, quando

---

6. SODRÉ, op.cit., p. 7

visto separadamente, tem a virtude de integrá-lo no conjunto do desenvolvimento histórico do país. Para ele, a imprensa no Brasil não mudou com a passagem do Império à Regência e nem do Império à República no que tinha de específico. A mudança que ocorre se dá no conteúdo e no papel desempenhado. Para os objetivos de Sodré, escritor pioneiro da história da imprensa no Brasil, a divisão lhe permitiu ligar sempre a situação da imprensa ao quadro geral do tempo, suas características, suas necessidades. Ou seja, a periodização leva em conta o conteúdo da imprensa, destacando uma imprensa colonial, áulica, da Independência, Praieira, os pasquins e a imprensa do Império.

Depois do Império, na passagem do século, o autor encontra o momento de transição da pequena à grande imprensa no Brasil. Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Sempre de acordo com Nelson Werneck Sodré, se o plano da produção é afetado, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Uma transição que começará antes do final do século XIX.

Mais recentemente, para trabalhar o tema da implantação do jornalismo industrial no Brasil, compondo a ala dos novos pesquisadores, Cremilda Medina segue os passos de Nelson Werneck Sodré:

"A implantação do jornalismo, na fase industrial da urbanização, se faz por meio de alguns indicadores claros - o equipamento de máquinas e tecnologia apta à ampliação dos circuitos em que a informação circula; o modelo de organização industrial que, gradativamente, se instaura nas redações; e definição técnica

do profissional em jornalismo".<sup>7</sup>

O primeiro caso, referente aos equipamentos, é exemplificado pela autora com a luz elétrica, a máquina de escrever (em lugar da pluma), e a tecnologia de impressão e composição que se modernizam. Linotipos descartam a composição de tipos móveis, impressão plana (mais lenta) dá vez às velozes rotativas e as décadas preparam caminho para a fase tecnológica atual da off-set e da computação.

O segundo caso é o modelo de organização industrial que precisa se fortalecer para ampliar o mercado da informação. Cremilda Medina acredita que as empresas que se estruturaram no fim do século passado para este século tinham propósitos claros de deixar para trás o jornalismo intergrupual e atingir as massas emergentes da urbanização, da alfabetização e da participação política nas sociedades republicanas em formação.

O terceiro caso apontado é a definição técnica do profissional de imprensa, deixando de lado o sarau literário e avançando na direção de estruturar as primeiras equipes. O modelo implantado no Brasil veio junto com as máquinas compradas nos Estados Unidos, estabelecendo-se um vínculo de dependência das matrizes internacionais. A organização interna das redações evolui do corpo de jornalistas escritores para um modelo industrial de divisão do trabalho bastante tênue, mas o suficiente para dar início ao processo.

Outro autor que se preocupou com o tema foi José Marques de Melo,<sup>8</sup> que segue caminho oposto ao trilhado inicial-

---

7. MEDINA, Cremilda de Araujo. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro, Ed. Forense - Univer<sub>s</sub>itária, 1982, p. 26

8. MELO, op.cit.



mente por Nelson Werneck Sodré. Como não cabe aqui relatar as discussões teóricas entre os dois autores, basta citar que no caso específico da análise de Werneck Sodré sobre o atraso da implantação da imprensa no Brasil, Marques de Melo faz a seguinte consideração que, pela extensão, pode ser generalizada para quase toda a sua obra:

"Na verdade, a análise realizada por Werneck Sodré padece daquela limitação teórica, em que Darcy Ribeiro vislumbra o estigma de um 'marxismo dogmático', procurando transpor mecanicamente para as Américas as teses clássicas de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo europeu. Tendo como pressuposto básico aquele evolucionismo unilinear que contempla etapas sucessivas de relação de produção, busca o referido historiador identificar aqui a ocorrência dos mesmos fenômenos que marcaram a transformação européia, a partir do fim da Idade Média".<sup>9</sup>

No caso específico da periodização da imprensa brasileira, a linha de pensamento de Marques de Melo está presente no trabalho de Wilson da Costa Bueno quando analisa a dicotomia imprensa industrial/imprensa artesanal no Brasil.<sup>10</sup>

Para questionar a periodização de imprensa artesanal/industrial, Bueno discorda do momento de transição estabelecido por vários autores como no final do século XIX e, principalmente, da caracterização de unidades industriais:

"Se chegarmos à conclusão de que os jornais, ou pelo menos alguns deles, no final do século passado,

---

9. Ibidem, p. 106

10. BUENO, Wilson da Costa. *Caracterização de um objeto-modelo conceitual para a análise da dicotomia imprensa industrial/imprensa artesanal no Brasil*. São Paulo, USP, mimeograf. 1977 (dissertação mestrado).

já se caracterizaram como unidades industriais, na verdadeira acepção do termo, teremos obtido um dado novo e surpreendente: a imprensa, antecipando-se a outros setores da economia, ingressou na era industrial, o que, no mínimo, destrói a idéia de que a industrialização representa um processo global, ou mesmo sugere a possibilidade de a imprensa ter exercido, neste momento, o papel de agente catalizador da expansão industrial no Brasil".<sup>11</sup>

No entendimento de Wilson Bueno, não pode haver uma caracterização de imprensa industrial no Brasil, nem mesmo nos dias atuais e, se existisse, representaria somente 10 por cento da imprensa brasileira. Sua idéia é que a imprensa industrial é uma exceção, bolsões no jornalismo nacional e que, somente no final da década de 70 do século XX, seja possível se falar no início da indústria da imprensa no Brasil. O argumento básico do autor é que a industrialização é um processo, um conjunto articulado de mudanças, dotado de uma certa continuidade e de sentido.<sup>12</sup>

O trabalho de Wilson Bueno tem o objetivo expresso de mostrar a importância da imprensa do interior classificada de imprensa artesanal. Por isso, admite que a análise a respeito da imprensa artesanal estará superestimada e solicita que "o leitor faça os devidos descontos, ao acompanhar as nossas considerações no terceiro capítulo".<sup>13</sup>

Mesmo dando os descontos solicitados pelo autor, faz-se necessário um comentário sobre a questão da periodização,

---

11. Ibidem, p. 98

12. Ibidem, p. 100

13. Ibidem, p. 116

que nos encaminhará, com mais clareza, ao conceito de Grande Im-  
prensa.

No nosso entendimento, Wilson Bueno confunde (de-  
liberadamente ou não) método de produção industrial com proces-  
so de industrialização. Quando se diz que a imprensa ingressa  
na fase industrial não se afirma que houve uma industrialização.  
E sim que, no final do século XIX e começo do século XX, alguns  
jornais dos grandes centros urbanos, e aí entenda-se somente  
Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, substituíram o método  
de produção artesanal pelo industrial. Indústria significa, pa-  
ra o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda, "destreza ou arte  
na execução de um trabalho manual; aptidão, perícia; invenção,  
astúcia, engenho". O vocábulo indústria tem sentido de oposi-  
ção ao artesanal, tomando por base apenas a introdução da máqui-  
na e da tecnologia em diversos jornais do Brasil.

Essa polêmica, que de forma alguma é objeto de  
nosso estudo, assim como outras presentes nos estudos da histó-  
ria do jornalismo no Brasil - carente de conclusões mais profun-  
das - é vista na sua superficialidade.

§ § §

Para o nosso critério de periodização, tomamos co-  
mo referência as sugestões de Nelson Werneck Sodré, acrescentan-  
do alguns pontos à sua divisão de imprensa artesanal e indus-  
trial ao momento de transição localizado no final do século XIX.  
O objetivo é explicitar uma divisão e contribuir para seu aper-  
feiçoamento, principalmente distinguindo imprensa como técnica  
de impressão, de imprensa como conjunto dos meios de comunica-

ção de massa.

A imprensa como técnica de impressão passa por duas fases em sua evolução no Brasil: artesanal e industrial. Nas duas, a atividade principal é a de produzir livros, jornais e todos os tipos de impressos necessários.

A fase artesanal inicia-se com o modelo transposto de Portugal para o Brasil em 1808. São as prensas manuais e os tipos móveis que chegam com o Príncipe Regente, dando início à arte tipográfica brasileira que funciona à luz de vela. É usando processo semelhante que a tipografia do português Manuel Antonio da Silva Serva imprime a primeira gazeta da Bahia - "Idade de D'Ouro do Brasil" - em 1811.<sup>14</sup>

A fase industrial começa com o linotipo, introduzido no país no final do século XIX, e as prensas elétricas que substituem as manuais. A luz elétrica chega às tipografias e a máquina de datilografar agiliza o processo de produção. Com o processo industrial, desenvolve-se a técnica, e a divisão do trabalho vai determinar o lugar específico de cada trabalhador no processo produtivo. Na prática não se pode afirmar que um Estado como um todo ou mesmo a totalidade dos jornais de uma capital mudaram de fase de impressão. Seria o mesmo que afirmar que, com a chegada do primeiro trator ao Brasil, todos os arados foram aposentados. A mudança será lenta sendo possível até hoje encontrar tipografias que funcionam com sistema semelhante aos primeiros implantados no Brasil. Por outro lado, a sofisticação tecnológica já permite que, hoje, jornais sejam impressos

---

14. Um importante trabalho de resgate do assunto é o de SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix (Brasília): INL, 1978

através do sistema de raios laser.

Com relação ao produto dessas categorias, em ambas as fases foram impressos jornais e desenvolvidos modelos e tipos de jornalismo com objetivos específicos. Dessa forma, a fase da imprensa como técnica de impressão artesanal, produz uma imprensa artesanal (jornais artesanais) e a fase da imprensa como técnica de impressão industrial produz uma imprensa industrial (jornais industriais). Fica claro que qualquer tipologia, quanto à produção, passa pela tecnologia e, quanto ao conteúdo, passa pela ideologia. Em ambas as fases da imprensa é possível encontrar vários tipos de jornalismo que podem ser distinguidos de acordo com a ideologia que expressam.

Na fase artesanal, da ideologia das classes dominantes e das elites, sairão os jornais voltados para o mercado publicitário, para o lucro e para o exercício da dominação. Os trabalhadores, mesmo palidamente, vão produzir uma imprensa voltada para seus interesses de classe. As Igrejas enviarão suas mensagens através de periódicos assim como outros setores também se manifestam.

Na fase industrial, a atividade da imprensa não será mais uma aventura e sim um empreendimento que exige investimento. Clima propício ao fortalecimento da Grande Imprensa que, pela sua organização, periodicidade e penetração é o mais importante tipo de imprensa da fase industrial. Nessa fase, como na anterior, existe também a imprensa dos trabalhadores e de outros setores da sociedade que defendem interesses específicos.

O avanço das relações sociais, econômicas e políticas gera uma nova imprensa como técnica de impressão que, nos primeiros anos do século XX, é uma empresa industrial embrionária. Como indústria, produzirá livros, jornais, revistas, impressos de modo geral. O jornal terá que se engajar no processo de produção capitalista, pois, ao contrário de livros ou um talonário de notas promissórias, não poderá encomendar a confecção de seu produto a terceiros: assalaria empregados (jornalistas, gráficos, administração), vende espaços publicitários, vende exemplares nas ruas, racionaliza seu parque gráfico e declara-se neutro no processo político-partidário. Será a Grande Imprensa a mais importante manifestação da imprensa industrial, pois atingirá, em poucos anos de existência, grandes massas de leitores.

A distinção entre Imprensa industrial e Grande Imprensa exige esclarecimentos: entende-se como imprensa industrial o conjunto de todos os tipos de atividade jornalística, e por Grande Imprensa um desses tipos. Em muitos casos, o parque gráfico da Grande Imprensa será utilizado para a impressão, desde que devidamente remunerado, de Livros e outros jornais, não necessariamente comprometidos com os objetivos das classes dominantes.

Além dessa distinção, é necessário também um aprofundamento da análise do conceito de Grande Imprensa, em decorrência dos diversos usos que vêm sendo dado à citada expressão, nos trabalhos que tratam do assunto. A literatura consultada revelou que o termo "Grande Imprensa" é usado sem critérios objetivos, sem significação concreta e sem uma definição real. Em alguns trabalhos serve para designar órgãos da imprensa editados pela alta e média burguesia. Em outros, é usado ideologicamente para designar tudo o que não for imprensa operária e, er-

roneamente, para designar somente os grandes jornais de uma determinada época. A expressão Grande Imprensa é usada também em qualquer período histórico dizendo-se "a grande imprensa da época", sem as especificações necessárias. Fica por conta do leitor dimensionar quais os jornais da época que são classificados como pertencentes à Grande Imprensa.

Podemos tomar como exemplo o seguinte trecho da História da Folha de São Paulo:

"Cumpre salientar ainda que os imigrantes contribuíram de maneira decisiva no processo de urbanização. Em 1920, dois terços dos habitantes da cidade de São Paulo eram formados de estrangeiros e seus descendentes. Apesar da grande porcentagem de imigrantes existentes em São Paulo nesse período, e da importância que representavam no processo produtivo, sua presença era desprezada pela *grande imprensa da época*, mesmo os que se definiam por uma linha de oposição como o ESP. Seus representantes, originários das tradicionais famílias paulistas, denotavam um certo desprezo aos estrangeiros, alvo de preconceitos arraigados".<sup>15</sup>

A expressão também é comumente usada com o sentido de imprensa burguesa como fica claro no trabalho de Maria Nazareth Ferreira:

"Devido à ênfase que se quis dar às informações divulgadas pelos veículos de comunicação das classes trabalhadoras, não foram consultados os jornais componentes da "Grande Imprensa". Embora apareça uma ou outra citação, não houve a preocupação de confrontar os principais acontecimentos".<sup>16</sup>

- 
15. MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo*. IMPRESS, 1981, p. 27
16. FERREIRA, Maria Nazaré. *A Imprensa operária no Brasil - 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 17

É ainda nesse trabalho da autora que podemos encontrar uma cristalina definição de imprensa operária, um conceito que de algum modo nos ajuda a entender o que é a Grande Imprensa:

"Até numa visão superficial é perceptível a diferença dos jornais operários frente aos outros. Por exemplo, mesmo em se tratando de uma publicação periódica, o tratamento da notícia tem um grande caráter processual, recuperando e analisando os fatos. Grande parte do espaço era ocupado por textos e conferências, isto é, não se dava somente uma notícia sobre um bom texto ou conferência, mas se reproduzia na íntegra o seu conteúdo. Nota-se, deste modo, do ponto de vista da diagramação, uma nítida preocupação em ocupar todo o espaço".<sup>17</sup>

Maria Nazareth identifica também outras diferenças como o formato do jornal que variava de acordo com as condições de papel e máquinas disponíveis. O número de páginas não era padronizado, variando com os acontecimentos e o conteúdo a ser editado. A periodicidade é determinada pelos acontecimentos. Semanários podiam circular diariamente, se necessário. Outro aspecto a ser destacado era a ausência de publicidade. Não existia a figura do repórter e, ao invés do jornal procurar a notícia, a notícia procurava o jornal.

S S S

No nosso entendimento, a definição, o conceito de Grande Imprensa está vinculado diretamente ao seu processo de

17. Ibidem, p. 105



produção, ou seja, é um tipo de imprensa produzido dentro de uma estrutura capitalista que tem como objetivo o lucro. A "Grande Imprensa" é a empresa-indústria que vende notícias e tem, como base de sustentação, a publicidade. Pequena ou grande empresa, mas sempre "Grande Imprensa". Um empreendimento complexo que os primeiros 50 anos do século XX reduzem drasticamente. Na era da indústria, o empreendimento que não desse lucro seria fechado e somente os jornais apoiados diretamente pelos partidos políticos poderiam conviver com o déficit, mesmo assim por pouco tempo e passando por todos os tipos de dificuldades.

A Grande Imprensa é aquela que mercantiliza a notícia, vende a informação e veicula a ideologia da classe dominante. Dentro dessa perspectiva, até mesmo o jornal semanal ou mensal de um município do interior do Estado pode ser classificado como Grande Imprensa. Produzido dentro do processo de produção capitalista, ele será a Grande Imprensa local. É ele quem divulga a publicidade do pequeno supermercado, da farmácia e da loja de tecidos. É ele quem reproduz a ideologia dominante. É a Grande Imprensa através de uma pequena empresa, num pequeno município.

CAPÍTULO II

A GRANDE IMPRENSA NO BRASIL E NA BAHIA

## 1. A GRANDE IMPRENSA NO SUL DO BRASIL NAS DÉCADAS DE 10 E 20

Formada desde a última década do século XIX, a Grande Imprensa do Sul do país chega à década de 20 numa dinâmica que permite definir mais explicitamente o que é artesanal e o que é industrial. De acordo com as observações de Cremilda Medina,<sup>1</sup> o surgimento da empresa jornalística pode ser localizado por volta de 1890, quando se observam duas tendências no sentido de transformar a atividade jornalística em exploração comercial e industrial. De um lado, jornais tradicionais como *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio* modernizam sua estrutura econômica adquirindo equipamentos e passando a faturar, principalmente, a publicidade.

A outra tendência observada é a criação de novos órgãos, como o *Jornal do Brasil* e logo depois o *Correio da Manhã*, inteiramente estruturados como empresa e voltados, como qualquer negócio, para o lucro objetivo. Essa tendência, Cremilda Medina observa também em São Paulo, com a criação do *Diário Mercantil* e, em Porto Alegre, com a criação do *Correio do Povo*.

A conclusão da autora é que a empresa jornalística, montada com fins lucrativos, vai produzir folhas sensivelmente diferentes das ligadas a grupos políticos, buscando a maior circulação possível e, para isso, o jornal empresa passa a considerar preferencialmente o gosto do leitor. O jornal estará voltado para o que o público quer e não somente para a opi-

---

1. MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. p. 55

nião do grupo que o manipula. Surge o jornal noticioso que logo se transforma em sensacionalista, abrindo caminho para a crônica esportiva, policial e social.

Na análise de Cremilda Medina, o surgimento desse tipo de jornalismo mais maduro e avançado, na Região Sul do Brasil, está ligado a dois fatores sócio-históricos: urbanização e industrialização que geram populações urbanas com algum poder aquisitivo. O Rio de Janeiro, centro administrativo do país, pólo econômico ligado à exportação e importação, será o primeiro Estado a reunir estas condições, seguido por São Paulo, localizando-se aí os primeiros núcleos da indústria cultural como explica a autora:

"A industrialização da Região Sul, especialmente São Paulo, vai criar, no início do século, outro centro de importância. Estes núcleos do que já se pode chamar 'indústria cultural' permanecem, até a década de 50, regionalmente importantes, mas menos expressivos em termos nacionais. Por outro lado, desenvolvem-se nas unidades federais atingidas pelo avanço econômico (Rio Grande do Sul, Minas, Bahia, Pernambuco) jornais estruturados sob forma de empresa e com audiência relativamente importante".<sup>2</sup>

Para complementar esse panorama da imprensa do Sul do Brasil, podemos utilizar também as conclusões de José Nilo Tavares<sup>3</sup> que pesquisou a imprensa da década de 20 no Rio de Janeiro, procurando entender qual o caráter que ela assume, no pe

---

2. Ibidem, p. 56

3. TAVARES, José Nilo. *A imprensa na década de 20*. Rio de Janeiro, mimeogr. Associação Brasileira de Imprensa - Centro de Pesquisa do Jornalismo Brasileiro, 1980. p. 21

riodo, como veículo ideológico e como organização empresarial.

Ao traçar o perfil da imprensa no Rio, o autor afirma que, em certo sentido, seria legítimo falar-se na ocorrência de uma revolução no jornalismo na década de 20, na mesma dimensão da que ocorreu na primeira década do século, com a introdução de inovações gráficas, da linotipo, que substituiu o exército de compositores gráficos, mobilizado para a confecção de cada número (40 a 60 trabalhadores gráficos).

José Nilo Tavares entende que a década de 20 repete o fenômeno, mesmo que a revolução não se contenha nos seus marcos e se desdobre pelos anos subsequentes. Em 1920, como no princípio do século, a expansão do capitalismo, que se mostra sobre uma crise profunda, remodela toda a sociedade. Questões técnicas como a incorporação da rotogravura a cores, o reaparelhamento das oficinas gráficas (1925) bem como a modificação da organização empresarial – que inclui novos planos de assinaturas e vendas avulsas – estão na raiz da revolução.

Outro exemplo para fundamentar essa revolução é o das agências noticiosas internacionais que contribuem para a universalidade da imprensa, passando a dar grande destaque a matérias econômicas e políticas provenientes da Europa principalmente. A United Press, Harvas e Associated Press fortalecem suas estruturas de operação no Brasil e passam a fornecer informações para o país inteiro.

Como se vê, o jornalismo da década de 20 no Rio de Janeiro e São Paulo é um empreendimento montado em bases empresariais que tende a solidificar-se buscando grandes massas de leitores. As empresas criadas dentro da dimensão do lucro ficam e atravessam os anos, formando a base para a nascente indústria cultural do país.

## 2. A GRANDE IMPRENSA NA BAHIA NAS DÉCADAS DE 10 E 20

Os primeiros dez anos do século XX, na Bahia, podem ser classificados como de florescimento da imprensa. No curto espaço de 11 anos, de 1900 a 1911, surgiram 487 publicações. Um número surpreendente, revelado pelo levantamento realizado, em 1911, durante as comemorações do Centenário da Imprensa na Bahia, por Alfredo de Carvalho,<sup>4</sup> que localizou 1.760 publicações no período de 1811 a 1911. Não é exagero dizer que praticamente se escrevia sobre tudo e conseqüentemente se imprimiam jornais e outros impressos sobre tudo: humor, literatura, política, medicina, notícias em geral, música, artes, informações marítimas, comércio, vida forense, religião, ciências, esportes, defesa da loucura, notícias estudantis, maçonaria, socialismo, operários, mulher, marinheiros.

O destaque nesses 10 anos fica para os órgãos humorísticos ou "chistosos e satíricos" que tinham vida curta e nomes criativos: "A Metralha", 1901, dirigido por Osman Pachá e tendo como redatores Gasparino D'Alma e Xisto Pitú. "O Pirata", fundado em maio de 1901 e fechado em maio do mesmo ano. "A Crítica dos Rocêro", de 1901, "orgo officiã dos tabaréo". "O Chereta" saía aos sábados e era redigido por Xisto Pitú. "A Rolha" circulou de 1902 a 1904. "A Crítica", de 1903, publicou apenas três números. A "Verdade", "O Arquivo" e "O Trombone" de 1903. "A Sineta" que circulou em 1903 e 1904. "O Boliçoso", de 1904, que tinha como gerente "Zé Traquinas". "O Pimpolho", re-

4. CARVALHO, Alfredo. *Annaes da Imprensa da Bahia*. 1º Centenário 1811-1911. Bahia, Tipografia Bahiana, 1911

vista quinzenal de 1904 e 1905. "O Arara", redigido em 1904 por Puck e Pock, pseudônimo de Adolfo Pinto de Vasconcelos e Rodrigo Gesteira. "O Bilontra", propriedade de uma Associação, publicou seis números em 1904. "O Corisco" de 1904. "O Bronco" de 1905, gerenciado pelo major Aprígio de Mattos. "O Papamel" de 1905, uma "gazeta trocista". "O Trombone", de 1905. O "Martelo" de 1905-1906 publicou nove números. "O "Martelo", propriedade do Alferes Benedito Procópio de Jesus. "O Rebate", 1907, tinha como gerente o major O. Pitanga e a "Fóia dos Matuto" que circulou de 1907 a 1908. "O Matuto" de 1907, redigido pelo seu proprietário Mané Pelado. "O Alfinete" de 1908 a 1909. "O Pelado", 1908, propriedade de uma Associação.

Vale salientar que importantes figuras da vida pública e do jornalismo baiano passaram por esse tipo de jornalismo como foi o caso de Ernesto Simões Filho, fundador de A Tarde, em 1912, que dirigiu "O Papão". Um jornal humorístico, a cores, que circulou de janeiro de 1904 a março de 1905. Seu programa era RIR.

No total das 1.760 publicações encontradas por Alfredo de Carvalho, 1.147 surgiram em Salvador, mas o interior do Estado contribuiu com números decisivos a exemplo do município de Cachoeira onde apareceram 107 jornais. Logo abaixo vem Santo Amaro com 64, Feira de Santana com 54, Maragogipe com 42, Valença com 35 e Amargosa com 29. Desses 11 primeiros anos do século XX, 1905 foi o que mais produziu jornais, com 65 novas publicações. Em 1911 esse número cai para 2.

No trabalho que realizou, a pedido do Instituto Histórico, um dos poucos documentos consistentes e de extrema importância para se compor o quadro da História da Imprensa na Bahia, Alfredo de Carvalho não se limita à catalogação e analisa o período: "O Jornalismo não tem tido o desenvolvimento re-

lativo ao grau de civilização que possuímos, nem a capacidade de sobejo demonstrada neste mister, dos nossos homens de letras, entre os quais, em apreciável número, contam-se mestres do journalismo brasileiro".

Suas observações dão conta de que várias empresas jornalísticas foram fundadas com vinculação política e/ou sem vinculações, mas poucas chegaram até 1911. Entre as que chegaram, as mais antigas foram o Diário da Bahia (56 anos) Diário de Notícias (36 anos) Jornal de Notícias (36 anos) e A Bahia com 16 anos. Destaca-se também o Jornal da Bahia, depois Gazeta da Bahia e Estado da Bahia que durou 25 anos, o Correio da Bahia oito anos e o Correio de Notícias 9 anos. No Interior, o "O Regenerador" do município de Nazaré das Farinhas foi fundado em 1861 e em 1911 ainda existia.

Ressaltando que a vida da imprensa periódica é efêmera, o autor encontra como causa para isso "velhos hábitos" que levam o público a não animar tais empresas "que são em sua maioria de agrupamentos partidários". Outra causa desta efemeridade é localizada na baixa remuneração dos profissionais de imprensa que, "depois de fazerem brilhar o seu talento, emigram da província e vão para o Rio de Janeiro continuar a atividade, pois encontram melhor campo de ação a seus esforços e remuneração que não podiam encontrar em Salvador". Em último caso, retiram-se do jornalismo.

Mesmo diante dessa realidade, Alfredo de Carvalho observa que existe nessa época na Bahia "um apreciável número de espíritos tenazes mantendo no Estado uma imprensa brilhante e gloriosa. Jornalistas que atuavam defendendo ou atacando princípios políticos, sociais e religiosos, discutindo problemas de vital interesse da lavoura, das indústrias, do comércio de economia e finanças".



Na área técnica, observa-se um verdadeiro progresso no que diz respeito ao material tipográfico: "Não só em algumas tipografias, como em várias empresas jornalísticas, já em relação às fundições que possuem, abundantes e variadas, já em relação às máquinas, que são as mais aperfeiçoadas, já ao que concerne puramente aos trabalhos de composição e impressão encontrando-se artistas muito inteligentes e habilitados, que mantêm des'tart, neste particular a boa forma dos velhos compositores e impressores baianos".

É importante notar que esse quadro de euforia, ocorrido nos primeiros dez anos do século XX, vai mudar sensivelmente nas duas décadas imediatamente seguintes e nas posteriores. Como observador da época, Alfredo de Carvalho diz que as publicações tinham vida efêmera. Sai o primeiro número e não sai o segundo. Qualquer tema era assunto para se publicar um jornal que certamente tinha número de leitores reduzidíssimo. Dessa forma, os primeiros dez anos do século XX marcaram nos centros urbanos mais avançados, a capital, os últimos anos da imprensa artesanal. Depois de 1910, a indústria gráfica iniciou nova fase, aperfeiçoou-se e desenvolveu-se. A produção mais complexa não deixa espaços para publicações que desaparecerão no dia seguinte. Mesmo na fase artesanal, o levantamento realizado por Alfredo de Carvalho mostrou que só os jornais ligados a partidos, instituições ou que tinham como objetivo o lucro, viveram longos períodos. Na fase industrial, a complexidade da produção elimina mais ainda as publicações sem estruturas. Depois de 1910, somente as publicações que nasceram apoiadas em capital para comercializar a notícia, vender publicidade ou para servir de instrumento partidário, sobreviveram.

Os jornais que conseguiram ultrapassar a fase artesanal e ingressar na industrial tinham causas definidas. Dos

cinco jornais que chegaram até 1911, o Diário da Bahia é o melhor exemplo de como foi possível se sustentar durante 56 anos em conjuntura adversa, ultrapassar os anos 10 e 20, e sobreviver até meados do século XX. Além disso, a história do Diário da Bahia é exemplo das formas de existência da empresa jornalística, começando com a tentativa de implantação da empresa independente. Passando por vários proprietários, ligados a diferentes interesses, o Diário da Bahia exemplifica os caminhos percorridos por uma empresa jornalística para subsistir.

#### DIÁRIO DA BAHIA

Fundado em janeiro de 1856 por Demétrio Cyraco Tourinho e Manoel Jesuíno Ferreira, passou em agosto do mesmo ano à propriedade exclusiva de Manoel Jesuíno Ferreira que se retirou do negócio em janeiro de 1857. Seu programa original pregava a neutralidade, na tentativa de firmar-se como empresa comercial no mercado, numa época em que a maioria dos jornais veiculava notícias com interesses definidos, a exemplo dos partidos políticos. Dentro disso, proclamava-se:

"Orgão independente e imparcial, disse o nosso antepassado que o graphou, fôra da acção dos partidos para louvar o ou censurar a quem quer que seja, governante ou governado, falando sinceramente ao povo dos seus mais sérios interesses para que elle possa confiadamente acceitar as doutrinas que lhe são benéficas, de atalaia contra os abusos e os opressores, exercendo com abnegação e sem interesse de bandos políticos e bajulações do poder o seu nobre ministério, temos fé em Deus que será o Diário da Bahia..."<sup>5</sup>

5. SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*; nota introdutória de Fernando Sales. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, Brasília: INL, 1979, p. 26

A neutralidade e a imparcialidade por certo não trouxeram lucros para Demétrio Tourinho que admitiu, em artigo, a falta de sucesso do Diário da Bahia, justificando que "... a vida política do Diário tem sido, acompanhando a opinião pública, não a tem querido dirigir. Não tem hasteado bandeira alguma no terreno das discussões políticas..."<sup>6</sup> Em 19 de fevereiro de 1858 Demétrio Tourinho vendeu o jornal ao bacharel José Joaquim Landulfo da Rocha que defendia a carta constitucional e um Governo Parlamentar. O novo dono entendia o jornalismo como "o pão do espírito que cotidianamente ele distribui com mão igual ao rico e ao pobre, defendendo também o jornalismo acima dos interesses e paixões do partido, mas deixando claro que não era indiferente à política". Seus sonhos duraram pouco e, em 02 de janeiro de 1860, Demétrio Tourinho retornou ao Diário. Depois de todos esses anos de altos e baixos, finalmente, em 1868, o Diário da Bahia passou às mãos do Partido Liberal sob direção do Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas e Pedro Leão Veloso que representavam uma sociedade composta dos homens do partido. Como porta-voz liberal, passou a viver de acordo com a posição do Partido no cenário político. De 1868 a 1872 ficou no ostracismo, ganhando força em 1878, quando o partido retornou ao poder. Nesse período, o Diário tem como colaborador Ruy Barbosa que mais tarde seria um de seus principais dirigentes. Em 1876, o Diário sofreu concorrência interna, quando uma ala dissidente do Partido Liberal fundou o "O Monitor", que não foi adiante. Em 1894, o Diário da Bahia passou a ser órgão do Partido Federalista, depois Partido Republicano Constitucional, acompanhando as mudanças políticas de seus proprietários. Com a morte de Augus

---

6. Ibidem, p. 28

to Guimarães, proprietário nessa fase de muitas mudanças partidárias, o Diário passou a ser administrado por José Otacílio dos Santos que tentou imprimir uma nova condição de jornal popular ao Diário da Bahia. Na sua edição de 1º de janeiro de 1897 dizia: "Entrou hoje no 43º ano de publicação o Diário. Diz-nos a consciência que em seu tão longo período o Diário da Bahia se desviou da sua rota, quer na phase política, quer ultimamente, quando retraindo-se das lutas de partido, acentuou-se como órgão independente e devotado aos interesses da sociedade sem liames partidários..."

Com essa perspectiva o jornal passou por modificações. Começa a divulgar notícias do Rio e Exterior, tendo inclusive correspondente em Paris. Passa a ser vendido em alguns pontos da cidade e em novembro é publicado em dias alternados. A crise do papel e a crise administrativa fazem com que o Diário, em 1899, mude de proprietário, sendo adquirido por Rodrigues Guimarães por 120:000\$00. Sua primeira atitude é a modernização e a admissão de vendedores ambulantes, inovando a venda feita somente em estabelecimentos. A partir deste momento o jornal é visto como um produto à procura de consumidores. Seu objetivo imediato era a eleição ao cargo de Intendente Municipal a que se candidata pela oposição, apoiado pelo comércio e pelo Partido Constitucional. Derrotado após uma crise que envolve o comércio e o Governo do Conselheiro Luís Viana, o Diário foi fechado e reaberto mais tarde em mãos do político Severino Vieira que o conserva até 1917.

Como se vê, as poucas tentativas de manter um jornal autônomo, exclusivamente como órgão noticioso, não vingaram. A sustentação de um jornal, na fase artesanal, por longo período só foi possível graças à proteção partidária.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA DA GRANDE IMPRENSA BAIANA

## 1. OS JORNAIS QUE COMPÕEM A AMOSTRA: GÊNESE E EVOLUÇÃO

Cobrimo um espaço cronológico entre 1912 e 1930, os jornais da amostra - A Tarde, O Imparcial, Diário da Bahia e Diário de Notícias - são estudados, a partir do momento em que localizamos modificações empresariais suficientes para enquadrá-los na definição de empresa embrionária da fase industrial do jornalismo baiano. No caso de A Tarde e O Imparcial, esse momento corresponde à época de fundação das empresas, respectivamente em outubro de 1912 e 24 de maio de 1918.

No Diário da Bahia, essa fase corresponde a 27 de junho de 1918, quando, após a morte do ex-proprietário, o político Severino Vieira, em 1917, é constituída uma nova sociedade tendo à frente o também político Pedro Lago. Como incorporador, Pedro Lago reuniu 42 acionistas para dar continuidade ao Diário da Bahia, fundado em 19 de janeiro de 1856 por Demétrio Cyriaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira, classificados como liberais históricos. Em 1868, o jornal foi adquirido por uma associação constituída por membros do Partido Liberal tendo à frente Manuel Pinto de Souza Dantas, o Conselheiro Dantas. No ano de 1880, após sucessivas compras de partes pertencentes a outros membros, Augusto Guimarães tornou-se proprietário absoluto até abril de 1899, quando foi adquirido pelo dr. Domingos Rodrigues Guimarães, um comerciante ligado ao Partido Constitucional. No final de 1899, o jornal foi fechado por motivos econômicos e circunstâncias políticas, sendo reaberto em 1901, após ser adquirido por Severino Vieira que governou o Estado de 1900 a 1904. Após a morte de Severino Vieira, o jornal é administrado por Pedro Lago que em 1918 forma a nova sociedade.

O Diário de Notícias é visto a partir de 30 de a-

bril de 1919, quando a empresa deficitária do Vicente Ferreira Lima do Amaral foi vendida a um grupo que tinha como incorporador Altamirando Requião e Antonio Marques dos Reis. A nova sociedade composta por 58 acionistas deu continuidade ao jornal fundado em 19 de março de 1875 por Manoel da Silva Lopes Cardoso. Após a morte de Lopes Cardoso, em 23 de junho de 1887, o jornal continuou por mais dez anos a ser editado pelo redator chefe e gerente Eduardo De Vecchi, até ser vendido, em maio de 1897, para o professor Cassiano Gomes. Em seguida passou para o Coronel Vicente Lins Ferreira do Amaral que o fez voltar à circulação em 16 de março de 1903, passando o negócio adiante em 1919.

Todos os jornais da amostra, com exceção de A Tar de por motivos que serão explicados adiante, são sociedades anônimas constituídas de acordo com a legislação existente na época (decreto 434 de 1891), e registradas na Junta Comercial do Estado, como mostra a documentação ainda arquivada no órgão de controle estadual.

Registradas como indústrias, as sociedades foram formadas com o fim específico de continuar publicando os respectivos jornais e abrindo, também, a perspectiva para as demais atividades do ramo. O parágrafo segundo do artigo terceiro dos Estatutos do Diário de Notícias dizia que um dos fins da sociedade era a exploração geral da indústria da imprensa e conexas. O parágrafo segundo do artigo segundo dos Estatutos do Diário da Bahia rezava que o objetivo era "explorar as indústrias tipográficas, litográficas, de impressão e encadernação, bem assim exercer o comércio de todo o gênero de negócio concernente a este ramo da indústria". O Diário da Bahia abria também a perspectiva para exploração de outros jornais conforme diz o parágrafo terceiro do artigo segundo dos Estatutos: "Editar,

se a diretoria achar conveniente, um jornal vespertino, para o que creará um novo com a denominação que entender, ou adquirirá um dos existentes, incorporando-os ao patrimônio social". Na mesma linha, o estatuto de O Imparcial criou uma sociedade, com duração de 25 anos, tendo por fim manter um "diário independente na imprensa", podendo explorar quaisquer outras publicações.

Estruturadas como sociedades anônimas, as empresas tinham capital social fixo dividido entre seus acionistas. No caso do DN, o capital de 200 contos estava dividido em mil ações de 200\$000 e foi empregado inicialmente na compra de todo material, instalações, contratos e título do jornal. A sobra foi aplicada em reformas e melhoramentos necessários, como está posto na Ata da Assembléia Geral de Constituição da empresa.

Na formação do Diário da Bahia, o procedimento foi semelhante com o capital social de 250 contos dividido em 2.500 ações de 100\$000. De acordo com o artigo 3º do estatuto, a sociedade tinha prazo de 30 anos e todo acionista, possuidor do mínimo de 10% das ações tinha direito a voto. Além disso, o parágrafo 2º do artigo 10 do Estatuto deixava claro que "não é permitido à assembléia geral discutir, analisar, ou intervir na orientação redacional do Diário da Bahia, ou de qualquer outro jornal editado pela sociedade, objeto da exclusiva competência e responsabilidade do diretor da redação".

No jornal O Imparcial, o capital de 110 contos foi dividido em 550 ações de 200\$000. Todos os acionistas tinham direito a voto e o parágrafo único do artigo 19 não permitia à Assembléia Geral discutir, analisar ou intervir na orientação redacional do jornal.

Em todos os casos - exceto de A Tarde - a direção das empresas era constituída em assembléias gerais e voltavam-se, na prática, basicamente para explorar os jornais comprados



ou criados como mostra a estrutura de direção. No Diário da Bahia, a sociedade era administrada por dois diretores: um diretor de redação e um diretor caixa-gerente, eleitos para período de seis anos com direito a reeleição. No Diário de Notícias, a administração cabia a um diretor presidente (remuneração mensal de 800\$000), um diretor secretário (600\$000 mensais) e um diretor tesoureiro com remuneração mensal não fixada em assembleia geral. Nos estatutos do DN, já se encontra a forma da divisão de lucros que obedecia aos seguintes percentuais: 35% para fundo de reserva, 30% para quotas de dividendos e 25% para comissão dos diretores, sendo 10% para o presidente e secretário e 5% para tesoureiro.

No Imparcial, de acordo com o artigo 39 dos estatutos, a divisão dos lucros líquidos verificados seria a seguinte: 5% para o fundo de reserva; 5% para deterioração e substituição do material; 5% para ampliação do material; 5% para, em quotas iguais, serem distribuídas, a juízo do diretor geral, pelos redatores, colaboradores e empregados que mais esforços tenham demonstrado no desempenho dos seus deveres; 2% para o fundo de beneficência até completar a quantia de 10:000\$000 e se destinará a socorrer os empregados que sofrerem acidentes no serviço da empresa; 15% para os diretores e o restante dos lucros será distribuído aos acionistas.

A administração de O Imparcial cabia a dois diretores denominados diretores gerais, com 600 mil réis mensais de salário e o diretor caixa-gerente (300 mil réis mensais) com mandatos de três anos e direito à reeleição. Além dessa remuneração fixa, o diretor geral ganhava mais 10 por cento sobre os lucros líquidos, enquanto o diretor caixa ficava com cinco. Como foi dito, todos os jornais cumpriam a legislação existente, menos A Tarde.

A Tarde foi fundada por Ernesto Simões Filho em 15 de outubro de 1912. Advogado e político, Simões herdou do seu tio-avô Galdino Fernandes da Silva um lote de ações do Banco da Bahia que lhe rendera 23 contos de réis. Com essa quantidade, ele colocou em funcionamento o jornal através de uma empresa individual aparentemente sem capital de terceiros. Os registros de A Tarde não foram localizados por pesquisadores que se ocuparam do jornal e mesmo por um dos biógrafos de Simões Filho, o professor baiano Walfrido Moraes.<sup>1</sup> De acordo com Walfrido Moraes, os primeiros documentos de A Tarde são localizados a partir de 1916. Tal documentação, certamente em poder da família, ainda não foi aberta para pesquisa e todas as tentativas de consultas foram, até aqui, infrutíferas. Da inicial organização de A Tarde, sabe-se apenas que Simões era o diretor e, enquanto fazia política, o jornal propriamente dito era feito pelo jornalista carioca Henrique Cância que ocupava o cargo de redator secretário.

#### ACIONISTAS

Na condição de sociedades anônimas, os jornais que compõem a amostra tinham acionistas que no final do exercício deveriam obter dividendos do investimento realizado. Nos três casos (Diário da Bahia, Diário de Notícias e O Imparcial), o capi

---

1. O professor da Escola Técnica Federal da Bahia Walfrido Moraes é autor de uma biografia sobre a vida de Ernesto Simões Filho elaborada para concorrer ao Prêmio Simões Filho, instituído pelo Jornal A Tarde, quando completou 70 anos em 1982. O trabalho aguarda publicação e nos foi mostrado na condição de divulgação parcial.

tal foi pulverizado entre muitos acionistas, concentrando-se o número maior de ações entre os principais investidores do grupo que efetivamente tinha o controle das empresas.

Das mil ações do Diário de Notícias, 200 pertenciam a Altamirando Requião, 100 a Francisco Amado da Silva Bahia, 100 ao dr. Hermano Santana, 65 a Antonio Marques dos Reis, 50 a Manoel Moniz Barreto e 40 a Pedro da Costa Dória. As demais, divididas em cotas de 25, 15 e 10 ações foram subscritas pelos outros acionistas. O mesmo ocorre no Diário da Bahia. Das 2.500 ações de 100\$000, 670 foram subscritas por Pedro Francisco Rodrigues Lago, 670 por Plínio Moscozo, 100 por Bernardo Martins Catarino, 100 por Magalhães e Cia. e o restante em lotes de 50, 30, 20 e 10 ações pulverizado entre os demais acionistas.

O Imparcial dividiu seu capital de 110 contos em 505 ações de 200 mil réis, cabendo 50 ações para Costa e Ribeiro, 50 para dr. Lino Meirelles da Silva, 50 para Moraes & Comp. 50 para Magalhães & Comp. 25 para Antonio Manso, 25 para João Baptista Machado e o restante dividido em lotes de 15, 10 e 5 entre os demais acionistas.

## 2. SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA

O capital comercial foi a base de sustentação da embrionária Grande Imprensa baiana do começo do século. Assim como ativou diversos setores da economia, o excedente gerado pela atividade comercial sustentou a indústria da imprensa. Nessa fase inicial é preponderante o investimento do comerciante tanto a nível de compra de ações para fundar as empresas, como pos

teriormente, com os anúncios diários. Ao contrário do Sul do país, que chega a década de 20 do século XX em estado técnico mais avançado e usufruindo também do capital industrial, a imprensa baiana não pôde contar com a dependente e incipiente indústria do Estado.

O perfil da indústria baiana pode ser traçado a partir de 1875, quando o Estado possuía 12 estabelecimentos fabris só no setor algodoeiro, superando São Paulo e o Distrito Federal com 9 e 11 respectivamente. Em 1892, o Estado ocupava o 3º lugar na produção industrial do país com 142 indústrias. Daí para frente, a indústria entra em processo de estagnação, perdendo a concorrência para a forte agricultura voltada para exportação.

De acordo com a análise do economista Rômulo Almeida, a agricultura fomentou a indústria, pelo lado da fácil aquisição de matéria prima nas crises do setor exportador, mas impedia o seu desenvolvimento rápido no que se refere à demanda. Pois o mercado era fraco, em consequência dos baixos preços dos produtos agrícolas e da deficiente e instável distribuição destes produtos. Também concorriam para este quadro, as condições de preço e mercado no exterior e as pragas, bem como as secas, no interior, mesmo levando-se em consideração a diversificada produção regional.

Localizada em Salvador, Valença e Santo Amaro, a indústria baiana dessa fase tinha como características principais o pequeno capital, a utilização da matéria prima local e o caráter de complementariedade com o setor agropecuário. Além disso, podia ser caracterizada também como artesanal, com ampla predominância de pequenas empresas. De 1875, 1º surto industrial, até o começo do século XX, a Bahia conseguiu fabricar produtos têxteis, chapéus, calçados, cerveja, azeite, rapé, cigar-

ros, charutos, material tipográfico, velas, vinagre, doces, caixas de papelão e outros produtos industriais menores. Dessa produção, a mais importante foi a têxtil que conseguiu atravessar sucessivas crises.

O primeiro surto industrial da Bahia entrou em decadência com a expansão da lavoura cafeeira no Centro-Sul e o processo de industrialização que surgiu em seu bojo. Rômulo Almeida destaca que, com a concorrência do Centro-Sul, a questão muda de forma e não será mais de estagnação a situação da indústria baiana e sim de "esvaziamento", em decorrência do surgimento de um núcleo mais forte e "dinâmico", capaz de polarizar de forma crescente o espaço econômico nacional.

Sem indústrias e principalmente sem perspectivas de tê-las, a Bahia se sustentou através do comércio que abrangia os seguintes segmentos: o de exportação de produtos agrícolas para o exterior; o importador; o comércio varejista ou pequeno negócio, e uma série de intermediários entre esses extremos. As grandes fortunas eram feitas e acumuladas no comércio de exportação-importação, setor de peso fundamental na economia.

Era, portanto, no comércio que a imprensa se apoiava para sobreviver.

A Tabela I mostra os investimentos dos diretores da Associação Comercial da Bahia na imprensa baiana no período de 1890 a 1929 e demonstra a dimensão da importância dada ao setor pelos homens do comércio. Os dados da tabela foram extraídos de um levantamento feito por Mário Augusto da Silva Santos<sup>2</sup>

---

2. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República*; um grupo de pressão. Salvador, 1973, mimeogr. (Dissertação Mestr., Fac. Fil. Ciên. Hum. UFBA.) anexos - quadro I-A.

INVESTIMENTOS EM JOYHAIS DE DIRETORES DA ACB

DIRETOR	CARCO	PERÍODO	DIÁRIO DA BAHIA		DIÁRIO DE NOTÍCIAS		A BAHIA		O IMPAR-CIAL		O NORTE		JOPHAL DE NOTÍCIAS		O DEMOCRATA	
			Nº de ações	Valores	Nº de ações	Valores	Nº de ações	Valores	Nº de ações	Valores	Nº de ações	Valores	Nº de ações	Valores	Nº de ações	Valores
João Antunes de C. Menezes	Diretor <sup>(1)</sup> Tesoureiro	1896-1897					170	8.500								
Joaquim Vidal Gama	Diretor	1896-1897					0,250									
Antonio de Araujo Porto	Diretor	1896					10	0,500								
Joaquim de Bessa Ribeiro	Diretor	1897					10	0,500								
Manoel Francisco Gonçalves	Diretor	1899					10	0,500								
João Lopes Carvalho	Diretor <sup>(2)</sup>	1900			15	3	-	5,400	15	3	4	2				
Francisco José R. Pedreira	Diretor <sup>(3)</sup>	1900			-	5	10 <sup>(4)</sup>	0,500					10	2		
Manoel Joaquim de Carvalho	Diretor	1900-1901							-	1						
Manoel José Pedrosa Junior	Diretor	1900					5	0,250								
Eduardo José Fernandes	Diretor <sup>(5)</sup>	1900			5	1	5	0,250	-	(6)	-					
Bernardo Martins Catarino	Diretor	1900	-	10					-	10			50	10		
Leonardo Henrique de Azevedo	Diretor	1900	-	2			10	0,250								
Deraldo Dias	Diretor	1900-1901					-	8,100				-	0,500			
Raimundo P. de Magalhães	Diretor	1901-1904	-	10					-	10			30	6		
Lourenço Costa	Diretor <sup>(7)</sup>	1901			-	2										
José Joaquim Fernandes Dias	Diretor	1902-1903	-	3	-	2			-	1						
José Maria de S. Teixeira	Diretor	1902-1903			-	5										
Emil Wildberger	Diretor <sup>(8)</sup>	1902-1903							-	1						
Adolpho Ballalai	Diretor	1902-1903							-	3			20	4		
Adolpho Hirsch	Diretor	1902											5	1		
Antonio da Costa Lino	Diretor/Secretário	1903			-	5			-	10			15	3		
Manoel da Cunha Matos	Diretor <sup>(9)</sup>	1904			-	1			-	3						
José Antonio da S. Costa	Vice Presidente	1905							-	3			25	5		
Francisco José S. Fortuna	Diretor/Secretário	1905	-		-	2										
José Abrahão Cohim	Diretor	1905													10	1
Genésio de Seixas Sales	Diretor	1906									2	1				
Manoel Dias da Silva	Diretor	1906	-	2	5	1										
Antonio Carlos de Soveral	Diretor <sup>(12)</sup>	1907	50	5					-	3			5	1		
Fábio Carvalho	Diretor	1907			-	1										
Alfredo César Cabussu	Diretor <sup>(13)</sup>	1907					-	16,720								
Benito Berilo de Oliveira	Diretor	1907	-	1	5	1										
Alfredo de Queiroz Monteiro	Diretor	1909												10	1	
Mario Gomes dos Santos	Diretor	1910	20	2					-	3						
Eudoro Tude de Souza	Diretor	1910-1911	-	5												
Alberto Morais M. Catarino	Diretor	1911	-	5									5	1		
Eduardo Duder	Diretor	1912											-	1		
Plínio Moscoro	Vice Presidente	1914-1915	-	40									10	2		
Joaquim Lopes Brandão	Diretor	1914			-	1										
Plínio Tude de Souza	Vice-Presidente <sup>(14)</sup>	1916-1918	-	5	-	2			-	3						
José Canuto dos Passos	Diretor	1916			-	3			-	3						
Antonio Manso	Diretor	1916-1918			10	2			-	5						
Antonio Ferreira Santos	Diretor	1916-1918			5	1										
Augusto Guilherme P. Carvalho	Diretor	1916-1918							15	3						
Manoel Lopes de A. Castro	Diretor <sup>(15)</sup>	1916-1918			5	1			-	1						
José Ma. Pereira Pimenta	Diretor	1918			-	1										
Rodolfo de Souza Martins	Diretor <sup>(16)</sup>	1914			-	3										
Adelino Fernandes Coelho	Diretor <sup>(17)</sup>	1919-20-21			-	1										
Antonio Fernandes Dias	Diretor	1919-1922			-	1							5	1		
Octacílio Nunes de Souza	Diretor	1921-1922			-	2										
Miguel Bartilotti	Diretor <sup>(18)</sup>	1923			20	2			-	3						
Alfredo Henrique de Azevedo	Diretor	1923-1925											5	1		
Fernando Scaldaferrri	Diretor	1923-1924														

\* Valores em contos de reis

(1) - Diretor de 1898 a 1899

(2) - Presidente 1901

(3) - Presidente 1901

(4) - Mais 3 contos em ações A Bahia

(5) - Diretor tesoureiro 1901

(6) - Não especificado

(7) - Diretor secretário 1907

(8) - Diretor em 1913

(9) - Diretor tesoureiro 1905

(10) - Diretor 1906

(11) - Diretor 1906

(12) - Presidente 1911

(13) - Presidente 1912/1913

(14) - Presidente 1926-1927

(15) - Vice presidente 1919-1923

(16) - Presidente entre 1919-1923

(17) - Tesoureiro 1923

(18) - Presidente 1924-1925

FONTE: SANTOS, Mário Augusto da Silva. Associação Comercial da Bahia na Primeira República; um grupo de pressão. Salvador, 1973, mimeogr. (Dissertação Mestr., Fac. Fil. Ciên. Hum. UFBA.)  
Anexos - quadro I-A.

com o objetivo de mostrar a penetração dos homens do comércio nos demais setores da economia. Fica provado que os comerciantes aplicaram o capital excedente em praticamente todos os setores ao longo da República Velha.

Essa atitude, além de representar um investimento financeiro era, para o comércio, a forma mais eficaz de influir e controlar – em muitos casos – o meio de comunicação mais importante da época. No seu trabalho sobre a Associação Comercial como grupo de pressão, Mário Augusto observa que nessa tentativa de controlar a imprensa, o comércio não criou uma imprensa especializada e preferiu os jornais ordinários.<sup>3</sup> Além disso, a tática dos comerciantes era a de não dar publicidade aos laços estabelecidos entre os editorialistas e os membros da Associação Comercial. Desse modo, os jornais apareciam para o grande público como veículos autônomos e independentes. As pesquisas de Mário Augusto levaram-no a afirmar que, em 1919, quando a oposição ao governador Antonio Moniz (seguidor do ex-governador J.J.Seabra) se consolidava, as figuras mais representativas da Associação Comercial passaram a controlar financeiramente três das mais importantes publicações diárias de Salvador: O Diário da Bahia, O Diário de Notícias e O Imparcial.<sup>4</sup> Essa relação se completa com A Tarde, pois Simões Filho fez do seu jornal uma das bases de comunicação da classe conservadora até o final da primeira República. As conclusões de Mário Augusto são de que a intensidade de utilização da imprensa, e consequentemente, o investimento feito pelos comerciantes era inversamente

---

3. Ibidem. p. 185

4. Ibidem. p. 186

proporcional às facilidades de acesso ao poder. Isto nos leva a concluir que, sempre quando estavam distantes do poder, os homens do comércio e os investidores em geral usaram a imprensa como forma de ganhar espaço na sociedade.

Além dos acionistas diretamente vinculados à Associação Comercial, outros acionistas também investiam nos jornais, trazendo capitais da indústria, da lavoura e do setor exportador. Muitos desses investidores aplicavam recursos em jornais diferentes, caracterizando o lado profissional do investimento que, em alguns momentos, passa ao largo da questão meramente política de influir na opinião pública. A idéia geral era a de que a atividade podia ser lucrativa e portanto valia o risco. Desse modo, os seguintes capitalistas participaram simultaneamente do investimento inicial do Diário da Bahia, em 1918 e do Diário de Notícias em 1919: José Joaquim Fernandes Dias, José Canuto dos Passos, Pedro Bacelar de Sá e Manoel Rodrigues Pedreira.

#### PUBLICIDADE

Além da captação de recursos através da composição acionária inicial, as empresas jornalísticas eram sustentadas estruturalmente pela publicidade que veiculavam diariamente, pela venda avulsa, pela venda antecipada de assinaturas e também pelos partidos políticos. Em 1912, segundo Walfrido Moraes, Simões Filho, de A Tarde, se orgulhava de não contar com o "bafego oficial" em sua empresa. Isto porque, durante muitos anos na situação, o Partido Democrata financiou o jornal "O Democrata" e eram muitas as denúncias veiculadas no Diário da Bahia e Diário de Notícias de que o partido da situação não poupava pu-



blicidade e recursos diretos para jornais que lhe eram simpáticos.

A manipulação da imprensa foi denunciada também por Ruy Barbosa em conferência aos militares, no Rio de Janeiro, ao afirmar que o primeiro cuidado dos pseudo-estadistas, meros monopolizadores, é organizar o estado maior dos difamadores da honra dos adversários, cevando com o dinheiro do Tesouro os jornalistas mercenários. Ruy misturou linguagem popular e erudição para atacar a imprensa:

"Assim como em certos bairros de mau nome há panachas e patrojonas que gandaiam com o cobre humilde do marujo e do soldado, assim como há phryneas, messalinas e hierotulas que seduzem os artistas, assim também no Tesouro. Há espécies de jornalismo indigno, desde os periodiqueiros até os periodistas, desde os jornalecos até os jornalacos, desde os sarreões, baxagas da publicidade até as ireteras, às aspásias, às altas mundanas da pena ou da tribuna, prontas a se vendem ao Tesouro.

Há para todos os gostos, todos os preços, caricaturas mofinas, artigos de fundo em revistas hebdomadárias, em quotidianos, em ligeiras folhas, polposos cadernados, vastos lençóis linotipados à disposição do freguês".<sup>5</sup>

A ira de Ruy Barbosa inspirou o Diário de Notícias que, no editorial "Prostituidores e Prostituídos", 24 de maio de 1919, afirmou que os corsários do jornalismo nada valem, pois são tipos sem honra, sem brio, sem vergonha: "Eis a prostituição da publicidade que se amanceba, que se encubina, que berrega com o Governo. Os governos se igualam aos prostituídos, saqueando o Tesouro para comprar a difamação dos adversários".

---

5. Diário de Notícias, edição de 24 de maio de 1919

No seu trabalho sobre a vida de Simões Filho, Walfrido Moraes afirma que ele inovou o mercado publicitário da época introduzindo um conceito utilizado na França, do Jornal de Paris. De acordo com esse conceito, Simões publicava matérias de interesse comercial e pessoal, desde que devidamente pagas, sendo um pioneiro na instituição da hoje conhecida "matéria paga". Para Walfrido, essa atitude levava à educação do comerciante que aprendia a pagar pelos seus interesses. Mas a atitude não foi aceita com tranquilidade pelos meios comerciais da época e a oposição classificava Simões como "jornalista de balcão". Essa diferenciação entre material editorial (publicado por iniciativa exclusiva do jornal) e o material de divulgação publicitária sempre foi um preceito básico do jornalismo, utilizado para justificar a venda da notícia, do jornal em si. Caso contrário, se tivesse repleto de publicidade, o jornal seria dado gratuitamente, pois seus custos estariam cobertos.

A questão da publicidade sempre foi de fundamental importância para a manutenção dos jornais e isso Simões Filho deixou claro quando comentou, em A Tarde, o lançamento do primeiro número de "O Imparcial". Na nota, "A Tarde" dizia que o Imparcial se instalou "na publicidade como um campeão", pois trazia três das seis páginas repletas de anúncios, desde a máquina de datilografar Remington até anúncios pequenos de remédios e casas funerárias. No seu segundo número, "O Imparcial" ressaltava que houve uma convivência pacífica na disputa publicitária: "Antes de virmos aos domínios da publicidade, a imprensa da cidade, a cujo seio nos acolhemos, teve palavras carinhosíssimas para conosco". É interessante notar que em lugar de se referir ao mundo das notícias, os jornais referem-se sempre ao mundo da publicidade como se estivessem querendo destacar a disputa pelo mercado. Apesar de que a expressão "domínio da pu

blicidade," poderia também significar o mundo da notícia e dos anúncios como um todo. O certo é que nenhum dos jornais pesquisados circulou com menos de 40% e 50% de anúncios em suas páginas.

O destaque para a publicidade também é dado pelo Jornal de Notícias no relançamento do Diário da Bahia em 16 de maio de 1919: "Surgiu ontem nas rodas da publicidade, completamente reformulado, o velho órgão Diário de Notícias..."

No caso do Diário de Notícias, comprado de Vicente Ferreira Lins do Amaral, em abril de 1919, a publicidade sofreu grande reformulação nos 15 dias que ficou parado para reformas. Ao anunciar a suspensão da circulação do Jornal, o diretor Altamirando Requião fez questão de frisar que entre as reformas introduzidas uma delas seria o "avantajamento de sua parte comercial, além de dar uma feição mais moderna do jornalismo nacional". Na primeira edição depois da reforma, 16 de maio de 1919, o Diário de Notícias trazia quatro de suas oito páginas com publicidade, incluindo os anúncios populares e o "Indicador do DN", dedicado a médicos e advogados.

Nos números seguintes, com oito páginas ou quando reduzia esse número, o DN sempre reservava 50 por cento do seu espaço para a publicidade. Os anúncios eram distribuídos entre a crescente indústria farmacêutica (com produtos como Ascaridina, Vermífugo do Dr. Schmidt, Elixir Nogueira, A Saúde da Mulher) empresas estrangeiras e o comércio local. A preocupação com o faturamento da empresa fez com que o Diário de Notícias criasse mecanismos para atrair clientes. No dia 19 de maio de 1919 publicou nota anunciando que "no desejo de bem servir aos seus anunciantes colocará sempre os anúncios envoltos com o noticiário, para que assim o leitor os veja com maior facilidade. Este sistema só pode trazer lucro aos que fazem propaganda, que terão assim os seus produtos melhor conhecidos".

A sustentação desses jornais através da publicidade de foi possível, pois a década de 10 significou para a Bahia o começo da era da propaganda de massa que se consolidaria depois da II Guerra Mundial. Nessa fase inicial, os próprios jornais elaboravam os anúncios até que no começo dos anos 20 contaram com o decisivo apoio das agências de publicidade. Na Bahia, agências do Sul possuíam escritórios que sobreviveriam graças ao "boom" da indústria automobilística e sua crescente necessidade de vender. A necessidade de venda descobre a publicidade que, por sua vez, terá nos jornais o principal veículo de divulgação. Em síntese, os jornais sobrevivem graças ao mercado publicitário crescente e abundante e em consequência do desenvolvimento comercial/industrial que utiliza a propaganda de massa como meio de venda.

#### VENDA AVULSA

A absoluta falta de dados sobre o número de exemplares impressos e vendidos pelos jornais não nos permite afirmar que essa vendagem foi ou não fator preponderante na manutenção financeira das empresas. Sabemos apenas que se levando em conta o alto número de analfabetos na Bahia do começo do século e as dificuldades de circulação, o número de exemplares vendidos não significava muito na receita dos jornais. Afinal, o custo de impressão - compra de papel importado e maquinário - sempre foi um empecilho para a manutenção das empresas que se apoiavam na receita publicitária. Ou seja, o custo do jornal sempre foi coberto pela malha publicitária e a venda significava apenas uma receita adicional. O esforço de vender mais jornais representava muito mais ampliar o número de leitores que

o aumento real do lucro.

Nesse ponto, os jornais nunca descuidaram e procuraram sempre ampliar o número de leitores. Para isso, além dos gazeteiros que distribuíam os jornais nos bairros, utilizaram pontos fixos de venda. O sistema de venda por assinatura também foi utilizado, beneficiando a capital e parte do interior do Estado que enfrentava grandes dificuldades de transportes. No começo do século, o interior baiano mais importante compreendia o Recôncavo, Chapada Diamantina e o Centro Sul que despontava como pólo cacauero e comercial do Estado.

### 3. ESTRUTURA EMPRESARIAL

A estrutura empresarial da embrionária Grande Imprensa baiana em nada fica a dever às grandes empresas onde a divisão do trabalho racionaliza a produção e aumenta a lucratividade. A fase de transição da imprensa artesanal para a imprensa industrial, na Bahia, mostra que os empresários - donos dos jornais - tinham preocupações concretas com o nível do produto a ser oferecido ao público leitor, cercado-se de cuidados especiais com relação à mão de obra e também ao maquinário.

Na criação de "O Imparcial" o cargo de caixa-gerente, importante, pois cuidava da área comercial, seria exercido por Arthur Mattos, um experiente funcionário, que já tinha exercido a função em "A Notícia" e na "Gazeta do Povo". Impedido de ocupar o cargo, Mattos foi substituído por Alfredo Fontes Magalhães que possuía experiência semelhante como gerente de "O Estado" e "A Cidade". Cercar-se de profissionais experientes também foi uma prática de Simões Filho que contava com o apoio

de Henrique Cândia, um veterano jornalista carioca. O Diário de Notícias contou com a iniciativa e a experiência jornalística de Altamirando Requião que, mesmo dedicando parte do seu tempo à política partidária, sempre colocou a atividade jornalística em primeiro plano. A reforma patrocinada por Requião, após a compra do jornal em 1919, fez do Diário de Notícias um jornal novo, em condições de sobreviver por longo tempo na imprensa baiana. No Diário da Bahia, a mudança de direção em 1918 significa a elaboração de um novo jornal com uma preocupação mais ampla com a notícia e não somente com a política.

A preocupação com a modernização pode ser exemplificada com a A Tarde, que fundada em 1912, sofreu sua primeira reforma em 1913, quando Simões trocou a velha máquina Marinoni por uma possante Koenig Bauer, máquina alemã comprada por 40 mil marcos e com capacidade de imprimir 10 mil exemplares por hora. Na época, o jornalista Alfredo Carvalho foi fazer uma reportagem "in loco" e mostrou como Simões Filho tinha montado sua empresa. Carvalho entrevistou o técnico alemão que montava a máquina e percorreu o prédio onde constatou a compartimentalização do jornal. No primeiro andar funcionava a estereotipia, no segundo a tipografia e no terceiro a clichéria que, aos cuidados do fotógrafo alemão Adolfo Lindemann, era completa e moderna. De acordo com o depoimento de Alfredo de Carvalho, tinha "câmaras escuras, aparelhos fotográficos, instalações elétricas para substituírem à noite a luz do dia, prensas, travas, objetiva, lentes prismáticas, drogas, uma verdadeira farmácia".<sup>6</sup>

Mas, na Bahia do começo do século não bastava ter máquinas modernas para garantir a regular e boa impressão de jor

---

6. MORAES, Walfrido. Op.cit., p. 89

nais. As dificuldades de produção foram muitas como mostrou "O Imparcial" na sua edição de 5 de maio: "O Imparcial lutou com as maiores dificuldades nas pequenas coisas. A gelatina importada para rolos não fundiu, e tivemos, após vinte dias de infrutíferas tentativas, que recorrer ao Diário Oficial, o qual, por obsequiosa concessão de seu diretor, o dr. Costa Pinto, nos ajudou senão em tudo, ao menos em parte, fornecendo-nos alguns quilos da gelatina Staar. Ainda assim, ficamos obrigados a utilizar rolos antigos, o que há de impedir por algum tempo uma impressão perfeita, como a desejamos. Saindo após um dia morto o (feriado de 2 de julho) e um dia chuvoso, sem grandes reclames, vimos esgotar-se nossa edição até que a energia elétrica falhou e não mais podemos atender ao público. Saberemos corresponder a essa confiança. Esteja certo o povo baiano".

Na edição do dia seguinte, 6, O Imparcial ironizou os serviços públicos que voltavam a prejudicar sua produção: "Continuamos as mil maravilhas, com os serviços municipais. Pela manhã tivemos que limitar em 3 mil a nossa edição, por falta de energia, podendo distribuí-la aos assinantes, depois de 9 horas. Durante o dia tivemos paralizada a nossa clicheria por falta d'água. E diga-se que não vivemos no melhor dos mundos".

## NOTÍCIA

Além da parte de máquinas é evidente a preocupação dos jornais com o aprimoramento da notícia e com a rapidez da informação. Para isso se utilizaram dos serviços de agências de notícias, sendo a principal a Agência Americana, publicando vasto noticiário com fatos do Brasil e do mundo, mas não descuidando da cobertura local. Isso pode ser comprovado no lançamento

to de "O Imparcial", quando as novidades foram anunciadas: "Sendo nosso desejo dar, diariamente, vasto serviço telegráfico, contratamos, além da Agência Americana, um jornalista no Rio, que nos transmitirá os despachos sempre à noite, para que nos cheguem notícias novas. Ontem, todo serviço telegráfico que publicamos, veio-nos pelo submarino, a fim de darmos notícias em primeira mão; e ainda hoje a exceção do serviço da Americana, os nossos telegramas vieram-nos pelo cabo inglês. Como, porém o nosso principal serviço deve ser feito pelo Telégrafo Nacional, pois será ele abundante e numeroso, apressamo-nos em comunicar ao público que ainda hoje não o estampamos só porque o nosso correspondente nos avisou que, na estação central do Rio, ainda não havia autorização para receber o serviço, quando desde ontem já foi expedida ordem para isso. Esperamos, assim, que amanhã o nosso serviço seja amplo e variado, como o desejamos".

Ativando a cobertura jornalística nacional os jornais não descuidaram da cobertura local. Em 1919, 17 de maio, o Diário de Notícias anunciava a contratação de auxiliares que seriam os precursores dos repórteres de rua de hoje, figura que na época já era comum no mais avançado jornalismo do Sul do País: "No intuito de bem servirmos ao nosso grande público o DN inicia, hoje, a sua série de reportagens curiosas e de sensação, tendo para isso contratado hábeis auxiliares que se esforçarão em po-lo ao corrente dos principais fatos passado em nosso meio". Nessa mesma edição, o DN já apresentava uma entrevista feita com uma cartomante famosa.

A iniciativa de fortalecimento da reportagem não se limita à cobertura local e, no dia 23 de maio de 1919, o DN anuncia a contratação de um serviço de "informações epistolares internacionais" com os seguintes correspondentes: de Roma, Pietro Fornasi, da Società Internazionale de Informazione; em Pa-



ris, René Dupont, do Bureau de La Press, e em Buenos Ayres, Antonio Brandão Mendes, do Consulado Brasileiro.

Praticando um jornalismo de certa forma investigativo, o Diário de Notícias registra, no dia 22 de julho, um roubo ocorrido no Pariz Hotel em Salvador, praticado por "uma mão negra": "Para darmos uma informação mais segura aos nossos leitores sobre o Pariz Hotel, destacamos para lá um dos nossos repórteres, que fez um inquérito minucioso a esse respeito". A reportagem diz que conseguiu apurar fatos que a Polícia talvez não conseguisse, acrescentando que os furtos são praticados em larga escala. Um banho quente custava cinco mil réis.

A descoberta do jornalismo vivo, feito através de repórteres que colhem notícias nas ruas, no dia a dia, modifica fundamentalmente as páginas dos jornais baianos que, agora, dão maiores espaços para as notícias policiais e para a cidade em si. É interessante notar que em agosto de 1919, dia 9, o Diário de Notícias transcreve de um jornal de Lisboa uma entrevista de Paulo Barreto, o João do Rio, considerado o criador da reportagem de rua no Brasil.<sup>7</sup>

No jornal "O Imparcial", o corpo de repórteres é ativado logo no segundo número, dia 5 de maio, quando há problemas no transporte ferroviário do subúrbio de Plataforma a cargo da Compagnie des Chemins de Fer de L'Est Bresilien: "Agora mesmo, com as últimas chuvas tivemos o tráfego interrompido em vários pontos. Foi isso que a reportagem d'O Imparcial, com o fim de bem informar o público, foi observar, visitando a linha da Chemins, enquanto se faziam os reparos". No local, o repór-

---

7. A importância de João do Rio foi resgatada in MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.* São Paulo, Alfa Omega, 1978. p. 62

ter entrevistou o engenheiro-capitão Eugênio Richard.

Do mesmo modo, o Diário da Bahia, além de organizar um embrionário corpo de repórteres, criava seções especializadas como a "seção comercial" que saiu pela primeira vez em 9 de janeiro com notícias e publicidade do comércio. Na apresentação da seção, o DB explicou: "órgão de imprensa que vive só e só do favor público, a ele correspondendo quanto em nós caiba, empenhados em somente dele recebermos as compensações do nosso esforço - O Diário da Bahia entende melhor servir ao público, nesta sua fase atual, dando-lhe a par de doutrinamento político um noticiário geral, mais e mais ampliado, que atenda aos variados interesses coletivos. E dos de maior importância são os que se ligam a atividade comercial, industrial e financeira, visados pela seção ora inaugurada e que faremos timbre em manter e desenvolver. Que nos anime o favor público, como sempre repetimos e o Diário da Bahia estará compensado e satisfeito, cõnscio inflexivelmente do seu papel e dos seus deveres de boa imprensa".

O dever da boa imprensa era bem informar e a figura do repórter foi o passo decisivo para ampliar o noticiário, no importante momento em que os jornais precisavam cada vez mais de leitores. Ao se despedir da direção de O Imparcial, em 21 de agosto de 1919, Lemos Brito mostra o ciclo da notícia e a importância, na época, de cada setor da produção para a elaboração do produto final.

"O jornalista cria; o revisor apara as arestas da criação precipitada, lavora, muita vez, a barra de ouro bruto da idéia, para que o público a receba melhor - o repórter é o fio transmissor, entre a corrente elétrica da vida das ruas e a curiosidade pública, por meio do jornal. Mas sem o tipógrafo a idéia ficaria morta no papel e a idéia não irradiaria, não ilu-

minaria o mundo".

#### 4. ANÁLISE GRÁFICA

Um dos pontos mais marcantes da transição da imprensa artesanal para industrial é a transformação da sua feição gráfica e de conteúdo que nos permite realizar uma análise do JORNAL como meio de comunicação de massa. A imprensa industrial gera um novo produto que vai atrair o leitor, através de vários mecanismos que chegam com o desenvolvimento técnico e com a visão empresarial de jornal como produto que disputa mercado com outros produtos semelhantes. Portanto, modificar e modernizar seriam as palavras de ordem da embrionária imprensa industrial.

Na fase artesanal, o processo de produção de jornais não permitia grandes avanços gráficos em consequência das limitações técnicas e mesmo financeiras das empresas. O desenvolvimento industrial permitia o melhor acabamento do produto, que ganhou agilidade e, principalmente, a facilidade da leitura. Foi certamente pensando nisso que, já em 1912, Simões Filho imprimiu as quatro páginas de A Tarde dentro de uma perspectiva nova. Na primeira página, em lugar dos títulos em tipos finos usou tipos redondos e se valeu dos subtítulos para dar maior explicação às notícias, mais leveza e "ventilação" à pesada diagramação da época. Além disso, usou do sarcasmo e do humor para chamar a atenção dos leitores. Ainda no primeiro número, publicou uma seção de "tópicos" como pequenas notas informativas, contrariando a tendência usual de longos artigos. As quatro páginas já apresentavam uma arrumação suficientemente moder

na para que o leitor fizesse uma leitura organizada do jornal. Os anúncios preenchiam toda a quarta página e pontilhavam a terceira e a segunda, sempre envoltos em fios negros para diferenciar do material redacional. Cada seção (Sport, Mundanas e Sociais, Teatros, ou Comércio e Finanças) tinha logotipo próprio, demonstrando a preocupação com um produto que precisa ser atrativo, para ser consumido por um número maior de leitores.

Sempre procurando aperfeiçoar a parte técnica, Simões Filho acompanhou o desenvolvimento gráfico e, em menos de um ano da fundação de A Tarde, fez um investimento de 40 mil marcos para trocar a velha rotativa Marinoni, movida a mão, pela nova Koenig Bauer. Com essa máquina e uma clichéria própria, A Tarde passou a ter em 1913 o mais completo parque gráfico da cidade, capaz de prestar serviços a terceiros. Ainda em 1913, A Tarde publicou o primeiro anúncio ilustrado com uma fotografia, no que foi imediatamente seguida pelos grandes jornais da época.

Em 1920, Simões voltaria a ser pioneiro, quando implantou a primeira linotipo no Estado, uma máquina comprada da Mergenthaler Linotype Co.

Na análise da professora Consuelo Novaes Sampaio, "A Tarde introduziu a imprensa moderna na Bahia, tomando como modelo "A Noite" do Rio. A titulação destacada, a inserção do artigo de fundo fora da coluna de abertura, o abundante noticiário ilustrado, a prática freqüente de entrevistas e a despersonalização do jornalista em proveito do jornal, foram algumas das inovações introduzidas por A Tarde na imprensa baiana"<sup>8</sup>.

---

8. SAMPAIO, Consuelo Novais. *A Tarde no debate político da Bahia*. Salvador, Jornal A Tarde Edições dos 70 anos, 15 de outubro de 1982.

Para o professor Walfrido Moraes, Simões tinha consciência de que existia uma concorrência a vencer e não podia fazer um produto semelhante aos já existentes no mercado. Portanto, como explica o referido autor

"fazia-se mister que para se tornar digno da preferência do público teve de se impor como um jornal honesto, vibrante, leve, interessante, pleno de seções variadas e de informações úteis, capaz de atingir as mais diversas camadas da sociedade e satisfazer o gosto dos mais exigentes leitores. Teria de revolucionar a feição gráfica, recriar a forma de apresentação da notícia, o estilo do comentário e do tópico, a natureza da reportagem, na escola, na fábrica, na rua e, sobretudo, no lar, como parte integrante da família e da vida baiana".<sup>9</sup>

Seguindo a tendência da imprensa do Sul, que vivia fase de desenvolvimento mais avançado, Simões abriu caminho para que a imprensa baiana se desenvolvesse nos mesmos moldes.

É importante ressaltar que essa influência do Sul chegou também à Bahia através dos jornalistas que para aqui vieram e, principalmente, pelos textos enviados pelas Agências de Notícias, tanto a nível nacional como internacional. Essas agências mandavam notícias com um texto novo, mais objetivo, leve, e a ele os jornalistas baianos se adaptaram. Outro fator importante foi a cobertura jornalística dada à I Guerra Mundial. É evidente o empenho dos jornais em divulgar em letras garrafais as vitórias aliadas e, no final da guerra, todos os esforços em caminho da paz. A imprensa baiana teve a exata noção da importância do acontecimento e não poupou espaços para divulgar tudo que se relacionasse com a guerra.

---

9. MORAES, Walfrido, op.cit., p. 66

Em maio de 1918, o lançamento de O Imparcial com provava que o jornalismo artesanal ficara para trás. O jornal, cujo redator era Lemos Brito, tinha seis páginas, tamanho standard, era ilustrado com fotos e sobretudo noticioso. Três de suas páginas estavam repletas de publicidade e as seções cobriam os diversos setores da vida baiana. O noticiário nacional e internacional era completo e a coluna "Informação Rápida" divulgava as notícias chegadas das 15 às 2 horas da manhã. Na seção "Última Hora", o jornal oferecia ao leitor os principais acontecimentos do mundo. Na parte local, os repórteres já se deslocavam pela cidade em busca da notícia. O produto final era um jornal de fácil leitura, com títulos sugestivos, muitas ilustrações e que, se comparado a alguns jornais impressos com os recursos de hoje, década de 80, muito pouco ficaria a dever. No lançamento do Imparcial, Simões Filho comentou (Imparcial 5 de maio) o seguinte: "Da confecção material - o talhe, a harmonia e a distribuição da matéria, ao texto, no brilho dos comentários redacionais e, na abundância informativa, o Imparcial surgiu digno do vigoroso jornalista que o apresenta à confiança e estima do povo baiano".

Em julho do mesmo ano de 1918, o Diário da Bahia passou por reformas ampliando seu noticiário, publicando mais notícias na primeira página e não dando total preponderância aos assuntos políticos. Em suas páginas poderiam ser encontradas notícias nacionais, internacionais, sobre teatro, cinema, esportes, porto, navegação e, principalmente, sobre a guerra. Das suas quatro páginas, uma e meia era dedicada à publicidade. Estimulado pela guerra, o Diário da Bahia publicou em 6 de junho de 1918 uma manchete ocupando as sete colunas da primeira página "VON LUNDENDONFF CONFESSA SUA DERROTA". Era o final da guerra e a abundância de notícias sobre um assunto que interes-

sava ao leitor. Publicando fotos e legendas para compor a primeira página, a cada dia que passava o Diário ganhava uma face própria e com nova dinâmica.

Ao reformular o Diário de Notícias em maio de 1919, Altamirando Requião prometia adaptá-lo à "feição mais moderna" do jornalismo nacional: "É nosso intuito (DN de 30 de abril de 1919) dotar o Diário de Notícias, dentro do tempo que for possível, de um serviço de gravuras excelentes e da mais brilhante colaboração literária, científica e política do nosso tempo". Depois de 16 dias paralisado, o jornal volta ao público com oito páginas (antes eram quatro) e com a seguinte distribuição:

A primeira página, a nobre, vinha com notícias locais, internacionais e os principais assuntos do Rio de Janeiro e São Paulo. Na segunda página o indicador do Diário de Notícias com anúncios populares de médicos e advogados, e no espaço restante, artigos diversos e publicidade. Na terceira página o Diário Social com notas de aniversariantes, falecimentos e uma coluna social além de artigos sobre cinema, diversão e pequenas notícias variadas. A quarta página era inteiramente dedicada à publicidades de vários setores: Victor Vitrolas, Calçados Atlas, Farinha Lactea, Guilherme Carvalho e C. Miudezas.

Na quinta página, as informações comerciais com cotação do cacau, horários de navios, notas da Navegação Baiana, Loyd Brasileiro, Porto e mais anúncios em geral. Na sexta página, mais publicidade da Drogaria América, Calçados Loja Pelicano, Condensed Milk, Westphalen, Bach e Cia. (miudezas) e Cigarros Voluntários. Na sétima página, o noticiário nacional e internacional e mais crônica de artes e teatro. Na oitava página, o serviço telegráfico.

Chegando ao leitor no final da tarde, o Diário de Notícias publicava as "Notícias do Dia" recebidas pelo cabo sub

marino até às 12 horas do mesmo dia. Depois da reforma, o Diário de Notícias aumentou o volume de informações publicando notícias principalmente dedicadas ao comércio. Na fase em estudo, fica evidente a preocupação dos jornais em oferecer um produto compatível com o desenvolvimento econômico do Estado e voltado para o consumidor que aumentava suas exigências.



CAPÍTULO IV

A QUESTÃO IDEOLÓGICA

## 1. A PROPÓSITO DO CONTEÚDO DOS JORNAIS DA AMOSTRA

Tratar do conteúdo ideológico dos jornais da amostra tem somente como objetivo mostrar qual o discurso proferido pelos empresários, sem a pretensão de uma análise profunda que foge aos objetivos iniciais deste trabalho. Isto porque, como lembra Carlos Guilherme da Motta<sup>1</sup>, "a grande imprensa, burguesa, possui limitações que não são dadas apenas por ela". Essas limitações são de toda ordem e nos obrigariam a um estudo mais aprofundado da conjuntura baiana dos anos 10 e 20, nos distanciando do propósito de localizar, identificar e mostrar os elementos principais que possibilitaram a imprensa baiana ultrapassar a fase artesanal e ingressar na fase industrial.

Ao lembrar os limites da grande imprensa, Carlos Guilherme da Mota explica, também, que ela se insere em um quadro que não pode ser desprezado, que varia de período para período, acompanhando as modificações nas relações de trabalho e nos conceitos de capitalismo em vigência nas diversas fases. No caso da Folha de São Paulo, criada nos anos 20, o autor afirma que apesar de parecer grande a distância dos anos 20 aos anos 80, no plano das ideologias, as alterações nem sempre são tão significativas – guardadas as devidas proporções. A análise específica da Folha de São Paulo pode ser aplicada ao jornalismo baiano, em especial no caso de A Tarde que sobrevive até hoje e do Diário de Notícias que foi fechado em 1979.

Mas, a nós interessa situar a ideologia da imprensa

---

1. MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo*, IMPRES, 1981. IV Introdução.

sa somente nessa primeira fase de transição artesanal-industrial, dentro da perspectiva teórica de que a "ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados" como explica Marilena Chauí<sup>2</sup>.

No entendimento da autora, ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, se tornam idéias dominantes. Detendo o poder econômico, social e político, a classe dominante também domina no plano espiritual, das idéias. No nosso caso, que vimos ao estudo da imprensa como órgão mantenedor de dominação, vale ressaltar também que a autora destaca que

"a ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir idéias que confirmem a alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são de siguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos empobrecem"<sup>3</sup>.

Essa perspectiva de análise atende aos objetivos de estudo da imprensa baiana, pois são bem visíveis as iniciativas da classe dominante, através dos jornais, de impor a dominação política e social no Estado. Utilizando os jornais, a classe dominante tenta impingir ao resto da sociedade suas idéias.

---

2. CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 86.

3. *Ibidem*, p.78/79. O tema ideologia é tratado também por Marilena Chauí em *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo. Ed. Moderna, 1980.

## O MITO

Essa utilização da imprensa obedece a algumas peculiaridades, pois a empresa jornalística apresenta características que a diferenciam de outros ramos da indústria. Uma dessas características é a presença social do meio de comunicação que, construído ao longo de anos, atua na sociedade como uma lenda. O caso do Diário de Notícias serve como exemplo adequado, pois, ao adquirir de Vicente Ferreira Lins a empresa fundada em 1875, o grupo de Altamirando Requião não comprou apenas uma empresa, composta por maquinário que imprimia jornais. O grupo herdou principalmente, o mito do veículo fundado no século passado e que conseguiu se manter, ao longo dos anos, com forte presença na vida cultural e política da cidade. O editorial de relançamento do DN, em 1919, evidenciava isso:

"O DN de Lopes Cardoso e Vicente do Amaral há de ser o Diário de Notícias de todos os tempos, na estabilidade de suas convicções, na nobreza cívica de suas idéias impolutas, sem que de suas vitórias e seus esplendores não sejam esquecidos os sinais inapagáveis que nos ficaram, como talvez o maior padrão de glória dos que hoje se acham à sua frente".

O mito da empresa gloriosa também existe no Diário da Bahia, ressaltado quando foi criada a sociedade anônima para administrar o jornal que pertenceu a Severino Vieira, influente político estadual. Os incorporadores afirmavam que a

"sociedade foi criada para continuar a editá-lo, mantendo, assim, as gloriosas tradições de mais de meio século que o mesmo jornal representa na história política e constitucional do Estado e do nosso país, como órgão doutrinário crítico e noticioso, comercial e político, devotado em todos os tempos aos interesses superiores da Bahia, defesa de todos os direitos e classes sociais".

Ao criar o seu jornal em 1912, Simões Filho tratou também de criar a aura que o acompanharia. Declarando-se como jornal de informações, A Tarde prometia ser "mais calma do que apaixonada, mais moderada do que rubra, mais serena do que violenta". Tais características diferiam do jornalismo praticado na época, o que mostra o senso de Simões em adaptar-se às novas tendências do jornalismo empresarial e voltado para a comunidade. É certo que as folhas de A Tarde sempre navegaram ao sabor dos interesses do seu proprietário e dos grupos a quem esteve ligado, mas a perspectiva de jornal noticioso foi mantida e garantiu sua sobrevivência. Simões prometeu mais no primeiro número de 15 de outubro de 1912:

"Imparcial, ela não será, contudo, indiferente aos embates do direito; neutra, não se esquivará das controvérsias partidárias quando interessarem ao bem estar coletivo; ponderada, não provocará rixas pessoais ao paladar dos farejadores de escândalos, afeitos a barrar a honra alheia, mas também não cederá um passo na reação pronta, enérgica e viril. Projeta por toda a parte a claridade meridiana, filar pela gola os atentados, onde quer se se entronizem, não conhecer acepção de pessoas, desde o último dos miseráveis até o chefe do Estado, no distribuir dos louros e da censura, praticar a honra, a franqueza, a liberdade mais livre no uso da palavra escrita, eis o nosso compromisso com o nobre povo baiano. E o transcorrer do tempo há de comprovar sobejamente que o cumprimos".

De modo geral, os quatro jornais apareciam ao grande público como intransigentes defensores da coletividade e órgãos eminentemente de informação pública. No caso de O Imparcial, criado em 1918 e sem nenhum passado para honrar, essa preocupação com a imparcialidade da notícia fica um pouco de lado e, logo no primeiro número, o jornal identifica-se como o representante do que chama de as três grandes classes: comércio, in-

dústria e lavoura - as classes conservadoras. Representar as classes conservadoras foi um privilégio que os jornais disputaram entre si, mas fica claro que cada um representava segmentos e nunca a totalidade dos interesses da classe dominante. Ao criar O Imparcial, o segmento da classe dominante explicou seus motivos na 1.ª edição de 4 de maio de 1918.

"Surgiu de uma boa vontade aliada à compreensão nítida que as classes conservadoras tem das suas necessidades e dos seus direitos, tanta vez conculcados, ellas que, dispondo de todos os elementos para uma atuação firme e constante nos vários departamentos da vida nacional, tem sido postas à margem na solução dos altos problemas políticos e econômicos, como se não lhes coubesse a menor parcela de responsabilidade na obra comum, ou não lhes assistisse o direito de emitir um juízo, quando não o de pleitear sequer um cargo nas próprias representações das municipalidades".

Tais afirmações evidenciam que o Imparcial foi criado por parcela da classe conservadora ligada ao comércio e na oposição, pois o poder era ocupado por Antonio Moniz, do Partido Democrata e legítimo representante de parcela das classes conservadoras do Estado. Parcela esta composta também por setores do comércio, dos grandes proprietários rurais e por setores industriais. O discurso inicial do jornal passa ao leitor a impressão de que o Governo Moniz representa alguma outra coisa que não a classe dominante.

A disputa entre os jornais da época pela representação das classes conservadoras sempre foi escamoteada, vindo a público em raras oportunidades.

Defendendo a posição de órgão liberal, voltado para a comunidade, o Diário de Notícias foi um dos jornais que manteve estreitos vínculos com a Associação Comercial do Estado.

Esses vínculos eram dissimulados por reafirmações de princípio como a feita em 2 de março de 1920, quando o Diário completou 45 anos: "De todo em todo desligado de compromissos partidários políticos tem, no entanto, o Diário de Notícias um compromisso de honra: o de ser guarda avançado dos direitos do povo. E do cumprimento dessa obrigação nada o fará tergiversar".

Semelhante discurso era emitido pelo Diário da Bahia que se proclamava "órgão doutrinário, crítico e noticioso, comercial e político, devotado em todos os tempos aos interesses superiores da Bahia, defesa de todos os direitos e classes sociais".

#### POLÍTICA

No relacionamento político com o Estado vigente, todos os jornais da amostra nas fases iniciais de estudo (A Tarde de 1912, Diário da Bahia 1910, Diário de Notícias 1919 e o Imparcial em 1918 - são considerados opositores. A generalização não é radical, pois, enquanto o Diário da Bahia sempre manteve a linha de crítico ofensivo e mordaz do Partido Republicano (que ocupou o poder de 1912 a 1924), o Diário de Notícias fez uma oposição discreta com altos e baixos, dentro de uma lógica explicada pelo seguinte discurso elaborado por Altamirando Requião:

"Tenha amanhã o sr. governador um ato digno, que mereça aplauso sincero da consciência liberal, que se não acarneira numa gíria a grupos quaisquer, pratique s.exa. uma medida nobre, criteriosa e salutar, e não lhe regatearei as palmas merecidas: A sua administração tem tido erros graves, repetidos, sem dúvida, mas isto não quer dizer que fique supresso o dever de lhe reconhecermos as providências acertadas,

quando elas forem tomadas, em qualquer oportunidade. Quem assim fala, não ilude".

Requião deixava claro que ficaria contra o Governo quando estivesse fora da lei, mas que o elogiaria, quando trabalhasse honestamente e seguramente pelo bem comum da Bahia. A análise do Diário sugere que o comportamento do Governo será julgado de acordo com suas conveniências, pois nada se cobra e nem se sugere medidas que o executivo venha adotar para o bem do Estado. A cobrança do jornal iria variar de acordo com seus interesses e seria feita em diversos episódios.

A relação com o poder político - o Governo do Estado - também é marcante no Diário da Bahia, o mais partidário dos jornais pesquisados. Administrado pelo político Pedro Lago, o Diário da Bahia nunca escondeu sua ligação com o Partido Republicano, mas sempre procurou dissimular sua condição de porta-voz exclusivo e proclamou-se órgão informativo. Nessa dúbia condição não poupou críticas ao Partido Democrata, oferecendo ao leitor um produto híbrido, com forte tendência a acompanhar o desenvolvimento local e, sobretudo nacional, de um jornalismo informativo sem exclusividade partidária.

O Imparcial e A Tarde também se posicionaram contra o Governo no momento citado, mas sem perder a perspectiva de órgãos informativos. Em A Tarde, Simões Filho nunca perdeu a perspectiva financeira da sua empresa, mantendo-a longe dos partidários políticos, apesar da sua intensa vida política - mas usando-a conforme suas conveniências.



## 2. OS CHAMADOS JORNAIS POLÍTICOS

A análise do comportamento ideológico da Grande Imprensa se completa com uma discussão sobre as afirmações de que os jornais da primeira República eram "jornais políticos" com toda a carga que a palavra "políticos" possui nesse período.

Todas as nossas pesquisas nos levam a afirmar que os jornais pesquisados eram políticos, mas não exclusivamente partidários, e alguns deles eram institucionalmente partidários, mas não exclusivamente políticos. Outros não eram institucionalmente partidários, mas tinham uma forte tendência a se identificar com grupos políticos, sem esquecer a sua parte noticiosa. Todos esses jornais eram também noticiosos. Deixando claro aí que esse noticiário não era todo exclusivamente direcionado para a ideologia do Partido a que servia, o qual, por sua própria estrutura, era incapaz de gerar notícias diárias, a não ser em período de efervescência eleitoral. É importante notar que todos os jornais viveram diversas fases com mudanças de visão política que não lhes deram um comportamento único durante toda a República Velha. Além disso, o fato que descaracteriza essa afirmação de jornais eminentemente políticos durante a República Velha, é o das inúmeras tentativas de fundação de jornais de utilidade pública, sem vinculações partidárias institucionais. Questão esta que se junta a mais dois importantes pontos: o mito da neutralidade e a questão empresarial. Mesmo defendendo os interesses de um partido político institucionalmente ou esporadicamente, os jornais baianos do começo do século carregavam nas costas o mito da neutralidade, da notícia sem tendência, do jornalismo informativo, que os levava a publicar fa-

tos de interesse geral, pelo menos a nível nacional e internacional. Esse noticiário, sempre foi difícil de controlar pelas suas condições de produção e recepção. As mesmas agências distribuíam notícias nacionais e internacionais para todos os jornais contratantes: quem decidisse censurar o material recebido, corria o risco de nada ter para publicar. Além disso, envolvendo o jornal na capa da neutralidade, a tendência sempre foi tornar essa capa cada vez menos transparente, pois os fatos estavam ocorrendo e precisavam ser noticiados.

Na questão empresarial fica claro que os jornais ligados institucionalmente aos partidos não eram exclusivamente sustentados por essas agremiações. Estes, e os que tinham ligações com os partidos, contavam com uma composição acionária bastante diversificada, com capitalistas dos mais diversos ramos que compravam ações e esperavam dividendos. Quando o lucro não vem, o jornal entra em crise. Ou seja, a débil estrutura partidária da República Velha não permite a sustentação de um órgão dispendioso e que, a cada dia, precisa se modernizar sob pena de tornar-se obsoleto e não cumprir o seu papel de informar. Os jornais com ligação indireta com partidos também passavam por esse dilema, pois, sem acionistas, não conseguiriam se firmar.

Além da composição acionária, o jornal de qualquer tipo vivia da venda de publicidade, fonte de receita maior, em consequência da pouca vendagem ao público. Um investimento mantido predominantemente em órgãos que circulam, que informam, que o público lê, pois esta é a sua função básica: divulgar a mensagem de uma empresa. São poucos os exemplos de empresas que pagavam regularmente anúncios somente com o objetivo de manter o jornal e sua divulgação político-partidária. O anunciante queria o retorno do seu investimento e por isso todos os jornais da primeira República não foram exclusivamente veículos de uma

ideologia partidária. Os mais importantes deles, A Tarde, O Diário de Notícias e O Diário da Bahia tinham sempre a preocupação de informar, de modernizar-se e crescer como empresa, independente da estrutura organizacional dos partidos a que se ligavam. Esses partidos, como deixa claro a professora Consuelo Novaes Sampaio, eram intermitentes:

"Surgem e funcionam apenas em época de eleições. Passado esse período de dinamização artificial, intensificada pelas disputas em torno de cargos eletivos, entram num compasso de espera, hibernam, até que novas eleições injetem-lhes outra vida. Se estão presentes em todo o desenrolar da Primeira República, é porque nela as eleições são várias, constantes e ocupam o centro da vida política".<sup>4</sup>

Depois do período eleitoral, esses jornais precisavam sobreviver como empresa e o caminho foi a informação, a venda ao público que sempre necessitou ser ampliada. Além disso, depender exclusivamente do partido sempre foi um risco para os jornais da Primeira República. Consuelo Sampaio conclui também que os partidos tinham conteúdo ideológico mínimo, sem qualquer preocupação de ir ao encontro dos anseios dos estratos intermediários e inferiores da população. Desse modo, os jornais não tinham o apoio partidário necessário para crescerem como veículos predominantemente divulgadores de uma ideologia específica. Portanto, além dos interesses partidários, eram noticiosos, funcionavam como empresas e como tal se modernizaram sempre que o tempo assim o exigiu.

---

4. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA., 1975. p. 19.

Exemplo disso foi o Diário da Bahia que, como explica Mário Augusto, permaneceu com a mesma linha durante toda a primeira República, sendo porta-voz da classe dominante, defendendo o agrarismo, o anti-industrialismo e o liberalismo. Posições estas que não eram constantes como concluiu o autor:

"Mas, por outro lado, tendo sido um órgão essencialmente político-partidário e quase sempre opo-  
sicionista, o Diário da Bahia parece ter querido anga-  
riar um maior número de adeptos, buscando ampliar seu  
público leitor. Para tanto, teria de levar-lhe algo  
que falasse aos interesses de uma população urbana he-  
terogênea. Daí o espaço que, em suas edições, ocupa-  
vam as matérias que diziam respeito às questões de so-  
brevivência. Assim, à primeira vista, a folha parece  
debater-se, em certos momentos, entre uma aparente de-  
fesa das classes populares e uma constante recusa em  
abrir mão daquelas posições fundamentais"<sup>5</sup>.

No nosso entendimento, além dessa contradição real, em sua essência política, os jornais partidários se debatiam tam-  
bém com as questões objetivas de sobrevivência que só era possí-  
vel com a ampliação do público, a venda avulsa e a publicida-  
de. Ou seja a mercantilização da notícia exige uma pseudoneu-  
tralidade maior da informação sob pena de não ser adquirida co-  
mo mercadoria por um largo público consumidor. É importante fri-  
sar que, no desenvolvimento do jornalismo, a técnica utilizada  
pela imprensa partidária foi a de guardar, diariamente, seus es-  
paços sagrados (editoriais, artigos de colunistas) abrindo a e-  
dição para notícias de caráter universal. Isto, porque a pro-

5. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e tensões so-  
ciais*. Salvador (1890-1930). São Paulo, 1982, mimeogr.  
(Tese de Doutorado, Departamento de História da Fac.  
Fil. Letras e Ciên. Hum. USP) p. 450

cesso de mercantilização exige a publicação de uma gama maior de notícia (que pode mesmo não agradar ao partido), mas o espaço está reservado para a sua função básica.

O trabalho de Mário Augusto esclarece também a posição ideológica mais ampla dos jornais: "No tocante aos movimentos de protesto em si, o Diário da Bahia, de modo geral, tomava uma posição favorável, o que se pode atribuir, principalmente, a essa necessidade de se fazer 'defensor das causas populares' em momentos de lutas entre facções oligárquicas"<sup>6</sup>. Em seguida, o autor explica que os jornais não permitiam que os protestos populares tomassem vida própria comprometendo a ordem pública. Para isso, usavam frequentemente argumentos tais como "espírito ordeiro" e "índole pacífica" da população.

Com mais essa contradição enfrentada pela imprensa baiana na primeira República, fecha-se o círculo: além de defender os interesses do partido, a imprensa tinha que sobreviver como empresa (o que a obriga a ampliar seu universo de leitor e de publicidade) e defender a ideologia burguesa de forma ampla, tarefa que sempre esteve acima dos interesses partidários. No decorrer do seu processo de formação como empresa, a imprensa baiana encontrou o caminho para conciliar todas essas contradições: proclamar-se neutra, reservar seus espaços diários para seus interesses específicos e usar de todos os artifícios para camuflar sua ideologia e, ao mesmo tempo, desenvolver todos os mecanismos para garantir sua sobrevivência econômica.

---

6. Ibidem, p. 452

CAPÍTULO V

ESTUDO DE TRÊS CASOS CONCRETOS

## ESTUDO DE TRÊS CASOS CONCRETOS

A análise político-ideológica dos jornais que compõem a amostra será feita em três momentos, considerados como de grande importância para a vida política do Estado e que, sobretudo pelas dimensões de divulgação através da imprensa escrita, servem perfeitamente aos nossos objetivos. Trata-se das greves operárias do final de 1919, da Revolução Sertaneja do começo de 1920 e da Revolução de 1930. O objetivo é identificar de que modo os jornais divulgaram tais movimentos, numa tentativa de mostrar os interesses específicos em cada momento. Tal identificação servirá para exibir a face da Grande Imprensa baiana que, ao fortalecer seus laços empresariais e se constituir em empreendimento que prosseguirá ao longo dos anos, estabelece um relacionamento próprio com os grupos dominantes da sociedade. No caso, os grupos dominantes significam as elites do poder e da oposição nos três diferentes momentos da história da Bahia.

## 1. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS E AS GREVES DE 1919

O primeiro momento é o das greves operárias que eclodiram em Salvador em junho e setembro de 1919, tendo como exigências melhores salários, redução da jornada de trabalho, direito de associação e igualdade de salários entre homens e mulheres. Esse momento é particularmente importante para a vida social do Estado, pois, tratando-se de um movimento de paralisação geral, envolvendo cerca de 15 mil operários das indústrias, construção civil e outros setores reflete a conjuntura interna-

cional e nacional dos trabalhadores diante da exploração patronal.

O final da primeira Guerra Mundial significou, para a Bahia, o aprofundamento de uma crise econômica que atingiu todas as camadas sociais e, como sempre, mais gravemente os trabalhadores de todas as áreas de produção. A alta generalizada de preços, o congelamento dos salários, as condições de moradia, saúde e alimentação são motivos suficientes para levar o trabalhador a uma existência penosa. As greves operárias no Sul Brasil, a frágil, mas emergente organização dos trabalhadores baianos durante os primeiros anos do século, mostram que eles não estão mais dispostos a aceitar as condições de produção impostas pelos patrões e que vão reagir.

O contexto político oficial é representado pelo Governador Antonio Moniz (1916-1920) adepto e sucessor de J.J. Seabra que voltaria ao Governo para o quadriênio 1920-1924. A fraca atuação política de Moniz, que provocou cisão dentro do seu próprio partido - Republicano Democrata - foi o ponto de partida para o fortalecimento das oposições que desde 1912 estavam longe do poder. Os seguidores dos chefes políticos tradicionais (Luís Viana, José Marcelino, Severino Vieira) estavam unidos em torno de Ruy Barbosa que, aglutinando os descontentes, apresentava-se como um duro adversário para tentar por fim à oligarquia de Seabra. Ruy, "o gênio da raça", "o maior dos brasileiros", era a esperança de se chegar ao poder.

A insatisfação social manifestada pelas greves foi o momento ideal, encontrado pelas oposições, para desmoralizar o Governo. O principal veículo para essa campanha não poderia deixar de ser os jornais, a mais importante arma de combate das elites políticas baianas.

A atitude da oposição pode ser exemplificada na



postura de Ernesto Simões Filho, diretor de A Tarde, claramente explicada por Mário Augusto:

"O redator de A Tarde era político hábil, suas experiências remontavam à adolescência. De seabrista exaltado, nesta condição eleito deputado estadual e no meado administrador dos Correios, passou, logo depois, a mover violenta campanha aos 'democratas'.

Fazendo-se presente durante a greve, os seus objetivos eram de estratégia política: desacreditar o Governo pela perturbação da ordem, principalmente, diante das 'classes conservadoras' para, desta forma, atraí-las mais rapidamente para sua órbita e, ainda solapar uma possível base que o seabrismo tivesse no operariado baiano. Usava ele um elemento ainda pouco significativo como força social para seus fins políticos, assim como, em seguida, usaria a grande reserva, que eram os coronéis do sertões".<sup>1</sup>

Apoiada também na Associação Comercial da Bahia, a oposição soube utilizar os jornais para fomentar o movimento que contou com a participação direta, em comícios e discursos, de jornalistas de O Imparcial, do Diário da Bahia e do Diário de Notícias. A tática foi claramente percebida pela situação, como mostra o depoimento do governador Antonio Moniz:

"A política, porém, a política adversa à situação, ainda curtindo dores com o insucesso da candidatura Rui Barbosa que atribuía aos responsáveis pela governação da Bahia, tentou tirar partido dos acontecimentos, procurando indispor os operários e o comércio com o Governo do Estado.

Seu jogo, aliás, complicado, porque lhe não era fácil agradar ao mesmo tempo, os operários e os pa

1. SANTOS, Mário Augusto da Silva. Associação Comercial da Bahia na Primeira República; um grupo de pressão. Salvador 1973, mimeogr. (Dissertação Mestr., Fac. Fil. Ciênc.Hum. UFBA.) p. 119

trões, cujos interesses eram antinômicos, não produziu o efeito que esperava. Mas, em todo caso, influiu com eficiência para que o comércio, atemorizado com os boatos alarmantes, perversamente postos em circulação, por diferentes veículos, entre os quais a imprensa, cerrasse as suas portas, de acordo com o que lhe aconselhou a diretoria da Associação Comercial, cujo presidente o Sr. Rodolfo Martins, foi, pouco a pouco, indo no arrastão da política partidária, que acabou por lhe empolgar por completo o espírito".<sup>2</sup>

A análise feita por Antonio Moniz é comprovada na cobertura diária dada à greve pelos jornais citados onde se percebe que não foi tarefa fácil à imprensa declarar-se "amiga" dos operários e defender os interesses dos patrões. A aparente contradição só terminou quando o movimento ganha força, extrapola o controle das elites e passa a ser classificado, pela própria imprensa, como anarquia.

#### A COBERTURA

O empenho inicial do Diário de Notícias em defender o movimento operário pode ser visto através da série de artigos assinados por João Varella, o qual, antes do início da greve, em 2 de junho de 1919 afirmava:

"Temos 80 por cento de analfabetos, temos grandes extensões de terras incultas em mão de donatários e um operariado quase a pedir esmolas, e sem direitos".

O articulista mostrava de maneira crua a situação

---

2. Ibidem, p. 116

do operariado, induzindo-o a um levante. No dia seguinte, 3 de junho, o Diário de Notícias abriu manchete para a questão: "O operariado baiano desperta". "E que seja o seu movimento coroado de êxito, é o que ardentemente desejamos, nós que sempre estivemos ao lado do operariado digno".

Tradicionalmente ligado aos interesses da Associação Comercial da Bahia, porta-voz das classes conservadoras, o Diário de Notícias disputaria com os outros jornais o privilégio de quem seria o maior amigo do operariado. O Imparcial do dia 5 chegou mesmo a afirmar que, além de órgão das classes conservadoras, "nós somos também das classes populares, mesmo porque só compreendemos a sociedade como uma interdependência de todas as classes, sem atritos e sem contrastes violentos". Tanta disposição e sinceridade empolgou, em muitos momentos, o operariado que recorreu ao apoio da imprensa por diversas vezes.

Sobre esses pontos vale comparar aqui a postura da Grande Imprensa baiana com a do jornal "O Estado de São Paulo" diante das greves operárias paulistas de 1912 e 1927. No movimento de 1912, que contou com o apoio do órgão paulista, a compreensão demonstrada em seus artigos fez com que os operários imediatamente agradecessem a cobertura, dando oportunidade a O Estado responder o seguinte:

"O Estado esposou sempre todas as causas justas. Por conseguinte, desde que o operariado se mantenha como até aqui numa atitude calma e ordeira, esta folha não hesitará um só momento em procurar defendê-la dentro dos limites do direito e da Justiça".<sup>3</sup>

3. Citado por CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino* (Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"). São Paulo, Alfa-Omega, 1980. p. 160

A disposição das elites de serem defensoras de toda a sociedade como declara o Imparcial em 1919 também foi encontrada no Estado de São Paulo durante as greves de 1917:

"Somos essencialmente conservadores, zelando, como nos cumpre, pelos interesses fundamentais da sociedade em que vivemos. Entendemos, porém, e este nosso modo de entender é antigo, que ser conservador não é fechar os olhos ao movimento progressivo do espírito humano e erguer um dique, por sistema, a toda reforma que se anuncia. Isto não é ser conservador, mas cego e reacionário... O problema é o maior da atualidade em todo o mundo: a preocupação capital de todo o mundo civilizado é, nos dias que passam, resolver da melhor maneira possível a questão social".<sup>4</sup>

No dia 4 de junho, o Diário de Notícias informava aos leitores: "Os operários querem oito horas de trabalho e aumento de salários. O Sindicato dos pedreiros e carpinteiros está em sessão permanente. O pessoal dos cemitérios aderiu ao movimento". Esses trabalhadores de cemitérios chegaram a deixar cadáveres insepultos, fato registrado pela imprensa, mas perfeitamente compreendido, apesar de todo o espírito de religiosidade. Nessa mesma edição, o DN justificava o movimento dizendo que os operários tinham se conservado inativos ante o protesto de todo o mundo e agora se levantavam na defesa dos seus interesses, ressaltando que agiam dentro da lei e da ordem. Mas advertia:

"Enquanto os dignos operários baianos se mantiveram dentro dos limites da lei, da ordem da harmonia, terão, estamos certos de toda a imprensa conscienciosa e justiceira os aplausos unânimes, que os animarão, os incitamentos necessários ao progredir a defesa

---

4. Ibidem, p. 161/162

dos seus interesses, o apoio indispensável na execução do fim almejado".

O Imparcial (dia 5/6) acrescentava que o lema do operariado era "tudo dentro da ordem", elogiando a prudência e a calma dos manifestantes. Além disso, ressaltava que outro procedimento não poderia se esperar dessas classes, conservadoras por excelência. E num discurso direto lembrou que nenhuma outra classe depende mais da riqueza coletiva, do capital acumulado e produtivo das indústrias que o operariado. "A indústria as segurava o progresso e a prosperidade do país".

Nessa fase inicial, o líder do operariado, o advogado anarquista e depois socialista Agripino Nazareth, ganhou grandes espaços e um tratamento respeitoso. Nazareth havia participado de movimentos contestatórios no Rio de Janeiro e por isso foi deportado para a Bahia onde imediatamente se engajou no movimento operário. Sua participação no movimento de 1919 e a intensa campanha desencadeada pela imprensa lhe custou nova expulsão com destino ao Rio de Janeiro, em 1921.

A preocupação com a evolução do movimento, que duraria sete dias e envolveria cerca de 15 mil trabalhadores, foi manifestada pelo Diário de Notícias ao lembrar que a cidade estava sem bondes, carne e pão, sendo impossível enumerar as adesões: "A greve é geral. Fábricas, ateliers, padarias, enfim todos os centros de trabalho". Em seguida, voltava a advertir que enquanto estivessem dentro da lei, teriam apoio.

No dia 6, O Imparcial informava que os operários propunham uma reunião com indústrias, Governo e Chefe de Polícia. Em mais uma manobra, o jornal opinou que melhor seria os operários apresentarem um documento por escrito e negociarem em separado com cada setor. Nos dias 8, 9, 10 de junho, a falta de energia elétrica impede a publicação de todos os jornais (exce-

to o Diário Oficial) que voltam a circular no dia 10. Ante a intransigência dos patrões, a greve é mantida e foge ao controle das elites oposicionistas. O Diário de Notícias muda radicalmente de posição, não mais se preocupando com as reivindicações operárias e acusando o Governo do Estado de omissão. No dia 10, o movimento "digno" transformou-se em "anarquia" e o líder Agripino Nazareth é acusado de fazer discursos incendiários "conciatando os grevistas a assaltarem algumas casas comerciais".

Os dados levantados não são suficientes para se afirmar que o Diário de Notícias (e também O Imparcial) mudam de posição ante a ameaça de possíveis saques ao comércio, mas fica claro que foi importante para o jornal o fato d'Associação Comercial pedir garantias ao governador e este ter se negado a mandar a Polícia conter "os exaltados". No dia 10, quando a cidade voltou à normalidade, pois o acordo entre operários e empregadores estava em andamento, o jornal explicou porque não mais apoiava a greve.

"Aplaudimos até a iniciativa dos modestos trabalhadores, que reclamavam uma justa melhoria para a sua sorte de lutador de todos os tempos, ajudantes da evolução geral, tão parcamente remunerados no seu esforço.

Os fatos, porém, vieram por, entre a ação que se dizia grevista e a opinião julgadora, imparcial e ativa, um forte vinco de separação inevitável.

É que, consorciando-se com a anarquia que começou de alçar o colo, no seio dos falsos intérpretes do direito da greve, estava, ao lado deles e representando o maximalismo oficial, a autoridade passiva do governador do Estado, consentindo em todos os abusos, patrocinando com o seu consenso, todas as intimações arrogantes, permitindo todas as violências injustificáveis, que, iniciadas com a paralisação do tráfego dos bondes e automóveis e do serviço de telefones, foi até à incrível audácia do ataque, à luz meridiana, às amas

e mercadores ambulantes, para que regressassem às suas casas e não cumprissem o seu dever habitual.

Cessara aí, por completo e em absoluto, o ideal de greve pacífica, para a conquista de um direito operário".

O Imparcial do dia 11 creditava o movimento anarquista ao Governo, pois foi estimulado pessoalmente pelo governador contra as classes conservadoras, provando que "isto aqui é uma terra sem Governo":

... "anarquia é o Governo que entrega uma cidade inteira à desordem, nada garante, faz sumir-se a polícia, incita ódios entre grandes e pequenos, ricos e pobres, e ainda urge a intriga entre amigos que se conhecem e se respeitam".

A avaliação geral da greve foi feita pelo DN no dia 23 de junho, ao publicar nota da Associação Comercial da Bahia, afirmando que não foi uma "parede de operários" e sim "o campear desenvolto e licencioso da anarquia". Na mesma edição se defendia das acusações dos jornais oficiais: apoiou a greve no começo, pois não sabia que as autoridades estavam por trás. Nos dias seguintes, o jornal não afastava o clima de novas greves e publica sistematicamente os boatos em torno do assunto, mantendo inclusive a coluna "As reivindicações operárias".

O não cumprimento dos acordos trabalhistas de junho fez com que os operários têxteis promovessem nova greve em setembro, iniciada no dia 04. Nessa segunda fase de greve, não é possível incluir a visão do jornal O Imparcial que, em consequência da saída do redator chefe Lemos Britto, deixa de circular no período de 21 de agosto a 23 de outubro, quando passa por reformulações. O jornal foi assumido por Homero Pires, diretor secretário da Associação Comercial da Bahia, que praticamente seguiu a mesma orientação de Lemos Britto.

No dia 4 de setembro, o editorial do Diário de Notícias abordou o tema do maximalismo (bolchevismo) na Bahia. A firmava que o movimento operário estava infiltrado de elementos vindos de outros Estados e cita um operário de nome Daniel José do Nascimento como pivô da greve. Além disso, refere-se a um maximalista conhecido que esteve no local de uma manifestação, certamente Agripino Nazareth. Ainda no mesmo dia, publicou um documento do Centro Industrial do Algodão pedindo providências ao Governador do Estado, Antonio Moniz, sob o argumento de que até a dissolução da família estava sendo pregada. Um trecho do documento é o seguinte:

"As fábricas que permanecem fechadas agradecendo a V.Ex. as prontas medidas tomadas pela polícia para garantia da respectiva propriedade, esperam que elas continuem a ser postas em prática até que os operários melhor orientados e libertos das sugestões de elementos estranhos que pregam até ostensivamente a dissolução da família e a supressão das autoridades constituídas, voltem ao trabalho dentro de um regime definitivo de harmonia e de cooperação para o progresso do nosso Estado".

No dia seguinte, o DN foi claro nas suas intenções quanto ao movimento operário e publicou, na primeira página, abaixo da manchete, a seguinte nota: "É de mister que todas as classes se congreguem para expulsar da Bahia os agitadores malignos. A onda de anarquia deve encontrar obstáculo à sua marca prejudicial por parte de todos nós".

Esse apelo significou o início de uma campanha que culminou com a expulsão, em 1921, do advogado Agripino Nazareth que já tinha sido banido do Rio de Janeiro por motivos políticos. Nazareth é mandado de volta ao Rio onde continua a militar no movimento operário depois de ter sido um dos principais líderes do movimento operário baiano.



Mas a campanha do jornal era quanto ao movimento e não exclusivamente contra os líderes. O editorial do dia 9 de setembro é exemplo disso:

"Prossegue, alimentada por idéias condenáveis de anarquia e desordem, a agitação operária nesta capital.

A indústria e o comércio ressentem-se dessa anormalidade que já poderia estar sanada, se outras providências tivessem sido tomadas a tempo, quando ainda em princípio o movimento que ora convulsiona as nossas forças industriais, trazendo sérios prejuízos e vexames à própria classe dos nossos operários. Porque é mister, repitamos, que o operariado baiano de seu natural pacato e ordeiro, não é o culpado do que se passa, e sim alguns elementos estranhos às classes laboriosas, que as insuflam à revolta, que as comandam e conduzem ao caminho da violência e do despropósito. Não é da noite para o dia que se passam as grandes transformações sociais. Elas são o efeito de múltiplos e sucessivos fenômenos, dependentes de causas várias e inúmeras que atuam a seu tempo".

Além do paternalismo com os trabalhadores, vale também desmistificar a tese do operário baiano "pacato e ordeiro". Para isso, recorreremos, mais uma vez ao trabalho de doutoramento de Mário Augusto da Silva Santos.<sup>5</sup> Sua conclusão é a de que o povo de Salvador não era pacífico e ordeiro como afirmavam os testemunhos vincados pela ideologia da classe dominante.

Depois de analisar 40 anos de tensão social na Bahia, ele conclui que o mito da história incruenta se desmente

5. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e tensões sociais*. Salvador (1890-1930). São Paulo, 1982, mimeogr. (Tese de Doutorado, Departamento de História da Fac. Fil. Letras e Ciên. Hum. USP).

quando se analisam as misérias e as injustiças. Conflitos não faltaram e a violência esteve presente tanto no protesto quanto na repressão. Os episódios de sangue, se não ocorreram a nível coletivo, aconteceram a nível inter-individual com assaltos, homicídios, torturas e prisões. Mário Augusto entende que o sistema era capaz de absorver todas as formas de revoltas, formando os acontecimentos em meros casos policiais, fazendo pequenas concessões, aliciando os líderes ou controlando diretamente os movimentos. No final, os conflitos redundavam em acomodação. A conclusão de Mário Augusto é a seguinte:

"Mas essa acomodação, nem ao menos, se fazia em um nível tal de negociações que permitisse a abertura de brechas do bloco monolítico do poder, abertura que desse representatividade às classes subalternas. Estas continuariam à mercê dos poderosos, e, por isto, a questão da sobrevivência se tornava crônica.

Entretanto, nem porque fossem intermitentemente sufocados os seus gritos, pode-se atribuir ao povo de Salvador uma 'índole pacífica e ordeira': não era pacífico esse povo quando se tratava de lutar pela sobrevivência; se não contestava os fundamentos estruturais da ordem, vez por outra, ameaçava o seu fluir, tanto que, para contê-lo, tornava-se necessário por em funcionamento os mecanismos de controle, até a repressão pela força".<sup>6</sup>

A manifestação operária de setembro não foi tolerada como a de junho pelo Governo e foi reprimida pela polícia que usou a cavalaria para dispersar os manifestantes em passeata na zona industrial da cidade. O DN estimulou o fim da greve, publicando nota da Sociedade União Beneficente dos Pintores que

---

6. Ibidem, p. 458

resolveu abandonar a luta e publicou um longo manifesto da indústria de tecidos (uma página e mais três colunas de cima até embaixo), lamentando-se dos males da indústria provinciana: "Teria ela todos os vícios do capitalismo, sem qualquer das virtudes que nos grandes centros civilizados o animam e exaltam".

Nesse manifesto, as indústrias explicavam como viam o socialismo:

"O que nunca, jamais, escapou a essa indústria foi que o socialismo, sendo uma fórmula aceitável, na sua verdadeira acepção, degenera-se, deforma-se, deturpa-se, às mãos daqueles que se apoderaram dele para criar uma doutrina perniciosa e violenta, logo confusa com o anarchismo".

Em outros trechos, os empresários procuravam dissimular a luta de classes:

"Ora essa reforma que aqui se prega e aconselha, calcada nessa repugnante inimizade de classes não pode dar como resultado se não uma panacéia. O operário carece de quanto antes, separar o joio do trigo, o que é justo do que é arbitrário, o que é positivo do que é fantasia perigosa".

Para analisar a greve, o documento empresarial recorreu ao pensamento de Littré, "A Democracia na América" de Tocqueville e a "Revolução Social" de J. Rodrigues de Freitas Júnior e contrapõe-se aos discursos do advogado Agripino Nazareth. Esse documento foi assinado pela diretoria do Centro Industrial do Algodão, composta pelos mais importantes industriais da Bahia: Alberto Martins Catharino, João Pereira de Carvalho, Augusto Marques Valente, Raul Figueiredo Lima, Álvaro Martins Catharino e José Petitinga.

Toda a atenção do DN estava voltada para a greve e os editoriais eram elaborados sempre atacando os líderes ope-

rários que são aconselhados a voltarem ao trabalho. No dia 11, o jornal abriu suas páginas para o pensamento extremado do jornalista Mário Teixeira Gomes que publicou artigo assinado na página 3:

"Quanto mais analfabeto é um povo, a ele mais do que a qualquer outro, deve-se impor a disciplina, embora auxiliada pela força. A violência nesse sentido sempre redundará em seu proveito. A liberdade sem educação é um monstruoso perigo, porque o homem faz mal sem o saber e o querer. A religião é a domesticadora por excelência. Se os estadistas compreendessem o papel social da religião, a sua aplicação, rapidamente, transformaria o Brasil".

O autor terminava conclamando pela militarização do Brasil:

"O Brasil mais do que qualquer outro país, precisa disciplinar-se. A disciplina, num país primitivo como o nosso, é uma vital necessidade. Julgo de absoluta necessidade a implantação de uma hierarquia intelectual entre nós, em atenção e equilíbrio às classes inferiores mentalmente analisadas. As posições de responsabilidade devem ser ocupadas por intelectuais e não por aventureiros. O Brasil imita não edifica. A nossa individualidade própria está inteiramente adormecida no cérebro duma raça ou duma sub-raça que nós somos e que espera o novo príncipe do pensamento a fim de erguê-la do marasmo em que se encontra. É pois, tempo de despertar. Eu me encarregarei disso".

Em plena movimentação operária é Mário Teixeira Gomes que, através do Diário de Notícias, do dia 19, dará conselhos aos jornalistas da época, sobretudo com relação à linguagem utilizada pelos jornais:

"O jornalista faz o povo e nunca o povo ao jornalista. Nós os guias da multidão devemos primar por ela, a fim de que o povo adote a nossa norma de orientação bem raciocinada. Se chamarmos o nosso respeito-

vel presidente de o 'Epitácio', e o nosso governador, o 'Moniz', como é que chamaremos o nosso sapateiro. Não abusemos da liberdade de pensar; dela não abusando, damos a prova de que dela somos dignos! O homem primitivo não deve ter liberdade; mas, nós, os civilizados não devemos abusar dela, o que seria mais desonroso do que ser um homem primitivo. O mundo não é simplesmente composto de jornalistas e se o fosse, seria uma calamidade... Que grande arma que é o jornalismo na mão de quem o sabe manejar! Julgo mesmo que devíamos ter uma academia de jornalistas, assim como temos a comercial".

O pensamento de Mário Teixeira Gomes não pode ser visto como totalmente avalizado pela direção do DN, mas também não é algo estranho à linha editorial. Isto porque, as evidências nos levam a afirmar que para o artigo ser publicado necessitava receber, no mínimo, a autorização do editor. No primeiro artigo a pregação da violência "que redundará em benefício do próprio povo", coincidiu com a repressão aos grevistas e que não foi noticiada nas páginas dos jornais. Mário Gomes misturou uma série de elementos como o "poder transformador da religião" com a necessidade da chegada de "um príncipe", mas o alvo principal é o enquadramento do movimento operário.

No segundo artigo, o autor doutrinava os jornalistas, fazendo-se porta-voz de uma idéia comum à época de que os jornalistas são os guias da multidão. Aí, o ponto principal é a afirmação de que o homem primitivo não deve ter liberdade, lançando a idéia da união dos jornalistas, à maneira da Associação Comercial, o que foi feito em 1930 com a criação da Associação Baiana de Imprensa.

A greve prosseguia e, no dia 13, os empresários davam um ultimato aos operários, com o DN publicando a série de pontos do acordo proposto e que não foi aceito pelos trabalhado

res. Para o jornal, a greve estava no fim. Não estava e, no dia 15, um repórter faz uma reportagem-espionagem numa reunião da sociedade União Geral dos Tecelões. Vestido de operário, conforme expressão utilizada pelo jornal, presenciou os debates, inclusive o discurso de Agripino Nazareth, e informou, através do jornal, que os operários prometiam realizar "quebra-quebra" numa fábrica, atingindo também o comércio. No final da matéria, o DN pedia à Associação Comercial que tomasse as providências necessárias à defesa do comércio.

O movimento se arrastou e, no dia 17, o jornal advertia que algumas reivindicações foram atendidas mas:

"Quanto às demais exigências expostas no célebre memorial redigido pelo Sr. Nazareth, não serão atendidas, porquanto são exigências descabidas, sem razão de ser, que viriam implantar a indisciplina completa no seio do operariado baiano, desse mesmo operariado, que nós sabemos ser tão ordeiro e pacífico".

Nos dias seguintes, o DN dividiu seu espaço com a sucessão governamental na Bahia "cada vez mais empolgando o espírito público". Mas, a tarefa de acabar a greve era primordial e, na edição do dia 19, o DN afirmava que a maioria dos operários queria trabalhar e conclamava os industriais a abrirem suas fábricas, fechadas no início da greve como forma de prevenir o quebra-quebra. A campanha contra Agripino Nazareth recruscece e será sempre chamado de "órgão opinativo". No dia 20, depois de sair com a manchete "A população exige a retirada do sr. Nazareth", o DN reproduziu artigo de um jornal carioca sobre os anarquistas:

"É tal casta assim baixa, inferior, animalizada, intolerante e assassina, que se diz reformadora da sociedade, do operariado, do mundo como se a sociedade, o operariado, o mundo pudessem estar sujeitos a tal casta, a tais energúmenos, que da honra, do dever

da igualdade e liberdade reais, não têm a menor noção".

As ligações de Agripino Nazareth com o político carioca Maurício de Lacerda foram denunciadas, dizendo que Lacerda enviaria 80 contos a fim de manter, no mesmo nível de resistência, o operariado baiano.

Ao tempo em que acusava os políticos pelo desenvolver da greve, o jornal continuava a campanha contra o líder operário:

"O sr. Agripino Nazareth tem sido, na Bahia, o maior instigador dos operários à revolta e aos desastinos. Fugido do Rio de Janeiro, pronunciado pelo juiz competente, como cúmplice de um movimento maximalista, veio esbarrar na Bahia, dizendo-se filho daqui, negando o seu próprio berço que é Pernambuco, para que desta maneira pudesse melhor iludir e embair a credulidade daqueles que o cercam".

A preocupação com a questão operária fez o DN publicamente reabilitar a imagem do empresariado. Na edição do dia 26, o médico Dario Peixoto, da Fábrica de Tecidos São Braz, é entrevistado e revela que lá as mulheres grávidas têm assistência e ficam isentas do trabalho por 60 dias - 30 antes e 30 depois do parto - recebendo 50 por cento do ganho ordinário. No caso de acidente de trabalho, o operário recebe 50 por cento do ganho. Além disso, o DN informa que a fábrica São Braz vem prestando serviços ao bairro de Plataforma, como a vacinação contra varíola, iniciada em 1910.

A greve acaba no final de setembro e, no começo de outubro, o jornal lembrou aos operários que a exploração anarquista nada lhes adianta, e, "prometendo tudo, acaba por demonstrar que nada lhes pode dar, como nada efetivamente lhes deu".

Depois dessa fase maior de agitação operária, a

mais importante referência ao movimento operário foi feita pelo Diário de Notícias em 9 de fevereiro de 1920, com o artigo intitulado "Greve ou Anarquia?" Para o jornal, todos os levantes o perários não eram greves e sim perturbações da ordem. Todos os simulacros de greves são arranjados pelos advogados das associações. O trecho mais importante é o seguinte:

"Não estará longe o dia em que as cozinheiras se levantarão. Hoje já não se pode reclamar com os empregados. O empregado, que pertence a uma destas sociedades, tem direito a chegar para o trabalho a hora que entender; fazer na casa do patrão o que bem lhe parecer: encostar-se, vadiar, cantar. Julga-se, já, elevado às alturas de um 'grande socialista' e em pleno regime comunista, senão habitando uma Rússia Vermelha, dos Baconines e dos Lenines".

"Só nos falta ver uma coisa, é o empregado exigir uma parte dos lucros dos negócios do seu patrão!" Finalmente, o artigo do DN, conclui dizendo que "as pretensões desses carregadores já ultrapassaram todas as esferas dos mais dilatados limites".

§

§

§

Como afirmamos na introdução do capítulo, a ameaça de rompimento de interesses maiores das elites, acima das circunstanciais disputas pelo poder local, faz o Diário de Notícias e O Imparcial recuarem. As divergências entre facções da elite não são motivo suficiente para insistência no apoio a um movimento que ameaça a todos. A saída é primeiro acusar a facção adversária, mas não inimiga, e em seguida, buscar justificati-



vas para o recuo na própria manifestação operária. Por essas razões, em nenhum momento, os jornais, mais particularmente o *Diário*, se alongam na análise das negociações entre operários e patrões. Detalhes das ofertas empresariais, das recusas operárias ou das exigências de ambos os lados são sonegados ao leitor. Durante a greve de setembro, motivada pela falta de cumprimento de acordos feitos em junho, não é divulgado esse importante detalhe. No final do movimento não se sabe o que foi atendido e o que foi recusado.

Essa atitude dos jornais baianos coincide com a do *Jornal Estado de São Paulo* (em 1917). Bárbara Weinstein registra que o apoio tácito à greve evaporou quando o movimento entrou na fase mais radical. Os liberais do "Estado" começaram a condenar os excessos operários e justificar a violência policial. Segundo a autora, "uma vez que a greve ameaçava romper a ordem pública, mesmo temporariamente, todas as ambigüidades desapareceram e o Estado de São Paulo endossava qualquer ação que a polícia pudesse cometer".<sup>7</sup>

Os jornais baianos procederam de forma semelhante, mostrando como órgãos da Grande Imprensa, mesmo em conjunturas diferentes, podem adotar posições semelhantes.

7. CAPELATO, op.cit. Apêndice. *Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A Cobertura da greve em "O Estado de S. Paulo" - 1909/1907.* Bárbara Weinstein.p.162

A Revolução Sertaneja foi a reação engendrada pela oposição baiana ante o resultado das eleições de 1919 em que o candidato do Governo era o ex-governador J.J. Seabra e o das oposições, o Juiz Federal Paulo Fontes. A candidatura Seabra, do Partido Democrata, significava a manutenção de uma oligarquia iniciada por ele próprio em 1912 e continuada por Antonio Moniz (1916 a 1920). O juiz Paulo Fontes, político com discreta participação no Estado, foi o candidato de consenso das oposições, a frente única comandada por Ruy Barbosa para tomar o poder. Essa frente abrigava as mais tradicionais lideranças como Luís Vianna, Rodrigues Lima, Leão Veloso, João e Octávio Mangabeira que contaram com o apoio da Associação Comercial da Bahia, empenhada desde as greves de 1919 em derrubar o seabrismo. Para Ruy Barbosa, derrubar o seabrismo era uma missão a cumprir. Como "missionário" e "enviado" ele chegou a Salvador no começo de novembro e percorreu o Recôncavo à cata de votos para Paulo Fontes. Ao embarcar para essa empreitada, Ruy já tem o apoio aberto de Rodolfo Martins, da Associação Comercial e Alberto Martins Catharino do Centro Industrial do Algodão. Usando todo o carisma de Ruy no processo eleitoral, as classes conservadoras baianas intitularam Paulo Fontes como "candidato do Povo Baiano", lançado na "Convenção Estadual do Povo Baiano" de 20 de novembro de 1919. A campanha foi a mais dura a que a República Velha, na Bahia, assistiu e tanto o Governo quanto a oposição apelaram para as fraudes e para a violência. Todos os recursos foram utilizados para conseguir a vitória final.

O clima eleitoral foi tenso no Estado conflagrado

em consequência das constantes disputas de poder dos coronéis do sertão, que, além da briga por terras e vinganças familiares, refletiam a disputa pelo poder político na capital. A campanha vai acirrar ainda mais a intranquilidade, pois, quando não elaboravam as atas eleitorais na mansidão dos seus lares, os políticos usavam da coação para conseguir os votos. Para o Governo, ganhar significava azeitar a máquina eleitoral e a oposição sabia disso como concluiu Consuelo Novaes Sampaio:

"A oposição sabia que poderia ser derrotada a través das mesas eleitorais controladas pelo P.R.D., ou no processo de reconhecimento, no Legislativo Estadual. A degola seria inapelável, desde quando o Legislativo era esmagadoramente seabrista. O único recurso, portanto, que lhe restava era fomentar o estado da anarquia que dominava o Sertão; incentivar o descontentamento e a agitação social na Capital, para, tornando inevitável a intervenção federal, impedir o reconhecimento de Seabra e forçar a realização de novas eleições".<sup>8</sup>

Para fomentar a luta no interior, as elites oposicionistas baianas convocaram os líderes sertanejos que durante a República Velha são o braço armado do poder político estadual. São eles: Marcionílio Souza (Maracás), Abílio Araújo (Santa Rita), Cordeiro de Miranda (São Francisco), Anfilófilo Castello Branco (Remanso), e João Duque (Carinhanha). São eles quem conduzem as massas eleitorais e controlam a vida do município

---

8. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA., 1975. p. 109

como bem descreve Walfrido Moraes:

"Detendo, pois, a liderança econômica, os coronéis reúnem, implicitamente, o mais alto prestígio local, disputando ou indicando protegidos para a Intendência, para a Assembleia Geral ou provincial, para o Senado, para o Conselho da Câmara Comunal, para as coletorias, para os cargos da justiça e da polícia etc., influenciando, por tais meios, de maneira a mais decisiva, na elaboração das leis municipais; na imposição dos tributos e na distribuição dos favores; abrangendo sua influência todas as esferas do poder público que se configuram, muitas vezes, não como um elemento do Estado mas, como um bem privado, familiar".<sup>9</sup>

O plano do levante é creditado a Simões Filho,<sup>10</sup> diretor de A Tarde, que contará com a adesão dos outros jornais oposicionistas, transformando a imprensa no principal suporte (além do apoio material) dos líderes sertanejos. Será a imprensa engajada de Porto da Silveira (Diário da Bahia) Antonio Marques Reis (Diário de Notícias) e Agenor Chaves, os quais faziam discursos em praça pública em favor da oposição, que fomenta a revolução. Tendo à frente "A Tarde" utilizam manchetes garrafais para dar a dimensão de uma verdadeira guerra civil no interior baiano. A leitura isolada de um exemplar de jornal leva a crer que todo o sertão baiano está com armas nas mãos e a queda do Governo é irreversível, somente uma questão de horas.

---

9. MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis*. A civilização do dia mante nas lavras da Bahia, Bahia, Edições GRD da Cidade do Salvador, 1973. p. 25

10. *Ibidem*, p. 79

Intitulando-se de jornal independente, político e noticioso, a A Tarde noticiou em 3 de janeiro de 1920, que Horácio de Matos recebeu telegrama do Governo comunicando a indicação de Seabra pelo Partido Democrata, mas não respondeu. Em segundo telegrama, o Governo ofereceu ao coronel garantia de tranquilidade e a promessa de que "providenciaria tudo que desejar". Foi uma das tentativas do Governo de aliciar os chefes revolucionários e uma indicação de que Horácio de Mattos não estava disposto à conciliação. No dia 7 do mesmo mês, o jornal relatou a situação de Macaúbas, com texto que pode servir de exemplo para mostrar como a notícia chegava ao jornal, geralmente através de correlegionários:

"Pessoas chegadas de Macaúbas, bem como notícias por cartas, informam terem dado entrada na Vila, ocupando-a, cento e cinquenta homens armados, para defender a sua população em grande maioria partidários da oposição, das tropelias do representante do Governo, padre Hermelino Leão, senador federal. O contingente acampou dentro da Villa, respeitando os adversários da oposição, inclusive o padre Hermelino que está em sua própria residência, garantido pela própria oposição".

Desde as eleições, A Tarde publicou na página 2 os resultados do pleito, sempre dando vitória para Paulo Fontes que, no dia 7, já tem 23.333 votos contra 10.172 de Seabra. Nesse mesmo dia, um manifesto da oposição analisava os resultados, afirmando que os algarismos mostram que o candidato das classes conservadoras e da Convenção do Povo Baiano leva uma vantagem de 12.171 votos do candidato da administração "do tesouro e da Polícia do Estado". O total reúne sete décimos da votação co-

nhecida, representando uma situação que não se alteraria nem que em todo do resto do território baiano vencesse a "criatura do Governo e seu corrilho". O documento é assinado por Ruy Barbosa, Luís Vianna, João Mangabeira, Pires de Carvalho, Octávio Mangabeira, Leão Veloso, Rodrigues Lima, Alfredo Ruy Barbosa e Pedro Lago.

Além de fomentar a Revolução no Sertão, A Tarde não esquecia o lado administrativo do Governo Antonio Moniz e concluiu o seguinte sobre o balanço das contas do ano de 1919:

"Rendas duplicadas, esbanjamento quadruplicado. Estado em bancarrota confessada no interior, e em moratória mal cumprida no exterior. Que epíteto deve criar-se para administradores que tais? Em verdade, não urge que venham à luz neologismos. Chamando-se-os de ladrões com todas as letras, tem-se-os chamado pelo nome".

Do mesmo modo que A Tarde, O Imparcial está sempre buscando divulgar as mazelas da administração estadual.

Reagindo aos coronéis, o Governo Moniz envia cada vez mais soldados ao interior que na partida recebem panfletos, certamente inspirados e impressos nos jornais oposicionistas, clamando-os a não lutarem contra os sertanejos. Um desses panfletos, divulgado pelo Imparcial, argumenta que não é justo lutar, pois "o Governo não dá escolas, não dá estradas e não dá melhoramentos aos sertanejos". Termina dando vivas ao povo, à Polícia e à População Sertaneja.

Ao longo do mês de janeiro, a campanha de Simões Filho ganha maior força com a investida militar bem sucedida dos coronéis: "O Sertão decidirá a sorte da Bahia" anunciava Simões Filho no dia 15, informando que Horácio de Matos marchava sobre Lavras Diamantinas. De Macaúbas, o coronel enviou o seguinte telegrama, publicado por Simões:

"Macaúbas-14 Dr. Simões Filho - Tarde-Bahia - Sinto não poder, no momento, estar no São Francisco ao lado do bravo companheiro coronel Anphilophio Castelo Branco. Nossos inimigos me obrigaram a tomar enérgicas providências para garantir a liberdade de voto a vários municípios ameaçados de coação pelo Governo. Terminando a luta em Campestre, onde adversários agrediram, como em toda Zona das Lavras, os nossos amigos, seguirei a cumprir o meu dever até o fim, nessa campanha de salvação da Bahia. Cordiais saudações. Barra do Mendes, 11 de janeiro de 1920. Horácio de Mattos".

Além de Horácio de Mattos, mais dois coronéis formavam o tripé que sustentaria os planos da oposição: Anfilófilo Castelo Branco, intendente de Remanso e Marcionílio Souza, de Maracás. Este, quando viajava de Salvador para Nazaré teve sua bagagem revistada pela Polícia. O fato foi devidamente explorado por A Tarde que viu, na medida, um desacato ao coronel.

A eleição a bico de pena na Bahia tem exemplo histórico no seguinte telegrama de Horácio de Mattos a Paulo Fontes que A Tarde publicou com a maior naturalidade:

"Dr. Paulo Fontes. Graça, Bahia - Barra 15 de Janeiro de 1920 - Tenho prazer comunicar que eleitora do Brotas Macaúbas sufragou unanimemente nome glorioso vossência para governador do Estado, seguinte resultado: Dr. Fontes 311. Seabra zero. Mandarei de pois resultados completos outros municípios nossos. Favor comunicar cons. Ruy Barbosa, deputado Pedro Lago. Saudações Horácio Queiroz Mattos".

Levando a sério o propósito de ganhar as eleições, o coronel não se deu conta de que é praticamente impossível que, num universo de 311 votos, Seabra não conseguisse nenhum. Na capital, a oposição letrada aceitava a fraude com naturalidade, desde que ela trouxesse mais votos para Paulo Fontes. Diante da investida oposicionista, uma das táticas

cas usadas pelo Governo foi a de minimizar a Revolução fato que A Tarde não deixou passar. Um artigo revelou que, após simular desprezo, o Governo começou a reconhecer a importância do movimento. O jornal anunciava que, além de soldados da força regular da Polícia, bandidos estavam sendo contratados. No caso específico, para impedir a "libertação" do município de Carinhã pelo Coronel João Duque o governo mandou tropas comandadas pelo "famigerado" tenente Farias e pelo "desordeiro" Leônidas Araújo. Em resposta, o coronel João Duque mandou tropas "destroçarem" o inimigo.

Detalhe importante em toda a cobertura de A Tarde, de O Imparcial e também dos outros jornais oposicionistas, é que nunca foi revelado o número de mortos e feridos nos "terríveis" combates. A ação era sempre narrada de forma a colocar o coronel no ataque e o Governo recuando sem entrar em detalhes sobre a ação militar. Essa deliberada atitude de omitir, o número de mortos e feridos muda radicalmente algum tempo depois, quando é decretada a intervenção e o Exército usado para combater os coronéis.

Procurando minar o Governo em todas as frentes, A Tarde dará amplo espaço ao episódio que envolveu o capitão Batista Coelho, combatente de uma expedição contra a cidade de Juazeiro, que se recusou a combater à reação sertaneja. Preso em Salvador, o capitão foi processado e conseguiu Habeas Corpus. Durante o processo, A Tarde publicou várias fotos suas, tratando-o como herói. O mesmo tratamento foi dado ao cabo Melchides Alves de Assis, "dado por maluco, por recusar a matar no sertão".

No final de janeiro, dia 28, o coronel Horácio de Mattos proclama a Revolução Sertaneja, após ocupar o município de Wagner e ameaçar Maracás. Horácio de Mattos conclama os ser



tanejos a aderirem ao movimento e A Tarde dimensiona o fato. "O gesto do grande caudilho sertanejo está causando enorme sensação, sabendo-se, como se sabe, que ele é homem que, quando se resolve, a essas atitudes, é decidido a não medir consequências".

Durante todo o mês de janeiro, enquanto o Sertão está supostamente em "pé de guerra", a capital permanece em paz, sem alterações que possam refletir o estado de conflagração registrado pelos jornais oposicionistas. No começo de fevereiro, a oposição terá a chance de agitar Salvador. Com a chegada de Seabra à capital, seus partidários saem às ruas centrais em ruidosa manifestação, comemorando a sua eleição ao Governo. Essa comemoração, onde não faltaram tiros para o ar e outras violências, obrigou o comércio a fechar suas portas. No mesmo dia, o comércio acusa o Governo de ter planejado a manifestação para obrigá-lo a paralisar suas atividades em homenagem a Seabra, denunciando a falta de garantias para o seu funcionamento normal. O incidente foi explorado por A Tarde que achava que "da capital ao Sertão, a reação popular condena a oligarquia baiana". Instigados pelos jornais oposicionistas, o comércio ficou fechado de 2 a 7 de fevereiro, atendendo determinação da Associação Comercial que pediu garantias ao comandante Militar do Distrito, general Cardoso de Aguiar; enviou telegrama ao Presidente Epitácio Pessoa e mobilizou outros órgãos de classe, dando conta de violências e agressões no bairro comercial. Mesmo com garantia do governador e de Seabra, a Associação não cede e só ordena a reabertura após Epitácio Pessoa recomendar a volta à normalidade.

Os exageros de A Tarde, do Imparcial, e de todos os jornais oposicionistas, em especial o Diário da Bahia, no episódio, foi testemunhado pelo general Cardoso de Aguiar, que se manteve acima dos interesses das elites em conflito.

O general relatou que, até o dia 29, a situação na Bahia era calma. Nesse dia começou a receber pedidos de garantia, sendo um deles de Pedro Lago, do Diário da Bahia, que estava sendo assaltado pela Polícia, sob balas. O general telefonou ao governador que negou o fato. A versão do militar é de que os partidários de Seabra, comemorando a vitória, percorreram a cidade e deram muitos tiros para o ar. Os partidários de Paulo Fontes também fizeram a mesma coisa. Próximo ao prédio do Diário da Bahia, o pânico se estabeleceu e Pedro Lago julgou que estava sendo assaltado pela Polícia.

Outro incidente narrado foi o telefonema do presidente da Associação Comercial da Bahia, comunicando que um grupo de rapazes do comércio estava sendo assediado no "Ponto Central" por estivadores, com ameaça de vida. O general mandou o capitão Moisés Alves ao local e nada foi encontrado de anormal. No dia seguinte, ele visitou o local e constatou que não havia vestígios de bala na fachada do café. A surpresa do general resultou do fato de o presidente da Associação ter afirmado que as consequências do assalto poderiam ser verificadas nos vestígios de balas na parede do café. No seu depoimento, Cardoso de Aguiar concluiu:

"Ao mesmo tempo, os jornais da oposição levantaram terríveis grita e passavam telegramas alarmantes para o Rio de Janeiro. O efeito lá fora devia ser extraordinário. A Capital, segundo essas comunicações, encontrava-se em completa anarquia, com a polícia desenfreada nas ruas, nadava em sangue a Cidade. Não havia nenhuma segurança e faltavam por completo as garantias. Havia, portanto, um plano assentado de perturbação da ordem para um fim determinado que eu ainda ignorava. Perdi a confiança nos homens que assim procediam porque julgava, na minha ingenuidade completamente avesso à política, tais procedimentos con

Com a iminente derrota eleitoral, Ruy Barbosa emite manifesto à Nação, onde além de denunciar mais uma vez, a oligarquia Seabrista, enaltece os chefes sertanejos Douca Medrado, João Duque, Francisco Teixeira, Abílio Araújo, Horácio de Mattos, Castelo Branco, Marcionílio Souza, Salustiano Senna, Francolino Pedreira e outros.

No dia 18 de fevereiro, O Imparcial e A Tarde anunciavam que Horácio de Mattos marchava sobre a capital com 3 mil homens. Quanto aos boatos de intervenção federal, A Tarde tratou de afirmar que não há como supor que o Sr. Presidente da República, nessa grave conjuntura, não se mostre digno de confiança da Bahia. Além dessa profissão de fé, exagerava quanto ao quadro militar, pois entendia que não se podia confiar somente no Presidente e publicou em letras garrafais: "É A REVOLUÇÃO". "As forças do coronel Marcionílio de Souza irrompem na zona de Nazareth: Poções, Boa Nova, Jequié, Jaguaquara, Amargosa e São Miguel ocupadas".

Do Rio de Janeiro, A Tarde recebia notícias de um correspondente que se mostrou todo o tempo desinformado diante do quadro político ou excessivamente otimista ao ponto de não enxergar a realidade. Ele informava que o presidente resolveria a questão da Bahia como lhe parecesse constitucional, "sem preocupação de prestigiar a quem quer que seja, bem como de forçar alguma porã a força federal à disposição do Governo Moniz, reservando-se movimentá-la como lhe parecer conveniente".

A intervenção é decretada no dia seguinte e acontece tudo que o correspondente de A Tarde negara no dia anterior.

---

11. Citado por SANTOS, op.cit. Associação Comercial. p. 133

or e que Simões Filho publicou, como se fosse inteira verdade, para seu leitores. Nesse dia, A Tarde ainda insiste em dar, em letras garrafais, "VIVA O SERTÃO BAIANO" e logo abaixo anunciava a intervenção destacando em tipos graúdos um trecho do manifesto assinado pelos líderes oposicionistas:

"Todavia, se, contra o que todos esperavam, o Exército Nacional, que na Monarquia não quis ser instrumento do cativo africano, aceitar hoje, na República, a missão de restituir ao cativo da oligarquia Seabra três milhões de brasileiros já emancipados pela sua própria mão, ameaçando ensopar em sangue, para vitória dessa usurpação fratricida, a nossa amada terra natal, cabe à revolução baiana medir ela mesmo os seus recursos. O documento é assinado por Ruy Barbosa, Pedro Lago, Luís Vianna, Leão Velloso, Alfredo Ruy, João Mangabeira, Pires de Carvalho, Octavio Mangabeira e Rodrigues Lemos".

O discurso - bem ao estilo bombástico de Ruy Barbosa - que sempre povoou as páginas dos jornais com pronunciamentos extremamente longos e carregados de erudição - cumpriu-se como uma profecia. O Exército aceitou legitimar a oligarquia seabrista e depois de avaliar suas forças, a Revolução percebeu que estava em desvantagem. A intervenção significava o fim do sonho oposicionista de tomar o poder em 1920.

Como interventor, o general Cardoso de Aguiar impôs rigorosa censura à imprensa e iniciou o trabalho de pacificação do sertão. O primeiro pensamento do Exército foi atacar os coronéis com os 10 mil homens da infantaria, mas as consequências seriam desastrosas, capazes de provocar uma guerra civil que de forma alguma interessava ao Governo Estadual. A solução foi negociar uma paz honrosa com os coronéis Horácio de Mattos, Anfilóbio Castelo Branco e Marcionílio de Souza. Depois de muitas discussões travadas através de mensageiros, foram as

assinados três documentos: O Convênio de Lençóis, o Convênio da Região do São Francisco, compreendendo Remanso, Casa Nova, Xique Xique e Santa Rita e o Convênio de Castro Alves, abrangendo todo o Sudoeste e o Recôncavo.

O mais importante deles foi, por certo, o assinado com Horácio de Mattos em 21 de março de 1921. As cláusulas do documento são as seguintes:

- " 1a. - Absoluta isenção de responsabilidades civis ou criminais, por atos praticados pelos revolucionários desta zona ou fatos decorrentes da ação dos mesmos.
- 2a. - Para provimentos dos cargos de nomeação nos municípios revolucionários, o Governo ouvirá os seguintes chefes políticos: Em Lençóis, o coronel Manuel Alcântara de Carvalho; em Brotas de Macaúbas, o Major João Arcanjo Ribeiro; em Wagner, o Major João de Souza; em Remédios, o coronel Leonídio Ambrósio de Abreu; em Guarani, o coronel José de Sousa Guedes; em Macaúbas, o coronel Francisco Borges de Figueiredo Filho; em Brejinho, o Coronel Francisco Teixeira; cabendo aos diretórios políticos a indicação dos nomes para os cargos eletivos.
- 3a. - O Governo promoverá, por todos os meios ao seu alcance, a supressão do município de Barra do Mendes e sua incorporação ao município de Brotas de Macaúbas.
- 4a. - Retirada absoluta de Manuel Fabrício da política do município de Campestre, fazendo-se, depois, a reunião dos habitantes do mesmo município para escolha dos seus representantes.
- 5a. - Nos municípios de Itaberaba, Orobó e Capivara, fazer-se uma política de aproveitamento dos melhores homens, sem distinção de parcialidade política.
- 6a. - O Governo envidará todos os meios para tornar

efetiva a permanência das autoridades judiciárias nas sedes das comarcas e termos.

- 7a. - Nas próximas eleições estaduais, o partido situacionista recomendará para as cadeiras à Assembléia um Senador e um Deputado indicados pelos chefes políticos constantes da cláusula segunda.
- 8a. - Ficará debaixo das garantias e do patrocínio do senhor general comandante da Quinta Região Militar o cumprimento de todas as cláusulas apresentadas.
- 9a. - Confiantes nas garantias de completa justiça e equidade, oferecidas pelo Senhor General Alberto Cardoso de Aguiar, comandante da Quinta Região Militar, o coronel Horácio de Matos e seus amigos dos municípios citados, em sendo aceitas as cláusulas deste acordo, prestarão o pleno apoio ao futuro governador da Bahia, reconhecido e proclamado pelo poder político competente".<sup>12</sup>

O documento, certamente, estremecia as relações dos coronéis com os oposicionistas, mas, no final, o que importava era estar com o poder. Mais fortes, derrotando tradicionais inimigos, os coronéis foram os grandes vencedores da Revolução.

---

12. MORAES, op.cit. p. 102

## 3. O DIÁRIO DA BAHIA E A REVOLUÇÃO DE 1930

Apesar da participação baiana ser, a nível nacional, inexpressiva na Revolução de 30, as consequências para os homens ligados aos jornais baianos, em estudo revestem o episódio de grande importância. Basta dizer que entre os cinco políticos exilados, dois tinham ligações com a imprensa estudada: Simões Filho de A Tarde e o senador e jornalista Pedro Lago que atuou no Diário da Bahia durante muitos anos.

A Bahia de outubro de 1930 acabava de viver a sucessão estadual de Vital Soares com a eleição de Pedro Lago que, após perseguir o poder - na oposição - desde a década anterior, chegou ao cargo de Governador do Estado. Eleito por uma coalizão de forças, o representante do Partido Republicano da Bahia não teve competidor, contando inclusive com o apoio dos seguidores de J.J. Seabra, abrigados no Partido Republicano Democrata. A circunstância política que uniu a elite baiana em torno de Pedro Lago tem como base o setor econômico-financeiro da sociedade. Contribuição substancial é dada pela crise econômica que abalou todo o mundo em 1929, atingindo a base estrutural da sociedade baiana, voltada para o mercado externo. Naquele momento, os interesses deveriam convergir numa mesma direção, mesmo que esforços paralelos tenham sido feitos para impor outras candidaturas.

A direção era Pedro Lago que na eleição de setembro de 1930 obteve 141.018 votos, esperando somente que dentro de dois meses a Assembléia Geral Legislativa apurasse os votos oficialmente e o empossasse no cargo.

Contudo, a Revolução de 30 mudaria os planos da elite baiana relutante em desconhecer o processo político que se

desenvolvia no resto do país.

O apoio do presidente Washington Luís à Chapa Júlio Prestes Vital Soares e a vitória da eleição de 19 de março de 1930 davam tranquilidade à oligarquia baiana que, conservadora, permaneceu legalista. Desse modo, o movimento que ao longo do ano ganhou grandes proporções em Minas, Rio Grande e Paraíba encontrou escasso apoio no Estado. Apenas alguns poucos militares e o ex-governador J.J. Seabra mostravam-se simpáticos aos revolucionários. Mas, como explica Consuelo Novaes Sampaio,<sup>13</sup> a mentalidade revolucionária do grupo seabrista-monizista - na oposição ao Governo estadual desde 1924 - era nitidamente provinciana e imediatista. De acordo com a sua interpretação, os políticos locais eram alvos principais do ataque e, na campanha sucessória, apesar de defenderem a candidatura Otávio Mangabeira, apoiaram a candidatura vitoriosa de Pedro Lago, ex-arquiinimigo de Seabra.

Além desse alheamento da Bahia quanto ao quadro nacional, o Estado pode ser incluso na interpretação dada por Maria do Carmo Campelo de Souza<sup>14</sup>. Para ela, cada Estado tinha seu papel no compromisso da política dos governadores cabendo, como se sabe, destaque especial para São Paulo e Minas e, logo abaixo, o Rio Grande do Sul. Os outros Estados gravitavam em torno dos três líderes à espera de serem carreados ao poder depois de tomadas as grandes decisões.

O legalismo baiano vai até as últimas consequências, esboçando-se mesmo uma reação diante da revolução. Na ca

13. SAMPAIO, op.cit. p. 174

14. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *O processo político-partidário na primeira república*. in MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1975. p. 186



pital e no interior são organizados batalhões patrióticos para defender a República tendo à frente Pedro Lago, Simões Filho e Geraldo Rocha que apelaram, mais uma vez, para os coronéis do sertão. Líderes como Franklin de Albuquerque (Pilão Arcado), João Duque (Carinhanha), Marcionílio de Souza (Maracás) Cirilo Veado (Barra) Abílio Wolney, Rotílio Manduca e o coronel Horácio de Matos foram chamados para defender a legalidade. Um deles, Franklin de Albuquerque deu o seu apoio a Góis Monteiro em telegrama publicado no dia 17 pelo DN: "Farei hoje o que fiz ontem cooperando com todas as minhas energias para o completo a niquilamento dos empreiteiros da desordem que enfelicitem o meu país". Depois da Revolução, todos foram presos, humilhados, obrigados a depor armas e perderam substancial prestígio político no primeiro golpe dado pelos revolucionários no coronelismo baiano.

#### COBERTURA

A Revolução de 1930 encontrou o Diário da Bahia em poder de Moniz Sodré, liderado de J.J. Seabra, na oposição desde 1924 quando Góes Calmon assume o Governo da Bahia. Desse modo, o Diário cumpre, mais uma vez, sua sina de estar sempre na oposição. Seabra foi um dos poucos chefes políticos baianos a acreditar na Revolução apesar de notícia publicada em seu jornal um mês antes não transmitir essa idéia.

Na seção "Boatos e Boateiros" de 3 de setembro, o Diário informava: "Se algum movimento revolucionário abalar o nosso país novamente com certeza, não será este o produto da indignação comodista de Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, Paim Filho, Arthur Bernardes e o resto da terrível camarilha". Essa

notícia, isolada numa edição não nos possibilita muitas afirmações, visto que Seabra vinha mostrando simpatias pelos dissidentes há algum tempo.

A Revolução, ou melhor, a movimentação sucessória, voltará ao DB no dia 6 de outubro quando é decretado Estado de Sítio em Minas, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Capital Federal, Paraíba e Bahia, salientando que a ordem pública estava perturbada em mais de um ponto do território nacional e havia tentativa de golpe de Antonio Carlos, ex-governador de Minas. O mesmo atraso na divulgação da movimentação sucessória é encontrado no Diário de Notícias que, apoiando o legalismo, publicará no dia 6 nota da Associação Comercial da Bahia, apoiando a repressão aos "movimentos sediciosos".

Mesmo estando sob a ordem de Seabra, a cobertura do DB de Moniz Sodré será cautelosa diante dos acontecimentos. É Sodré quem protesta na Câmara quanto ao Estado de Sítio e aos poucos vai revelando sua simpatia pelos revolucionários. No dia 7, o DB comunica aos leitores que está sob censura prévia policial. O censor será João Mendes da Costa Filho, o próprio chefe da Censura na Bahia. Daí para frente vários artigos e editoriais serão censurados, principalmente no episódio do quebra bondes.<sup>15</sup> O Diário de Notícias também sofre censura, mas sua posi

15. Conforme SAMPAIO, op.cit., p. 183 "manifestações hostis da população em relação à Cia. Linha Circular de Carris da Bahia, ligada à Light and Power, vinham ocorrendo desde os primeiros meses de 1930, quando os preços das passagens de bondes foram elevados, sob a alegação de que a referida Companhia aumentaria o número de veículos em circulação, a fim de evitar a superlotação. A Companhia não cumpriu o prometido, e, a 19 de maio, houve grave incidente, resultando num quebra bonde na Estrada da Liberdade (O Jornal, 20 de maio de 1930). A inquietação contida da população deu ao quebra bonde de 4 de outubro proporções bem maiores. Sob o pretexto de que a bandeira nacional servia de tapume nas obras do Plano Inclinado Gonçalves, generalizou-se o ataque aos bondes, num quebra-quebra quase incontido (Diário de Notícias, 7 out. 1930)".

ção de apoiar a legalidade não lhe causa grandes problemas. Pelo contrário, divulga as notas oficiais, inclusive um longo pronunciamento do Presidente Washington Luís, no dia 10, conclamando o povo brasileiro a defender a nação e cumprir o seu dever.

O agravamento da censura ao DB leva-o à publicação somente de títulos dos seus editoriais e artigos, deixando só espaços em branco: "O trágico comício de ontem", "Nem com doces", "Comunismo do telégrafo". A atuação do telégrafo é denunciada também no dia 11 quando grande parte da primeira página está em branco com uma explicação:

"Nosso serviço de informação continua ressentindo-se extraordinariamente, da falta de detalhes sobre o movimento revolucionário. Quase que só a Agência Americana está fornecendo noticiário aos jornais, pois os correspondentes especiais se acham tolhidos nesse mister. Os telegramas da Agência Americana, cuja origem obedece cegamente ao Governo Federal, deixou de prever, em suas entrelinhas, a situação de gravidade culminante que atravessa nossa querida pátria, atirada neste momento amargurado às venturas fraticidas de uma guerra civil monstruosa e condenável pela ambição e pelo impatriotismo de antagonistas políticos de mentalidade tacanha e de egoísmo desmedido. Os telegramas referidos chegam-nos de maneira verdadeiramente confusa, produzindo no espírito público uma terrível dúvida e uma profunda desilusão".

O DB afirma que as notícias da Agência Americana saem diretamente do Ministério do Interior e da Justiça, pois é a única merecedora da Confiança do Governo da República. Mesmo assim as informações enviadas deixam prever "nas entrelinhas" que o país está à beira de uma guerra civil. O alheamento de Salvador diante da Revolução não passa despercebido e o DB registra o clima da capital no dia 15:

"Para o jornalista, observador imparcial dos aspectos da cidade, a Bahia continua sendo a cidade pacata por excelência. Tranquilidade morna de burgo afastado dos centros movimentados. O comércio, prejudicadíssimo com as medidas emergenciais postas em prática, perdeu aquela atividade que o caracterizava. Apesar disso as casas de diversões funcionam. No mais tem-se a impressão nítida de uma praça onde, silenciosamente se organizam elementos de resistências".

No dia 19 de outubro, a direção do DB produziu um texto sobre a ação da censura e sua repercussão na sociedade:

"Não há maior atrativo para a natureza humana do que o mistério. O próprio Deus, em que todos nós fervorosamente cremos, deixaria de ser o ente intangível que é, no dia em que, deixando de ser mistério se tornasse visível, se tornasse conhecido. A tudo que se não conhece se dá uma importância muito maior do que em realidade merece.

Ora, a censura feita na imprensa, com o intuito, aliás muito elogiável de não perturbar a calma e tranquilidade do povo, tem, em verdade, devido justamente a essa atração que o homem sente, inata no seu organismo pelo mistério, um efeito absolutamente contra produtor.

Por pior sob o ponto de vista em que se coloca e age a autoridade encarregada da censura, que seja o tópico cortado em um jornal de grande circulação, nunca poderia produzir o efeito assustador e prejudicial que produz o mesmo espaço em branco.

E aquelas linhas, muitas vezes inocentes e inócuas que o redator havia traçado, no exercício das suas funções, passa a constituir uma novidade profundamente sensacional, de uma gravidade terrível, de uma importância estupenda. Ninguém pode prever, quando a imaginação de um homem começa a trabalhar, em que ponto ela cessará este trabalho, e quais as conclusões a que chegou das suas lombrações. Eis porque, a censura da imprensa, é quase sempre contra produtor.

Nos dias precedentes à vitória, a censura prejudicou sensivelmente o DB que escasseia seu noticiário. No dia 24 de outubro foi publicada a vitória revolucionária dando conta da prisão do Presidente Washington Luís e a assunção ao poder de uma junta militar. Sob a manchete "A Epopéia Gloriosa da Revolução", deu detalhes dos acontecimentos e disse que o povo aclamou o diretor do Jornal, Moniz Sodré.

No Diário de Notícias, o apoio não tardou: "Deposito e preso o Presidente Washington Luís, chefia a ditadura o general Tasso Fragoso. O povo baiano, ordeiro e brasileiríssimo vibra de entusiasmo nas ruas". No dia 25, através de um diretor identificado como Francisco de Matos, o DN levou cumprimento aos interventores da Bahia: "Agradecemos, então ao coronel Ataliba Osório, suas palavras de encorajamento e patriotismo para com a imprensa, reafirmando-lhe logo, nossa solidariedade ao seu Governo, que hoje se inicia".

Na mesma edição, confirma, em nota, que definitivamente tinha mudado de lado:

"O Diário de Notícias, este que se fez, no seio da imprensa baiana, lídimo órgão patrocinador das aspirações da coletividade baiana, não foi esquecido pelo povo, que também acorreu à frente do seu edifício, para renovar as suas manifestações que se repetiram por mais de 15 minutos, quando à nossa redação chegou o chefe do Estado Maior do general Santa Cruz, para deste nos trazer a proclamação que foi endereçada à Bahia, e cujos termos ontem mesmo publicamos, em nossa edição".

A evolução da posição do jornal pode ser sentida no dia 27, em artigo assinado pelo diretor Altamirando Requião, que se antecipou no apoio a Seabra, um dos poucos homens públicos a apostar na vitória da Revolução desde o começo e, portanto, agora prestigiado. Altamirando dizia que Seabra adminis-

trou o Estado por dois quadriênios e saiu com as mãos vazias do Governo de uma terra cheia: "Teve erros, no poder, alguns bem graves... mas procurou corrigi-los". Compara Seabra à Phenix da Fábula, que ressurgiu das próprias cinzas, salientando que mesmo censurado e agredido pela imprensa adversária nunca atentou contra os jornais, nunca os mandou empastelar ou destruir, e foi sob o seu Governo, justamente que essa imprensa prosperou, respeitada no direito da livre opinião.

Sem o tacão da censura, o DB explicou na edição do dia 25 os acontecimentos ocorridos desde o começo do mês.

"Passada a época terrorista do sítio, passada a compressão despótica que exercia sobre a imprensa livre e sobre o povo independente da Bahia um grupo de baianos inconscientes colocados pela tyrania em posições outrora honradas pelos cidadãos mais eminentes desta terra, volvemos a nossa trajetória cumprindo com o nosso dever ao lado do povo, são, grande e independente que nunca poderia compactuar com traidores e bandidos.

Sabíamos que a revolução estava triunfando desde o seu início; sabíamos que ela viria salvar do abysmo a nossa pátria, mas a censura policial, ordenada pelo ex-secretário de polícia obrigou-nos pelo abuso da força a escondermos do nosso povo a mais nítida expressão da verdade sobre a marcha vitoriosa da Revolução.

Queriam que mentíssemos como mentiam os membros da negregrada mashorca que infelicitam o Brasil.

Mas na impossibilidade de dizer a verdade calamo-nos aguardando o supremo movimento da liberdade.

Ultimamente não queriam mais que as nossas o lunas saíssem em branco como sinal do nosso protesto.

Supremo aviltamento nunca verificado em nosso país, nem mesmo em épocas mais terroristas.

Agora que o povo já está a par de tudo, renovo

vamos os nossos protestos de inteira solidariedade à causa surgida para a liberdade de nossa pátria.

E cumprindo esse grato dever o Diário da Bahia não fez mais que, manter-se à altura de suas gloriosas tradições conquistadas em 75 anos de lutas ao lado da Justiça e do Povo Bahiano".

Novamente ao lado do poder, o DB não poupava elogios à Revolução. No dia 26 publicou o "Triunfo Maravilhoso da Revolução", anunciando o apoio imediato da Igreja e a formação dos comitês de recepção a Juarez Távora. Nesse mesmo dia, o editorial "Viva a Revolução", criticava a oligarquia baiana, afirmando que desde José Marcelino os mesmos homens governavam a Bahia. É interessante notar que desde José Marcelino (1904-1908) portanto em 24 anos, a Bahia esteve sob o poder de Seabra durante 12 anos, fato que o DB, naturalmente, fez questão de esquecer.

Depois dos primeiros elogios à Revolução, o jornal voltou-se para as questões internas, promovendo denúncias contra os adversários. O principal alvo será Simões Filho que organizou os batalhões patrióticos em defesa da legalidade. O DB deu nota dizendo que Simões Filho estava sendo chamado para prestar contas dos 2 mil contos que recebeu "sob o pretexto de defender a legalidade". O revanchismo se volta também contra os calmonistas, seguidores de Gões Calmon e os Vitalistas, seguidores de Vital Soares com a denúncia do dia 29:

"Antes do Sr. Gões Calmon ser governador o banco (Econômico) não era mais do que uma agência de negócios escabrosos no fundo de um baixo; depois que o sr. Calmon foi governador, o banco passou a ser o que aí está, emprestando dinheiro a juros a vários municípios baianos como fez a São Felix que ultimamente sofre mesmo uma humilhante penhora".

Para o DB, a Bahia entraria numa época magnífica

de soerguimento e o Tesouro não será mais uma "agência de negócios escabrosos de agiotas inconscientes".

Ante a devassa que atingirá os oposicionistas, o Diário de Notícias trata de se prevenir com Altamirando Requião salientando sua pobreza após 15 anos como redator do jornal:

"O Diário de Notícias, vivendo, só e só, do favor público, amparado pelas rendas normalíssimas que lhe dão vida, há meio século, sustentado pela sua venda avulsa e pelas suas secções de "A Pedido" e de anúncios que são as fontes regular do sustento de suas moirejadoras, espera que surjam provas em contrário, para que a Delegacia de Polícia Militar nos peça, por sua vez, a nossa condraticta". (DN - 14.11.1930).

No episódio da sucessão estadual, decidido por Juarez Távora e as elites baianas, inclusive representantes do Diário de Notícias, A Tarde e Diário da Bahia, as questões internas vieram à luz. O Diário da Bahia defendeu a candidatura de Seabra ou em último caso servia a de Moniz Sodré. Depois da primeira reunião, o DB acusou A Tarde de ser órgão oficioso da situação derrotada e ter mentido ao transcrever o resultado da "eleição". Esse processo eleitoral, que vale à pena ser pesquisado em maiores detalhes, foi chamado de "eleição por classes", realizado no Quartel General, sob a justificativa da urgência de se constituir na Bahia um novo Governo.

No dia 29 de outubro, o Diário da Bahia tentou explicar as eleições:

"O sistema eleitoral de emergência preconizado pelo general Juarez Távora e adaptado no pleito de domingo, teve vigorosa execução, sendo os resultados cuidadosamente computados pelas ilustres individualidades que constituíram a mesa eleitoral, sob a fiscalização suprema do chefe das forças libertadoras do Norte. As in



gênuas e perversas alegações feitas pelo jornal do Ar  
cebispado a respeito da votação pecam por completament  
e improcedentes. Disso aquele nosso confrade que a  
votação não foi perfeita porque houve associações de  
classe que compareceram com um só representante e out  
ras que o fizeram com dois ou três representantes".

Além disso, o DB acusa o Cardeal D. Álvaro de ter  
votado em Góes Calmon - ex-governador e representante da oligarq  
uia que deixou o poder. Notícia desmentida posteriormente.

Saliente-se que quando se referiu às "classes",  
o DB citou os militares, o arcebispo D. Augusto Álvaro da Silv  
a, doutores, desembargadores, representantes da Associação C  
omercial e outros representantes dos demais segmentos sociais, o  
nde certamente estavam ausentes os operários. A sucessão baiana  
só terminou em 1931, quando Juracy Magalhães tomou posse após  
as curtas gestões do coronel Ataliba Osório, Leopoldo Amaral, A  
rthur Neiva e o general Raimundo Rodrigues Barbosa.

Depois da Revolução, a imprensa oposicionista a  
ssumiria atitude semelhante à do passado: vai adaptar-se à con-  
juntura, procurando sempre o lado dos poderosos e dando, na me-  
dida em que se fortalece como empresa, passos mais cuidadosos,  
deixando de lado o emocionalismo e as paixões dos anos 10 e 20.

## CONCLUSÃO

A análise dos jornais consultados mostrou que a origem da Grande Imprensa baiana está localizada entre os anos 10 e 20 do século XX, cerca de 15 anos após a formação da Grande Imprensa no Rio de Janeiro e São Paulo, que ocorreu no final do século XIX. Enquanto a imprensa baiana começava a se organizar como empreendimento empresarial, voltado para a comercialização da notícia, a imprensa no Sul vivia fase mais avançada, incorporando os elementos básicos da chamada indústria cultural que floresceu nas décadas seguintes.

A origem da Grande Imprensa foi localizada principalmente pela sua organização e pela diversificação de sua atuação ideológica, diferente do jornalismo intergrupual da fase artesanal. Quanto à organização, vimos que a formação das sociedades anônimas foi passo decisivo dentro do processo empresarial, pois a atividade jornalística começou a representar investimento de grupos organizados na sociedade e não mais a aventura isolada de um empresário. A partir dessa nova organização, as empresas jornalísticas adquirem condições de acompanhar o desenvolvimento social e tecnológico que exigia jornais capazes de agir com rapidez diante da variedade da notícia, atuando como autênticos veículos de informação e não mais como meros reprodutores do debate político local.

Quanto à questão ideológica, pudemos constatar o modo de agir dos jornais analisando-os frente a três acontecimentos importantes para a vida política e social do Estado: as Greves de 1919, a Revolução Sertaneja de 1920 e a Revolução de 1930. Nos três momentos, a atuação dos jornais foi decisiva como agentes da ideologia da classe dominante. Divulgando os a-

contecimentos e até mesmo interferindo neles através da atuação política de seus dirigentes, os jornais cumpriram suas funções de manter a ordem, defender os interesses de seus acionistas e, sobretudo, veicular a ideologia da classe dominante baiana do período. Diante dos movimentos de contestação das classes subalternas, a postura da grande imprensa foi de apoio enquanto movimentos bem comportados, dentro dos limites estabelecidos pelo poder. A imprensa começa a criticar quando os movimentos ameaçam extrapolar esses limites, revelando os seus reais interesses de classe.

1. AMARAL, Hêlio Soares do. *Comunicação, pesquisa e documentação: método e técnica do trabalho acadêmico e redação jornalística*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
2. BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo, Martins Editora, 1971.
3. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1979.
4. BOSI, Eclêa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis, Vozes, 1981.
5. BUENO, Wilson da Costa. *Caracterização de um objeto conceitual para a análise da dicotomia imprensa industrial / imprensa artesanal no Brasil*. São Paulo, 1977; mimeogr. (Dissertação Mestrado USP).
6. CALMON, Jorge. *Imprensas oficiais no Brasil. Aspectos de sua história e do seu presente*. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1981.
7. CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino* (Imprensa e ideologia "O Estado de São Paulo") São Paulo, Editora Alfa Omega, 1980.
8. CARONE, Edgard. *A República Velha* (Evolução política). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
9. CARVALHO, Alfredo de. *A imprensa baiana de 1811 a 1899*. Recife, 1899.
10. \_\_\_\_\_. *Annaes da Imprensa da Bahia 1º Centenário 1811-1911*. Bahia, Tipografia Bahiana, 1911.
11. CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
12. \_\_\_\_\_. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Ed. Moderna, 1980.

13. COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1980. 127.
14. CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo - 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis, Vozes; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1979.
15. DAUMARD, Adeline. *Cinco aulas de história social*. Tradução de Moema Parente Augel, Audaísa Novaes Schwebel e Maria Luísa Medeiros Guimarães. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.
16. DINES, Alberto. *O papel do jornal. Tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise*. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1974.
17. EMERY, Edwin. *História da imprensa nos Estados Unidos. Uma interpretação da história do jornalismo*. Tradução de E. Alkimin Cunha. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1965.
18. FADUL, Anamaria. *O futuro no presente. Perspectiva para uma teoria dos meios de comunicação de massa*. São Paulo, 1980; mimeogr. (Tese de doutoramento. Fac. Fil. Letras, Cien. Hum. USP).
19. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1975.
20. FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil - 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978.
21. GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação & Poder. A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1981.
22. HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho (e Nemesio Salles). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
23. LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis,

Vozes, 1982.

128.

24. LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
25. LIMA, Edvaldo Pereira. *O jornalismo impresso e a teoria geral dos sistemas: um modelo didático de abordagem*. Rio de Janeiro, 1981; mimeogr. (Dissertação mestrado Ciência da Comunicação).
26. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *História*. Org. e Trad. Florestan Fernandes. São Paulo. Ática, 1983.
27. MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Núcleo de publicações, 1974.
28. MEDINA, Cremilda de Araujo. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1982.
29. \_\_\_\_\_. *Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
30. MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Petrópolis, Vozes, 1973.
31. \_\_\_\_\_. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1979.
32. \_\_\_\_\_. (org.) *Comunicação e classes subalternas*. Isaac Epstein, Maria Sylvia Carvalho Franco e outros, São Paulo, Cortez Ed., 1980.
33. MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis. A civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Bahia, Edições GRD, 1973.
34. MOTA, Carlos Guilherme (org. introd.) *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro, Difusão Editorial, 1975.
35. \_\_\_\_\_. e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: 1921-1981*. São Paulo, IMPRES, 1981.
36. NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco*

- (1821-1954). Pernambuco, Imprensa Universitária - Universidade Federal de Pernambuco, 1967. Volume III. 129.
37. NOBRE, Freitas. *Lei da Informação: comentários à Lei de Imprensa*. São Paulo, Saraiva, 1978.
38. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
39. PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1903.
40. REIS, Carlos. *Técnicas de Análise Textual. Introdução à leitura crítica do texto literário*. Coimbra. Livraria Almeida, 1981.
41. RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
42. ROBIN, Régine. *História e Linguística* (trad. de Adélia Bolle col. de Marilda Pereira). São Paulo, Cultrix, 1977.
43. ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo, Brasiliense. 1980.
44. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA., 1975.
45. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República; um grupo de pressão*. Salvador, 1973, mimeogr. (Dissertação Mestr., Fac. Fil.Ciê. Hum. UFBA.)
46. \_\_\_\_\_. *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador, Manoel Joaquim de Carvalho & Cia., 1978.
47. \_\_\_\_\_. *Sobrevivência e Tensões Sociais, Salvador (1890-1930)*. São Paulo, 1982, mimeogr. (Tese de doutoramento, Dep. Hist. Fac. Fil. Letras e Cien.Hum. da USP).
48. SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século*

- lo XIX; nota introdutória de Fernando Sales. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, Brasília: INL, 1979.
49. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo, Cultrix; Brasília: INL, 1978.
50. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
51. TAVARES, José Nilo. *A imprensa na década de 20*. Rio de Janeiro, mimeogr. Associação Brasileira de Imprensa - Centro de Pesquisa do Jornalismo Brasileiro, 1980.
52. VERÓN, Eliseo. *Ideologia, estrutura e comunicação*. trad. de Amélia Cohn. São Paulo, Cultrix, 1977.



## OUTRAS PUBLICAÇÕES

1. ALMEIDA, Rômulo. *A evolução da Economia Baiana - algumas características histórico-estruturais.*
2. GALVÃO, Flávio. *Curso de Jornalismo Opinativo.* São Paulo, USP (Dep. de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes), 1970.
3. MORAES, Walfrido. *A vida de Ernesto Simões Filho.* Texto original da biografia, inédito. Salvador, 1982.
4. SOUZA, Antonio Loureiro de. *Apontamentos para história da imprensa na Bahia.* Universitas. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, nº 12/13 maio/dezembro, 1972.
5. SOBRINHO, Barbosa Lima. *O Jornalismo da Independência.* in Revista do Arquivo Municipal, vol. CLXXXIV Ano XXXV. São Paulo.
6. *A Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo.* Revista Comunidades de Língua Portuguesa. São Paulo, 1983.
7. *A Inserção da Bahia na evolução nacional 2a. etapa: 1890-1930.* Revista da Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia. Salvador, 1980.
8. *A economia baiana de 1850 a 1930: algumas sugestões.* Contribuição técnica do Centro de Planejamento e Estudos - CPE à 33a. Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Salvador, 1981.
9. Edição Comemorativa dos 70 anos de *A Tarde*, 15 de outubro de 1982. Diário Oficial do Estado. Artigos de Luiz Viana Filho, Jorge Calmon e Antonio Loureiro de Souza. Sal

vador, 1982.

10. Caderno especial de A Tarde, edição comemorativa de 70 anos, 15 de outubro de 1982. A Tarde ontem e hoje. Artigos de Nelson Carneiro, Fernando Hupsel de Oliveira, Guido Guerra, Jorge Calmon, Antonio Simões, Luis Viana Filho, Consuelo Novais Sampaio e Maria Edísia de Almeida.

## LIVROS DE CONTRATOS E DISTRATOS DA JUNTA COMERCIAL DA BAHIA

- a) Documento nº 156 da Sociedade Anônima Diário da Bahia. Ata da Assembléia de Constituição de 27 de julho de 1918.
- b) Atas anuais da Sociedade Anônima Diário da Bahia de 1918 até 1957, ano em que foi decretada a falência da sociedade comunicada por ofício do juízo dos Feitos Comerciais de número 4.704.
- c) Documento nº 107 da Sociedade Anônima Diário de Notícias. Ata da Assembléia de Constituição de 30 de abril de 1919.
- d) Atas anuais da Sociedade Anônima Diário de Notícias de 1919 até 1980. Em 1981 foi decretada a falência da empresa pela juíza de direito da 17ª. Vara Comercial, dra. Maria Eleanora Ribeiro Cahyba.
- e) Documento nº 86 da Empresa O Imparcial. Ata da Assembléia de Constituição de 24 de março de 1918.
- f) Atas anuais da Empresa O Imparcial de 1918 até 1927.